



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 01/2024

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2024

INICIADA ÀS 10 HORAS E 20 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 25 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	06
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	28
ENCERRAMENTO	97

ATA N.º 01/2024ABERTURA

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - *Apreciação e votação de Atas*****a) *Ata n.º 05/2023 de 30 de novembro de 2023*****b) *Ata n.º 06/2023 de 22 de dezembro de 2023*****2.2 - *Leitura resumida do expediente*****2.3 - *Pedidos de informação e esclarecimentos*****2.4 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal*****2.5 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação*****3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA****3.1 - *Debate entre Grupos Municipais*****3.2 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*****3.3 - *Tomada de conhecimento das Declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março*****3.4 - *Apreciação e deliberação sobre a Demonstração do Desempenho Orçamental*****3.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 2*****3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Ratificação da Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual referente à Despesa da Empreitada de Obras de Construção do Posto Territorial da GNR do Tortosendo*****3.7 - *Tomada de conhecimento das isenções e dos incentivos concedidos e aprovados no ano de 2023 – Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º***

- 3.8 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Reconhecimento de Interesse Público na Implementação do Projeto – Construção da Zipline – Linha da Covilhã – Varanda dos Carqueijais – Borracheira. Promotor: Geração Give – Inovação Valor e Estratégia Lda.*
- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Plano Municipal de Ação Climática do Município da Covilhã – Relatório de Ponderação dos Resultados da Consulta Pública – Versão Final do Plano*
- 3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul – Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública – Versão Final da Proposta de Plano*
- 3.11 - *Apreciação e deliberação sobre a Carta Municipal de Habitação*
- 3.12 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas (Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve, Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, Agrupamento de Escolas do Teixoso, Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Escola Secundária Campos Melo e Escola Secundária Quinta das Palmeiras)*
- 3.13 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Unhais da Serra – Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo – Ano de 2023/2024*
- 3.14 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia de Cortes do Meio e São Jorge da Beira para pagamento da Taxa Contributiva de 10% à Segurança Social*
- 3.15 - *Tomada de conhecimento da Alteração ao Protocolo de Apoio celebrado entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Centro Interpretativo do Brulhão*
- 3.16 - *Constituição da Comissão de Toponímia - mandato 2021/2025 - Eleição de um Representante da Assembleia Municipal*

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na sessão os Excelentíssimos Senhores(as): **Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa em substituição do Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Raquel Susana dos Santos Duarte em substituição do Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dra. Susete Neves Ferreira em substituição do Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Maria Teresa Torres Diogo Marcelino em substituição de César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Vereadores Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins e o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa; e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia.** -----

--- Colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não se registaram inscrições para Intervenção do Público. -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 05/2023 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

--- Submetida à apreciação e após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), o Senhor **Presidente da União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Pedro Nuno Cunha Leitão**, solicitou o uso da palavra para dizer que, tendo sido substituído, não concordava não poder votar as atas. “Dado que os Senhores Presidentes de Junta se podem fazer representar, considero que um elemento do Executivo que esteja hoje presente pode votar a ata passada porque teve acesso a ela e ao que disse o representante.” -----

Requeriu que se solicitasse um parecer sobre o assunto, “uma vez que a pessoa que assiste em nome de um presidente de junta e em nome de uma junta a uma reunião deixa de poder intervir nas atas. Imagine que na ata existe uma situação que não está esclarecida.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que a lei era clara e que não havia qualquer dúvida relativamente à sua não votação nas atas. Informou ainda que já existia parecer nesse sentido. -----

--- A **Ata n.º 05/2023 de 30 de novembro de 2023**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d’Almeida Sardinha (PS), Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD), Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Raquel Susana dos Santos Duarte (Cortes do Meio), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dra. Susete Neves Ferreira (Tortosendo), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Maria Teresa Torres Diogo Marcelino (Casegas e Ourondo). -----

Não votaram ainda a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por se encontrarem ausentes da sala. -----

B) ATA N.º 06/2023 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

--- A **Ata n.º 06/2023 de 22 de dezembro de 2023**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD), Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (CTF), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP), Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD), Raquel Susana dos Santos Duarte (Cortes do Meio), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Dra. Susete Neves Ferreira (Tortosendo), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Maria Teresa Torres Diogo Marcelino (Casegas e Ourondo) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

Não votou ainda a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) por se encontrar ausente da sala. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Deputado Municipal, Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes, a requerer suspensão de mandato (de 10/01/2024 a 01/04/2024) -----
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção da "Moção pela continuidade do processo de desagregação de freguesias" -----
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção da "Proposta de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela" -----
- Email/Ofício do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da "Proposta de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela" e informa o seu encaminhamento ao Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da "Proposta de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela" -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que, após cumprimentar todos os presentes, questionou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal “quanto à vinda do Secretário Executivo da CIM à Assembleia Municipal.

Já aqui aprovámos duas moções nesse sentido, uma no mandato anterior e outra neste mandato. Recordo que tinha a ver com as questões do PART, das questões da redução tarifária, dos problemas existentes e da sua não aplicação no Concelho da Covilhã. -----

Portanto, a pergunta que faço é quando é que podemos ter aí Senhor Secretário Executivo da CIM.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que iriam responder por escrito. -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo: “Não sou grande fã de redes sociais. Respeito quem as usa ou mesmo quem delas abusa. Defendo, no entanto, que as perguntas e as questões devem ser colocadas nos locais próprios, assim como as respostas devem seguir o mesmo exemplo.” -----

Informou que não pôde comparecer na última sessão por motivos de saúde e que, “tendo sido eu a preparar-me para a Assembleia, seria manifestamente improvável que outro alguém, só porque sim, me viesse substituir, até porque a Assembleia Municipal nos merece o maior dos respetos. -

Posto isto, deixo apenas duas notas: -----

- Li com agrado no *Notícias da Covilhã* do passado dia 15 de fevereiro de 2024 que o Governo diz sim à nova barragem. Pelo menos que a seca no Algarve e em algum Alentejo nos obrigue finalmente a tratar do tema “água” rápido e convenientemente. Utilizando uma linguagem de arquitetura que não é da minha área, não sei se estará correta, mas não permitam que desta vez nenhum alçado, nem que seja lateral, inviabilize a construção da mesma. Que a barragem projetada no passado veja finalmente a luz do futuro. -----
- Outra nota, e por imperativos de profissão, estive por duas vezes numa mesma semana na nossa Repartição de Finanças da Covilhã e deparei-me, em ambas as vezes, que, à exceção dos funcionários e de mim próprio, estando a repartição cheia, todos os

utilizadores eram estrangeiros. Sendo o nosso concelho, em anos idos, emigrante, deparamo-nos com um mundo novo de imigrantes. Imigrantes que já não se resumem ao Brasil, mas se estendem à Índia, ao Nepal e ao Paquistão. Num concelho envelhecido e com graves problemas demográficos, percebe-se que a presença destes imigrantes em alguns setores económicos e atividades, sem eles, entrariam em colapso. Adaptam-se e não usam as suas habilitações nas funções que exercem no nosso mercado de trabalho. Saibamos potenciar pela positiva quem nos escolhe para viver, mas fiquemos atentos a todos os sinais à nossa volta, nomeadamente à barreira linguística, à diversidade religiosa, à habitação, à saúde e aos direitos da cidadania. Sejam inclusivos. Não discriminemos. Abordemos o tema de forma responsável, sendo que nos preparamos para as mutações. Seremos, por certo, todos bem-sucedidos.” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): (Doc.01) *“A Guerra, qualquer Guerra, consome recursos humanos, consome recursos financeiros, destrói infraestruturas e serviços, cria a miséria, promove a barbárie e o recuo acentuado do desenvolvimento e bem-estar em qualquer sociedade.*

Não podemos ficar indiferentes quando vemos o governo português a participar no lançamento de mais gasolina para a fogueira em vez de cumprir com o artigo 7º da Constituição da República Portuguesa que indica de forma clara que Portugal deve reger-se nas relações internacionais pelo princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais. -----

Não podemos ficar indiferentes quando ouvimos, vemos e lemos que no médio oriente e, em especial em Gaza, na Palestina, já morreram 28 000 pessoas e 8 000 desaparecidas debaixo dos escombros. São na sua maioria civis, entre as quais 12 300 crianças e 8 400 mulheres. O número de feridos ascende a 68 000. Dos Palestinos que se encontram vivos, cerca de 700 000 padecem de doenças infecciosas, 8 000 com hepatite viral. Estes e muitos outros não têm acesso a cuidados médicos porque a máquina de guerra israelita atacou hospitais e assassinou 340 profissionais de saúde. 10 000 doentes de cancro podem morrer a qualquer momento porque não têm acesso a medicamentos que os mantenham vivos. A fome alastra porque se impede a chegada de ajuda humanitária e porque os EUA, o Reino Unido e vários outros cúmplices do governo fascista de Israel, reduziram o financiamento à organização da ONU. -----

Daí a urgência da PAZ e a necessidade de gritarmos cada vez mais alto PAZ SIM ... GUERRA NÃO. -----

É urgente reduzir a conflitualidade existente nas relações internacionais onde impera o conflito armado, o conflito económico, os bloqueios e os choques financeiros. -----

Ambiente propício ao aparecimento da xenofobia, do racismo, do ódio e do populismo. -----

Senhor Presidente -----

A nível nacional as eleições marcam o nosso tempo a par da ação da justiça. -----

Ação que levou à queda do governo da república e à confusão no governo na região autónoma da Madeira. -----

Reconhecemos que não é fácil para o Ministério Público, apesar dos indícios, provar a existência, em muitos casos, da corrupção dos eleitos pelos agentes económicos. -----

No nosso Concelho vamos caminhando entre passos atrás e pequenos avanços. -----

Damos passos atrás quando se esclarece, através do Gabinete da Ministra da Justiça, que o Tribunal de Trabalho não se instala na Casa dos Magistrados porque a Câmara cedeu uma parte do edifício a outra entidade, à delegação da ordem dos advogados, inviabilizando a instalação do Tribunal de Trabalho no edifício. -----

Damos passos atrás quando não se vislumbra a abertura da Piscina Municipal. -----

Damos passos atrás quando se cortam árvores de forma indiscriminada e sem critério na freguesia de Unhais da Serra. -----

Damos passos atrás quando não se criam condições aos trabalhadores da limpeza do município nas suas casas de apoio espalhadas na cidade. -----

Damos passos atrás quando mantemos arruamentos e passeios urbanos esburacados. -----

Damos passos atrás quando se encerram os WCs públicos na cidade. -----

Damos passos atrás quando não se promove a equidade entre os residentes no concelho, na área dos transportes públicos. -----

Damos um passo em frente quando se requalifica a estrada Paul - Orondinho e Casegas - Ourondo, esperando-se, em 2024, a requalificação da estrada Casegas - Sobral de S. Miguel e Paul - Ourondo.

Damos um passo em frente quando se obtém financiamento da Administração Central para uma obra suspensa há mais de 30 anos, a Barragem da Ribeira das Cortes.” -----

- Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.02)** -----

“Aproxima-se, a passos largos, o dia 10 de março, em que se realizam as Eleições para a Assembleia da República. É uma data de maior importância para o nosso país, porque nela serão escolhidos os deputados que irão representar os eleitores na Assembleia da República e que têm o poder para legislar. Cumpre-se, assim, a essência da democracia, que reside na capacidade do povo de escolher os seus representantes, conferindo-lhes a responsabilidade de governar em nome do bem comum. -----

Esperamos que o resultado destas eleições seja no sentido da mudança. -----

Ao longo da história, temos vindo a testemunhar os benefícios da alternância de poder nas sociedades que abraçaram esse princípio. Ela tem a capacidade de revitalizar instituições, promover a inovação e, acima de tudo, impedir a consolidação excessiva do poder nas mãos de poucos. Quando o poder é rotativo, asseguramos que nenhum grupo fique tão enraizado no governo que acabe por ignorar as necessidades e aspirações da sociedade que jurou representar. -

O governo socialista dos últimos anos trouxe-nos um país marcado pelas desigualdades crescentes entre os mais pobres e os mais ricos, entre o litoral e o interior, entre zonas urbanas, suburbanas e rurais. Temos assistido não só a um aumento dos conflitos sociais decorrentes do decréscimo das

condições de vida dos portugueses, como também à crescente reivindicação no sentido da valorização de classes profissionais de grande impacto na sociedade, como os médicos, os professores, as forças de segurança e, mais recentemente, os agricultores, que asseguram a nossa soberania alimentar, que não é de somenos importância. -----

Quem conhece outras realidades europeias percebe o atraso estrutural em que Portugal se encontra e que nem os muitos milhões do PRR conseguem fazer ultrapassar. -----

O CDS acredita que Portugal precisa de uma nova ambição e capacidade de concretização das políticas de desenvolvimento económico e social, que permitam ao país enfrentar o desafio demográfico em que está mergulhado e que será agravado com a previsão de inversão populacional nas próximas décadas, apesar do movimento migratório que tem vindo a registar-se em direção a Portugal, por parte de cidadãos de outros países. -----

Mais do que promover pacotes de medidas legislativas pontuais destinadas a conter o esvaziamento do país por parte dos jovens, é necessário dinamizar atividades económicas que contribuam para enriquecer Portugal, criando condições de fixação para esses mesmos jovens, e gerar a tão desejada coesão territorial que venha a equilibrar as forças entre o litoral e o interior.

O mundo mudou e assistimos a uma revolução digital, à escala global, que afeta a forma como vivemos, como trabalhamos e como nos relacionamos. É necessário fazer desta mudança uma grande oportunidade para Portugal transformar a sua economia, incrementando os níveis de produtividade e competitividade. -----

O CDS acredita também que esta alternância democrática promoverá o fortalecimento da cidadania e da participação social, essenciais para a construção de uma sociedade forte e democrática. É fundamental que os cidadãos voltem a confiar nas instituições democráticas, para que se envolvam ativamente nos processos políticos e sociais, exerçam os seus direitos e contribuam para a transformação da realidade em seu redor. -----

Mas, para isso, é preciso mudar. É necessário que diferentes perspetivas, ideias e abordagens se manifestem no governo, enriquecendo o debate público e promovendo soluções mais abrangentes e inclusivas. E o voto é a expressão máxima da confiança na sabedoria do povo, que tem o direito de reavaliar e escolher novos líderes para orientar o destino da sua nação. -----

Nada muda se não acreditarmos num futuro mais justo, equitativo e próspero. -----

Nada muda se não acreditarmos na mudança. No dia 10 de março, o CDS está pronto a participar na mudança, está pronto a fazer de Portugal um país melhor.” -----

- Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.03)** -----

“Voltamos a esta sala com o cheiro da democracia no ar! -----

A menos de 3 semanas de eleições legislativas, convém relembrar o papel de cada um de nós, seja como eleitores, seja como eleitos. -----

Responsabilidades diferentes, mas umas dependem das outras! -----

Temos também boas notícias, talvez forçadas pelos tempos eleitorais, outras nem tanto -----

Prometida por Vítor Pereira desde 2013, 10 anos é de facto muito tempo, com incompreensivas alterações e indecisões sobre o modelo final a implementar, para chegarmos a esta decisão apenas agora! A barragem das Cortes, é uma obra essencial para a cidade e região, que nós aqui sempre defendemos, vem garantir o abastecimento para as próximas décadas e é um equipamento essencial para reforço de meios para a nossa proteção civil. -----

Uma excelente notícia, com a qual nos congratulamos! -----

Mais vale tarde que nunca e a Covilhã está de Parabéns! -----

O projeto da Zipline, de que falaremos à frente, é também de saudar. Todos os investimentos em infraestruturas de apoio ao turismo vêm reforçar o papel estratégico deste sector na economia da região, ajudam a esmagar a curva da sazonalidade que, como sabemos, ainda muito depende da neve, mas é mais uma das vítimas das alterações climáticas, de ano para ano, cada vez mais escassa. Temo que será, dentro de uma ou duas décadas, apenas uma recordação! -----

Temos de inovar, adaptar e recriar meios de atração para a Serra da Estrela, da qual nenhum de nós terá qualquer dúvida do seu potencial turístico e económico! -----

Mas também há o que teima em não arrancar do papel, com décadas de atraso, e que poderia transformar o que hoje é apenas um lugar, com grande parte do território sem saneamento, sem qualquer ordenamento urbanístico, sem zonas para novo comércio, para novos empreendimentos, sem estratégia para o futuro. -----

Iremos votar à frente mais uma alteração ao plano de pormenor, onde os instrumentos de ordenamento andam atrás do edificado, corrigem apenas situações pontuais, sem que se vislumbre qualquer verdadeira estratégia de dar às Penhas da Saúde a importância que merece, com um verdadeiro plano de ordenamento que incorpore uma visão de futuro, com desenvolvimento pensado e estruturado para as próximas décadas. -----

Como canta Paulo de Carvalho, 10 anos é muito tempo, e não se compreende este abandono! -----

Para isso estão os eleitos. Os que são eleitos para fazer e os que têm o papel de fiscalizar, apresentar alternativas e, em local próprio como este, apontar o que é mal feito ou que teima em não ser feito. -----

As responsabilidades que cada um tem à sua parte, no seu tempo, dependem da democracia, e nenhuma delas é eterna, convém que cada um de nós não o esqueça! -----

Na democracia, o poder que se eterniza traz vícios e rugas que o tempo e a própria democracia aconselham a regenerar! -----

E isso não tem de enervar os que julgam os seus cargos eternos, nem irritar os que nunca viveram outras formas de fazer ou de pensar, mesmo que tão legítimas como as suas! -----

Num caso ou noutro direi, democraticamente: mudar é tão natural como a vida!" -----

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS): Feitos os cumprimentos, iniciou a sua intervenção começando por “fazer aqui uma pequena nota de política internacional. -----

Em primeiro lugar, para assinalar e registar negativamente a morte de Alexei Navalny, que ocorreu nos últimos dias na Rússia em circunstâncias ainda por apurar, que nos deixam a suspeita sobre a qualidade da governação e do estado de democracia que acontece na Rússia, e esperar que, com grande rapidez, se esclareçam as circunstâncias e quais os responsáveis ou as razões para essa morte. -----

Quero também condenar mais uma vez aquilo que é a invasão da Ucrânia e apelar para que rapidamente se volte ao direito internacional, se acabe com a guerra naquela zona da Europa e que rapidamente se possa voltar à mesa das negociações para dirimir este conflito. Lamento que nem todas as forças políticas, nem todos os intervenientes tenham também a sensibilidade para fazer a condenação destes atos e para fazer a exigência de paz como se faz na Palestina. E esse é o segundo ponto da política internacional que queria abordar. -----

Aquilo que ocorre neste momento na Palestina é absolutamente inaceitável e incompreensível. Tal como é inaceitável e incompreensível aquilo que aconteceu a 7 de novembro em Israel. É intolerável e incompreensível aquilo que se passa hoje em dia na Palestina. Mais uma vez assistimos a guerras injustas, a guerras profundamente revoltantes, com prejuízo sobretudo para os mais fracos. O apelo que deixo é que rapidamente se volte à mesa das negociações, se acabe com o conflito e se dirima, no âmbito do direito internacional e da diplomacia, os diferendos que existem nestas regiões do mundo. -----

Falando de política nacional, não posso deixar de falar do momento político nacional que vivemos.

É justo, como já aqui foi dito, falar daquilo que é o país de hoje, comparando com aquilo que era o país de 2015. É com grande orgulho que o Partido Socialista se apresenta hoje às eleições com orgulho no trabalho que fez, mas sobretudo no projeto que tem. -----

Comecemos, por exemplo, pela questão do emprego. Comparado com 2015, Portugal tem hoje mais 1 milhão de empregados. Em 2015, tínhamos 3,1 milhões de trabalhadores; hoje temos 4,1 milhões de trabalhadores. Não é de menos desempregados. -----

Depois, com o aumento dos rendimentos: desde 2015, aumentámos o salário mínimo, que era de 505 euros, e em 2024 é de 820 euros (mais 62%). Mas o salário médio também: em 2015 era de 1.010 euros; hoje, em 2023, o salário médio é de 1.505 euros (mais 49%). -----

Também ao nível da convergência com a União Europeia, nos últimos 8 anos, convergimos como há muitas décadas não acontecia. Portugal cresceu 6% no triénio 2019-2023. Portugal cresceu 6%. A média da União Europeia da zona euro cresceu 3,2%. Crescemos quase o dobro da média da zona euro. Espanha cresceu 2,5%. França cresceu 1,5%. A Alemanha cresceu 0,5% neste período de 2019-2023. -----

Mas também crescemos com maior qualificação da população. Em 2015, Portugal tinha 33,1% da população qualificada com ensino superior. Na União Europeia, era 36,4. Em 2022, Portugal ultrapassou a média da União Europeia, tendo 44,4% da população empregada com aumento de qualificações superiores. Na União Europeia, a média é de 41,9. -----

Mas também a balança comercial. Temos hoje uma economia mais qualificada, com mais capacidade de exportação e com melhores condições de acrescentar valor. Em 2019, exportávamos 2.900 milhões em exportações correntes e de capital, 2.8 mil milhões em bens e

serviços. Em 2023 exportamos 7,5 mil milhões em exportações correntes e de capital e 4 mil milhões em bens e serviços, o que representa 50% do produto interno bruto. -----

Também o investimento direto estrangeiro em 2015 representava 61,9% da economia nacional. Em 2022, representa 70,3%. São mais 50 mil milhões de euros de investimento direto estrangeiro.

Mas somos também, apesar disto, um país mais inclusivo. A população em risco de pobreza e exclusão social em 2015 era de 26,4. Em 2022 era de 20,1. A média da União Europeia é de 21,6 em 2022. -----

Mas este Portugal inclusivo também se verifica na pobreza infantil. Em 2015, Portugal tinha 31,2% de jovens menores de 18 anos em risco de pobreza e exclusão. Em 2022, este valor baixou para 20,7, que está também abaixo daquilo que é a média da União Europeia de 24,7. -----

Mas conseguimos tudo isto, Senhoras e Senhores Deputados, considerando as contas certas e o equilíbrio orçamental. Fechamos 2023 com mais 0,8 de saldo orçamental em comparação com 2015, onde tínhamos um défice de 4,4. -----

Também a dívida pública. Melhorámos os rácios de dívida pública. Em 2015, tínhamos um rácio da dívida pública que representava 128% do PIB. Em 2023, representa 98,7% do PIB. -----

Há uma conclusão clara que temos: Portugal é hoje muito diferente, para melhor, daquilo que era em 2015 e aquilo que os portugueses vão ter que decidir nas próximas eleições é se querem continuar a apostar numa estratégia de desenvolvimento que demonstrou com resultados práticos que havia outra alternativa ao empobrecimento programado que o PSD e o CDS preconizaram nos seus anos de governo; se querem continuar na senda do desenvolvimento, da qualificação dos portugueses, do acréscimo da economia e da aproximação à União Europeia. ----

Acho que é esta a decisão que os portugueses vão tomar a 10 de março e estou muito confiante que os portugueses vão escolher continuar na senda do desenvolvimento. -----

Não posso terminar também sem uma nota política local. Não posso deixar de falar daquilo que foram as notícias que já conhecemos do Plano de Revitalização da Serra da Estrela e daquilo que foi anunciado do financiamento da barragem das Cortes. Este financiamento só aconteceu porque ela não foi construída no tempo em que o PSD governava a nossa cidade, onde não houve condições e não houve capacidade do PSD para a construir. -----

Os factos são factos e são indesmentíveis. A verdade é que o PSD, enquanto Governo, teve aprovado financiamento para o efeito, tinha declaração de impacto ambiental que deixou caducar e que não conseguiu levar a efeito a construção da barragem. É o Partido Socialista no Governo, no país e na Câmara da Covilhã que garante que a barragem das Cortes tem hoje financiamento e tem hoje financiamento através do Orçamento geral do Estado para que se construa e que seja uma realidade no nosso território. -----

Mas é também o Partido Socialista no Governo e o Partido Socialista na Câmara da Covilhã que conseguem que o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela preveja a verba necessária para que os projetos de construção do IC6, Covilhã-Pedras Lavradas, aconteça e também aconteça quando se sabe da estrada que liga Verdelhos e que liga ao Poço do Inferno. ---

É o Partido Socialista no Governo da Covilhã e no Governo Nacional que, perante uma catástrofe que ocorreu em 2022 com o incêndio na Serra da Estrela, dão a este território uma expectativa de desenvolvimento, de crescimento e de afirmação. -----

Mais uma vez, todos na região e no interior sabem que com o PS no Governo o interior avança e com a direita no Governo o interior estagna ou recua.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Joaquim Carvalho dos Santos -----

*“Faleceu no passado dia 11.01.2024, **Joaquim Carvalho dos Santos**, tendo sido sepultado no dia 14.01.2024 no cemitério do Ourondo, sua terra natal, onde nasceu há 83 anos. -----*

Joaquim Carvalho, com as suas ideias, projectos e também os seus sonhos, destacou-se, durante 16 anos (1993 a 2009), como Presidente da Junta de Freguesia do Ourondo, impulsionando e desenvolvendo a sua aldeia natal. A sua obra permanecerá e o seu trabalho e testemunho ficarão na memória dos seus conterrâneos e, todos aqueles que o conheceram lhe estão profundamente agradecidos pela dedicação ao desenvolvimento da sua terra, que sempre trouxe no coração. -----

*A vida e a obra, do agora saudoso extinto, não cabem, naturalmente, nos estreitos limites da homenagem que a População do Ourondo, os seus amigos, dirigentes associativos, autarcas e ex-autarcas, lhe prestaram no momento da despedida. Também os eleitos dos órgãos Executivo e Deliberativo, da União das Freguesias de Casegas e Ourondo (**UFCO**), o homenagearam prontamente através de uma **NOTA DE PESAR**. -----*

Joaquim Carvalho converteu os seus sonhos em realidades e marcou definitivamente a história de Ourondo. -----

Para além da obra que deixou, foi um exemplo de vida. Pessoa amável, educada, granjeava facilmente a simpatia e a amizade. -----

Nesta hora, saibamos valorizar a memória do homem que aceitou o desafio da dedicação à Causa Pública, em prol do Ourondo. -----

Pela sua dedicação ao desenvolvimento do Ourondo e seu extraordinário exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida, hoje, dia 19.02.2024, delibere: -----

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento. -----

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.” -----

*(Proposta do Senhor Presidente da União das Freguesias de Casegas e Ourondo **Doc.04**) -----*

*“Faleceu, no passado dia 11 de janeiro, aos 83 anos, o Sr. Joaquim Carvalheiro dos Santos. -----
Foi Presidente da Junta de Freguesia do Ourondo, entre 1993 e 2009. Um autarca de referência
que em muito contribuiu para o desenvolvimento da sua terra. -----*

***Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida,
hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas
condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.”
(Doc.05) -----***

--- Colocados à votação, os presentes ***Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim
Carvalheiro dos Santos*** foram ***aprovados por unanimidade.*** -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves
Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -***

2.5.2 - Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria de Jesus Matos Bernardino -----

*“O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento
de Maria de Jesus Matos Bernardino, com 80 anos de idade. -----*

*Maria de Jesus Bernardino foi membro da Direção da Organização Regional de Castelo Branco e
da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP. -----*

Foi eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de S. Pedro na Cidade da Covilhã. -----

*Foi membro da Direção da Associação de Reformados do Concelho da Covilhã e da Direção
Nacional do MURPI. -----*

Foi membro da Direção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). -----

*Pelo seu contributo social e político na vida do Concelho e no País, e a título de reconhecimento, se
apresenta o presente voto de pesar. -----*

A ser aprovado, deverá o mesmo ser enviado à família.” (Doc.06) -----

--- Colocado à votação, o presente ***Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria de Jesus Matos
Bernardino*** foi ***aprovado por unanimidade.*** -----

***Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves
Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -***

2.5.3 – Recomendação para Atribuição de Medalha de Mérito Municipal a Maria de Jesus Matos Bernardino -----

Maria de Jesus Matos Bernardino, com 80 anos de idade, faleceu em 5 de Fevereiro de 2024. -----

Maria de Jesus Matos Bernardino foi membro da Direção da Organização Regional de Castelo Branco e da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP. -----

Foi eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de S. Pedro na Cidade da Covilhã. -----

Foi membro da Direção da Associação de Reformados do Concelho da Covilhã e da Direção Nacional do MURPI. -----

Foi membro da Direção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). -----

Pelo seu contributo social e político na vida do Concelho e no País, e a título de reconhecimento, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária de 19 de Fevereiro de 2024, recomenda à Câmara Municipal a atribuição da medalha de mérito municipal a Maria de Jesus Matos Bernardino. -----

A ser aprovada, deverá ser enviada à família a presente recomendação.” (Doc.07) -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação para Atribuição de Medalha de Mérito Municipal a Maria de Jesus Matos Bernardino** foi **aprovada por maioria com 15 votos a favor (Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes (PS), CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 26 abstenções (PS, PPD/PSD e DMI’s).** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Justificar a minha abstenção na medida em que em nada sou contra a Senhora Dona Maria de Jesus, que foi uma notável Covilhanense e que tive o gosto de conhecer pessoalmente e de privar com ela. Sempre foi, sobretudo, uma militante da democracia e da liberdade e, independentemente das divergências políticas que pudéssemos ter, sempre encontrei um espaço de debate e de diálogo com ela. -----

Abstive-me nesta recomendação porque a atribuição de medalhas de mérito municipal é uma competência do Executivo Municipal.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que se tratava de uma recomendação à Câmara Municipal não sendo a mesma vinculativa. -----

2.5.4 – “MOÇÃO -----

Articulação entre transportes urbanos e interurbanos no Concelho da Covilhã -----

Promoção do Passe Intermodal

Vários utentes dos transportes interurbanos, nomeadamente dos transportes concessionados à empresa auto – transportes do Fundão, têm relatado situações que nos parecem enquadráveis e de resolução no âmbito da cláusula 47º do Contrato da Concessão para o Sistema de Mobilidade da Covilhã.

Situações identificadas

1 - Utesntes com o **passse normal de transportes** interurbanos, com passe da auto transportes do Fundão, não lhes é permitido usar o passe nos transportes urbanos da concessão.

Exemplo – Um utente da auto transportes do Fundão tem passe mensal do Paul para a Covilhã. Se quiser utilizar os transportes da Concessão de Mobilidade da Covilhã, para se deslocar na área da concessão, é-lhe exigido o pagamento de bilhete.

2 – Utesntes com **passse mensal do regime dos antigos combatentes**, passado pela auto transportes do Fundão, não lhes é permitido usar o passe nos transportes da concessão de mobilidade. O exemplo é semelhante ao anterior.

Porém, estes utentes (regime dos antigos combatentes) se residirem em S. Jorge da Beira ou Casegas têm que pagar bilhete até ao Paul e só a partir desta localidade podem utilizar o passe que lhes é passado como antigos combatentes.

3 – Para além das situações atrás referidas o valor do passe mensal dos utentes, de 80, 111 e 120 €, penaliza os residentes nas freguesias rurais face aos utentes na área da concessão (38 €), quebrando-se o princípio da equidade e igualdade de tratamento a residentes no mesmo concelho.

Perante as situações descritas, a Assembleia Municipal da Covilhã apela e exorta a Câmara Municipal que:

A – Promova a articulação entre transportes urbanos e interurbanos permitindo que os utentes dos passes acima referidos possam utilizar o mesmo passe nos transportes da concessão.

B - Assegure que os antigos combatentes possam circular no Concelho sem cobranças adicionais aos que residem no território municipal cumprindo-se o estatuído no artigo 17º do Estatuto do Antigo Combatente

(Gratuidade dos transportes públicos das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais - Durante o ano de 2020, o Governo, em articulação com as autoridades de transportes de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal, adota as medidas necessárias a assegurar a **gratuidade do passe intermodal** para todos os antigos combatentes detentores do cartão referido no artigo 4.º, bem como para a viúva ou viúvo de antigo combatente que, cumulativamente, usufrua dos benefícios e requisitos previstos nos artigos 7.º e 8.º do presente Estatuto)

C – Promova o passe intermodal de 38 € assegurando-se a equidade entre os utentes dos transportes interurbanos e os utentes da concessão de mobilidade na Covilhã.” (Proposta do Grupo Municipal do PCP **Doc.08**)

--- O Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** solicitou o uso da palavra para referir que “o Partido Comunista Português vem apresentar-nos uma moção sobre transportes onde, resumidamente, abordam dois aspetos em que, do nosso ponto de vista, um é da responsabilidade municipal e o outro é da responsabilidade do Estado Central. Portanto, não cabem na economia desta Assembleia. -----

O PCP vem recomendar e propor que os passes do transporte suburbano, nomeadamente das freguesias limítrofes ao espaço urbano da Covilhã, sejam reconhecidos como válidos no transporte urbano do espaço urbano da concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã. Isso já acontece hoje por razão do contrato de concessão que está em vigor. Se tiverem oportunidade de consultar - quem já teve oportunidade de o fazer confirmará aquilo que eu digo; quem não teve aconselho a fazê-lo -, o contrato de concessão que está em vigor prevê exatamente, no seu anexo tarifas, a obrigação da concessionária do serviço urbano assegurar e garantir, sem mais custos, o transporte dos passageiros que tenham e sejam possuidores de um passe de transporte suburbano. -----

Aquilo que o PCP hoje nos vem propor nesta moção é uma coisa que já está salvaguardada e garantida no contrato de concessão e, portanto, é redundante com aquilo que já existe. -----

O passe de transportes dos antigos combatentes é também uma medida da responsabilidade do Governo. É consagrada na Portaria n.º 198/2021 em que, basicamente, os antigos combatentes, mediante a apresentação do cartão de antigo combatente que é requerido individualmente por cada um deles, apresentam o cartão à transportadora e têm direito a ter um passe de transporte gratuito. É um direito. É uma situação que é da responsabilidade do Governo Central, em que a Câmara Municipal não tem nenhuma intervenção, nem a autarquia tem nenhuma intervenção especial. O requerente faz o requerimento mediante a apresentação do cartão; a transportadora cede o transporte gratuito e passe de transporte gratuito e depois faz contas com o Estado e com a autoridade da Mobilidade e Transportes. -----

Portanto, não é da responsabilidade da Autarquia fazer essa intermediação. Ela resulta de uma Lei da República e esperemos naturalmente que seja cumprida.” -----

--- Colocada à votação, a presente **“Moção – Articulação entre transportes urbanos e interurbanos no Concelho da Covilhã – Promoção do Passe Intermodal”** foi **rejeitada por maioria com 26 votos contra (PS, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s), 8 abstenções (PPD/PSD e as Juntas/Uniões de Freguesias de Tortosendo, Barco e Coutada e Casegas e Ourondo) e 6 votos a favor (CDS-PP e CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, as Senhoras Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e ainda o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Aquilo que se pretende com a moção é corrigir, de facto, injustiças que hoje acontecem no Concelho da Covilhã, nomeadamente a quem reside nas freguesias rurais em relação àqueles que vivem na área da Grande Covilhã e trazer justiça também à questão do passe dos antigos combatentes porque existem, de facto, situações que não são agradáveis e são discriminatórias. -----

Nesses dois casos, quem tem passe de Casegas, do Paul, de Unhais da Serra ou de Verdelhos, chega à cidade e tem que pagar outros títulos de transporte. Está a pagar. O Senhor Presidente diz que não. Eu já coloquei a questão na Assembleia Municipal de dezembro. O Senhor Presidente disse que queria resolver o assunto, mas não o resolveram. -----

Aquilo que diz esta moção é apelar e exortar a Câmara Municipal no sentido de corrigir estas injustiças. -----

A maior injustiça que existe ainda é a discriminação que é feita entre a área urbana, a cidade, Teixoso, Tortosendo, de quem aqui reside e tem um passe de transporte de 38 € e quem reside em Unhais da Serra, Verdelhos que tem que pagar passes de 80 e de 111 €. -----

Temos que trazer equidade ao Concelho da Covilhã, tratar toda a população por igual e não tratar de forma diferente quem, ainda neste caso, por residir numa freguesia rural é penalizado porque tem que pagar mais para se deslocar para o Tortosendo, para o seu local de trabalho, ... tem que pagar mais para vir a um espetáculo, tem que pagar mais para se deslocar no Concelho da Covilhã.

A moção aquilo que prevê é, no fundo, apelar e exortar a Câmara para que introduza equidade e igualdade e para que não se trate de forma diferente o cidadão que reside no Concelho da Covilhã.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS – Partido Popular vota favoravelmente esta moção porque a mesma, de facto, vai no sentido de um princípio que nós defendemos que é de eliminar esta dupla interioridade que existe no nosso Concelho. -----

Não podemos deixar de constatar que isto resulta, face às declarações que aqui foram prestadas pelo Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, de uma evidência: a Câmara Municipal não fiscaliza o contrato de concessão e nem assegura que o mesmo seja aplicado. -----

Portanto, necessariamente a moção do PCP tem toda a razão de ser e exorta-se, de facto, que a Câmara Municipal cumpra o seu papel na execução deste contrato de concessão, por forma a salvaguardar aquilo que são os interesses essenciais das populações do Concelho.” -----

- A Senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel Mestre, Sandra Isabel Neves Ferreira** solicitou o uso da palavra para referir que concorda “com o que diz o Senhor Deputado em relação aos valores. -----

Ultimamente tudo o que tem a ver com os transportes públicos, vem de queixas diretamente para a Junta de Freguesia e para a Câmara Municipal. -----

Se conhece alguém que está nesta situação, que vem de uma freguesia rural que tem passe e que tem que pagar o bilhete quando utilizam transporte público na Covilhã, por favor, que nos faça chegar essa informação porque até ao momento sempre que há um problema cai em cima das

juntas de freguesia. Portanto, eu desconheço. Pode haver, mas se houver e se for da minha freguesia, eu agradecia que me comunicasse quem, depois de sair do transporte que vem da Freguesia de Sobral de São Miguel, teve que pagar transporte na Covilhã. -----

Portanto, se souber e se for da minha freguesia, eu agradeço que me faça chegar essa informação.”

2.5.5 – Voto de Pesar pelo Falecimento de José Rodrigues dos Santos Gouveia -----

“Faleceu, no passado dia 27 de janeiro, aos 91 anos, o Sr. José Rodrigues dos Santos Gouveia.

Cofundador e cooperante n.º1 da RCC – Rádio Clube da Covilhã.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.”
(Doc.09) -----

“Voto de Pesar pelo falecimento de José Rodrigues dos Santos Gouveia, aos 91 anos. -----

José Gouveia, natural de Unhais da Serra, foi um autodidata sempre interessado em aprofundar o seu conhecimento sobre cada tema que lhe chamava a atenção, e um mestre sempre disponível para transmitir os seus conhecimentos a quem o procurava. -----

Pioneiro na radiofonia na região, em Julho de 1983 é o principal responsável pela primeira transmissão radiofónica da Feira de S. Tiago, colocando no “ar” cinco jovens do NERC (Núcleo Experimental de Rádio da Covilhã) que se encontravam a fazer a cobertura do evento em circuito fechado. -----

O sucesso da experiência levou à formação de um grupo constituído pelos radioamadores e o NERC que, com o apoio de Alfredo Pinto da Silva, resultou na fundação da RCC - Rádio Clube da Covilhã, da qual José Gouveia é o cooperante nº 1. -----

O grupo passou então a realizar emissões regulares, de forma clandestina nos primeiros tempos, destacando-se naturalmente o papel único de José Gouveia neste processo. -----

Ao longo desses anos, foram vários os jovens que tiveram oportunidade de fazer rádio graças não só aos seus conhecimentos técnicos como também à sua coragem e luta para que a radiofonia na região fosse possível. -----

Pelo seu contributo em prol do serviço radiofónico na região e na formação de vários jovens, hoje profissionais na área da comunicação, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento. -----

Do teor deste voto será dado conhecimento aos familiares.” (Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.09) -----

--- Colocados à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo Falecimento de José Rodrigues dos Santos Gouveia** foram **aprovados por unanimidade**. -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

2.5.6 - Voto de Pesar pelo Falecimento de José de Oliveira Mendes -----

“Faleceu, no passado dia 05 de janeiro, aos 65 anos, o Sr. José Mendes. -----

Eleito pela primeira vez, em setembro de 2004, como Presidente do Sporting Clube da Covilhã, era um dos Presidentes de clube há mais tempo em funções. -----

Homem de convicções fortes e personalidade vincada, reergueu o emblema do Sporting Clube da Covilhã e deixou um grande legado para o futuro. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.11) -----

“Nascido em 1958, José de Oliveira Mendes dedicou quase duas décadas à liderança do Sporting da Covilhã, com empenho e dedicação. -----

A sua ligação aos Leões da Serra começou como jogador nas camadas jovens, regressando anos mais tarde como dirigente, assumindo a presidência a 22 de setembro de 2004, depois de um período de 5 meses em que o clube esteve sob alçada de uma comissão de gestão, face à ausência de listas candidatas aos Órgãos Sociais. -----

Durante a sua presidência, o Sporting Clube da Covilhã alcançou vários êxitos desportivos e esteve 15 épocas consecutivas na segunda divisão nacional. -----

Em 2019, a Câmara Municipal da Covilhã reconheceu o seu trabalho meritório, atribuindo-lhe a Medalha de Mérito Municipal, pelo seu papel no desenvolvimento no clube, ele que foi o Presidente com o mandato mais longo da história, tendo ocupado o cargo durante 19 anos de forma ininterrupta. -----

Neste momento delicado, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, apresenta um voto de pesar à família e amigos de José de Oliveira Mendes, bem como à Direção, atletas, sócios e simpatizantes do Sporting Clube da Covilhã.” (Doc.12) -----

--- Colocados à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo Falecimento de José de Oliveira Mendes** foram **aprovados por unanimidade**. -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

2.5.7 - Voto de Louvor ao Professor Manuel Santos Silva -----

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Manuel Santos Silva**, Professor Catedrático Jubilado da Universidade da Beira Interior.* -----

Manuel Santos Silva recebe o título de Professor Emérito, vindo assim reconhecido, pela academia, o seu papel de antigo Reitor, docente e investigador. -----

Manuel Santos Silva teve um papel importante no avanço da ciência e da cultura, tendo recebido diversos prémios nacionais e internacionais. -----

Marcou a academia nacional e internacional, com uma longa e vasta carreira profissional como docente da Faculdade de Engenharia e investigador do FibEnTech – Fiber Materials and Environmental Technologies. -----

Foi Reitor da Universidade da Beira Interior entre 1996 e 2009, tendo durante este período desenvolvido a faculdade de Ciências Sociais e Humanas, faculdade de Engenharia e criado as faculdades de Artes e Letras e de Ciências da Saúde. -----

Pelo contributo, tão precioso para a área da ciência, cultura e projeção da Universidade da Beira Interior no contexto nacional e internacional, consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Manuel Santos Silva e por isso apresentamos este voto de louvor. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento ao próprio.” (Doc.13) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Professor Manuel Santos Silva** foi **aprovado por maioria com 39 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Dr. Marco António Barreiros Gabriel (CDU – PCP/PEV), Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 2 abstenções (CDU – PCP/PEV).** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

2.5.8 – Voto de Louvor ao XXIII Governo Constitucional -----

“Os estudos realizados para apoio aos municípios no levantamento de necessidades a incluir no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela foi discutido com os técnicos responsáveis na Assembleia Municipal da Covilhã, na sua Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2024 – há menos de dois meses. Os municípios fizeram as suas propostas ao Governo das iniciativas

que julgavam ser importantes para cada um dos territórios e apresentaram-nas ao Governo após essa Assembleia Municipal. -----

A sua apreciação e a correspondente decisão de aprovação do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, da competência do Governo, decorreu de forma célere e visa responder às necessidades decorrentes daquela tragédia, garantindo financiamento não só para a recuperação das zonas afectadas, mas também financiando algumas obras estruturantes que a região há muito reclamava. No caso particular do Concelho da Covilhã é referido no comunicado oficial do Governo a construção da Barragem da Ribeira das Cortes e obras de requalificação na Escola da Lageosa. Pensamos que não se ficará por aí, nomeadamente no que diz respeito à rede viária atendendo às recentes declarações do Sr. Presidente da Câmara que explicita a construção do IC6 até às Pedras Lavradas e a ligação de Verdelhos ao Poço do Inferno. -----

Num momento em que se evidenciam os efeitos das alterações climáticas, a construção reclamada há mais de três décadas da Barragem da Ribeira das Cortes que irá servir o nosso Concelho, mas também poderá fazê-lo a outros Concelhos limítrofes, é uma obra estruturante para o nosso futuro porque garante o abastecimento de água para consumo humano num horizonte de várias décadas.

A declaração de emergência e da calamidade promovida pelo Governo em tempo útil e agora a aprovação deste PRPNSE evidenciam uma atenção e um cuidado com a nossa região particularmente, mas com o interior em geral que, verificando-se, deve ser reconhecido. É verdade que a Covilhã reclama a atenção para outros projectos, mas ainda assim, são notícias felizes para a Covilhã e para a região. Assim, propõe-se a aprovação do seguinte Voto de Louvor: -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária no dia 19 de Fevereiro de 2024 aprova um Voto de Louvor ao Governo pela sua recente decisão de aprovar o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, tanto pelo seu conteúdo como pela celeridade com que o mesmo foi aprovado. -----

O presente voto deverá ser enviado ao Conselho de Ministros.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.14**) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao XXIII Governo Constitucional** foi **aprovado por maioria com 24 votos a favor (PS e DMI's), 11 votos contra (PPD/PSD, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e os Presidentes das Juntas/União de Freguesias de Tortosendo e Barco e Coutada) e 6 abstenções (CDS-PP e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferro, Peraboa e Orjais).** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Já na última Assembleia Municipal houve aqui uma tentativa de louvar o Governo do PS e penso que não é nem o momento nem a forma adequada para utilizar este momento eleitoral para este tipo de votos de louvor. -----

De qualquer das formas, aquilo que assistimos é que se utiliza o Plano de Revitalização para encapotar, de alguma forma, este voto de louvor ao Governo. -----

Aquilo que sabemos é que o incêndio já ocorreu há tempo demasiado e o atraso na implementação das medidas que fala deste Plano de Revitalização é mais que suficiente para justificar o voto contra que acabámos de fazer. -----

A confirmar isto vem exatamente a emissão de mais uma reportagem na televisão em que diz que todos os milhões prometidos, afinal, não chegam a quem devem nem na quantidade, nem no tempo em que eles deviam ser utilizados. -----

Portanto, esta é a justificação para o nosso voto contra.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Ver-me-ia forçado a votar favoravelmente este voto se estvéssemos não pela aprovação do Plano, mas pela conclusão do Plano. -----

Se um Governo que esteve em funções com maiorias absolutas e com todas as condições para implementar este Plano demorou tanto tempo apenas a aprová-lo, não o vai executar. -----

A aprovação do Plano, no fundo, é um mero ato de execução da administração e foi já aprovado em tempo de gestão. Só os atos de execução é que podem ser feitos senão é uma aprovação vinculada àquilo foi o trabalho dos municípios e das comunidades intermunicipais. -----

Este plano, obviamente, é favorável à nossa região e acho que temos estado todos de acordo com a sua aprovação. Agora, considerar isto como sendo mérito de um Governo que apenas o faz porque está vinculado a fazê-lo, peço desculpa, mas não posso concordar com ele.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “O Partido Socialista propôs e votou, naturalmente, favoravelmente este voto de louvor por diversas questões. -----

A primeira questão que devo ressaltar é que não é tão simples quando se diz que é só uma aprovação de um plano porque esta aprovação do Plano tem implicações orçamentais que garantem objetivamente financiamento para a execução do que está aqui aprovado. Isto não é a aprovação de um plano. É a aprovação de um plano e dar garantias orçamentais de que há fundos disponíveis por parte da Administração Central para a execução disto que foi aprovado. Portanto, não é uma coisa de somenos. -----

Em segundo lugar, tem algumas medidas como é o caso da barragem da Ribeira das Cortes, que há muitos anos que aqui falamos e que temos vindo a dizer que é importante. É verdade que já tivemos uma declaração de impacto ambiental que esteve ativa de 2006 até 2013 e que nunca foi executada, mas a verdade é que sempre reconhecemos esta necessidade. Hoje temos garantido financiamento para executar a obra. Portanto, se isto não é alvo de um louvor ao XXIII Governo, sendo que nós sistematicamente e não há Assembleia nenhuma que não venham os Deputados

das diversas forças políticas a reclamar a construção da barragem, porventura, se calhar nunca há nenhum assunto que seja digno do louvor desta Assembleia. -----

Portanto, tínhamos que, naturalmente, votar favoravelmente.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Dizer que votámos contra porque do Plano de Revitalização da Serra da Estrela, que era de 600 milhões, afinal de contas traduziu-se em 155 milhões, não sendo, como é evidente, de valorizar ou não valorizar aquilo que está aprovado. -----

Aquilo que está aprovado, de facto, é um anúncio. Pode estar até orçamentado, mas não deixa de ser o anúncio de algo que se pretende. E, como se pretende, poderá fazer-se, concretizar-se ou não. Era bom que se concretizasse. Aliás, como já aqui foi dito, o Governo do PS, desde 2015, teve tempo para incluir esta obra no Orçamento de Estado e não inseriu. -----

E é à boleia dos incêndios que se introduzem aqui um conjunto de obras que, afinal de contas, no caso da Covilhã é a barragem, aparece a Escola Profissional Agrícola da Quinta da Lageosa, mas essa é uma escola da competência do Governo e não, digamos, da competência da Câmara Municipal; ou podemos dizer que entra na cota, digamos, do financiamento do Governo e não na cota, digamos, isto inserido no Plano, dos municípios. -----

Desde o início que não conhecemos o Plano. Conhecemos alguns elementos do mesmo. Do conjunto dos oito objetivos que o Senhor Presidente da Câmara apresentou e projetou aqui, só vejo aqui incluído um, pelo menos em concreto, na resolução do Conselho de Ministros. Trabalhamos com aquilo que é concreto e com aquilo que podemos dizer ou podemos exigir responsabilidades em relação àquilo que foi aprovado. Dos oito objetivos está cá um. Portanto, louvar um Governo que deu resposta a um objetivo, a uma proposta que é feita no Plano... Poderia ter justificação até pelo valor e a importância, mas em período de campanha eleitoral, como é evidente, há aqui um aproveitamento, um oportunismo da bancada do Partido Socialista no sentido de com este voto de louvor não estarmos a falar de facto na barragem, mas estamos a falar num voto de louvor ao Governo. Podíamos agradecer o Governo como o Senhor Presidente da Câmara disse aqui. Fez aquilo que deveria fazer e já o deveria ter feito há mais tempo. -----

Portanto, agradecer o quê? Vale mais qualquer coisinha do que termos tudo! É qualquer coisinha que temos, mas vir aqui louvar neste período é desagradável.” -----

2.5.9 - Voto de Louvor à ULS da Cova da Beira/Hospital Pêro da Covilhã pela nova Unidade de Intervenção – Cardiologia -----

“Desde o primeiro dia do mês de fevereiro que está em funcionamento no Hospital Pêro da Covilhã, que integra a Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, a Unidade de Cardiologia de Intervenção com sala de cateterismo e angiografia cardíaca.

Este serviço, que dá resposta a doentes cardíacos agudos, evita que doentes tenham de percorrer centenas de quilómetros para serem assistidos.

O desejo de se responder às carências agudas de doentes cardíacos no interior do país era um tema que vinha sendo abordado há já mais de uma década. Este ensejo foi finalmente concretizado,

permitindo assim a cobertura do tratamento de doenças do foro cardíaco numa área que abrange mais de 300 mil pessoas, tratando-se, por isso, da conclusão de um projeto estratégico fundamental para toda a região e sobretudo para o interior do país.

Esta, é mais uma prova do investimento que se tem levado a cabo no nosso Serviço Nacional de Saúde, que responde a cada vez mais necessidades assistenciais hospitalares e uma importante conquista para o Hospital Pêro da Covilhã, para a Unidade Local de Saúde da Cova da Beira e para toda a população da área abrangente.

Pelo trabalho incansável na supressão desta necessidade fundamental aos cuidados de saúde de todos nós, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de Louvor à Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, ao Hospital Pero da Covilhã e a todas e todos os profissionais que contribuíram para a criação desta unidade.” (Doc.15) -----

--- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Obviamente que concordamos com o voto de louvor, finalmente, pela entrada em funcionamento desta unidade, mas não posso deixar de questionar ou de perguntar, nomeadamente ao Executivo porque, enfim, já cá andamos há uns anos e foi aprovada nesta Assembleia Municipal, salvo erro em 2014, uma dotação financeira para a contribuição da Câmara para esta unidade. Na altura, era a unidade hemodinâmica. É só para saber se a Câmara Municipal pelo menos disponibilizou esse dinheiro ao Centro Hospitalar da Cova da Beira porque, de facto, eram 200 mil euros, era coisa pouca, mas pelo menos era de boa vontade e pelo menos que eu saiba, em termos de execução orçamental, esse dinheiro nunca saiu dos cofres da Câmara e nunca entrou nos cofres do Centro Hospitalar. -----

Na altura penso que foi aprovado por unanimidade e penso que o reconhecimento não se faz só nas palavras, mas também se faz nos atos e por essa razão é que eu questiono aqui.” -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor à ULS da Cova da Beira/Hospital Pêro da Covilhã pela nova Unidade de Intervenção – Cardiologia** foi **aprovado por unanimidade.** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, a Senhora Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** Obviamente que não podíamos deixar de nos associar a este voto de louvor à ULS e aos seus profissionais, a quem inclusivamente já nos referimos de forma muito reconhecida e positiva em assembleias passadas. -----

Consideramos que este investimento é quase um oásis no deserto, atendendo ao mísero estado em que se encontram muitas das situações de saúde em Portugal. -----

O único ponto com o qual não concordamos dentro deste voto de louvor é que o investimento real que vem lá mencionado não é, de facto, o que acompanha os anúncios feitos.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: “O Partido Socialista votou favoravelmente este voto de louvor porque este é um serviço que dá resposta a doentes cardíacos agudos e evita que doentes tenham de percorrer centenas de quilómetros para ter o tratamento necessário e serem assistidos. -----

Isto naturalmente reflete um investimento que tem sido efetivamente levado a cabo no Sistema Nacional de Saúde, que hoje também, como é sabido embora os meios de comunicação social tentem demonizar um bocadinho aquilo que se passa no nosso Serviço Nacional de Saúde, tem conseguido dar mais respostas, tem conseguido assistir mais pessoas, mais utentes e, sem dúvida, tem sido feito efetivamente mais investimento no Serviço Nacional de Saúde. -----

Não está efetivamente tudo bem, mas estas pequenas conquistas são, sem dúvida, um farol de esperança para os tempos que aí vêm e também são, sem dúvida, muito importantes para as pessoas, porque lhes prestam um serviço fundamental e é naturalmente pelo trabalho incansável na superação desta necessidade que o Grupo Municipal do Partido Socialista redigiu e votou favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do CDS-PP indicou para discussão o tema “Concretização das competências do Município e atual estado da saúde no Município” e o Grupo Municipal do Partido Socialista designou o tema “Saúde”. -----

Sendo temas similares, foram feitas as apresentações de cada grupo municipal proponente e, de seguida, debateram-se em simultâneo. -----

--- O Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez a seguinte apresentação do tema: -----

“Relativamente à concretização da política de saúde ou das competências de saúde em matéria do Município, há 2 ou 3 questões muito simples que temos que convir. -----

A Lei de Transferência de Competências instituiu que a transferência se concretizasse em 2022. Dessa concretização de competências, a única coisa que temos público foi a aprovação do regimento ou do regulamento da composição e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde e foi eleita nesta Assembleia uma representante das juntas de freguesias para este Conselho Municipal de Saúde. -----

Ou eu tenho andado desatento ou pelo menos não há notícias de funcionamento deste Conselho Municipal de Saúde. Era essa a primeira questão e a constatação que eu coloco: tem funcionado? Por que é que esta Assembleia não tem conhecimento do funcionamento deste Conselho Municipal de Saúde? É porque não funciona ou ainda não houve reuniões, conclusões, pontos ou não houve aqui nada que pudesse efetivamente concretizar-se ao nível das suas competências que são aquelas essenciais para a saúde do Concelho? -----

Na Lei das Transferências, define-se: -----

- Nomeadamente no artigo 3.º deste regulamento que compete ao Conselho Municipal de Saúde designadamente contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal. Existe? Não temos conhecimento dela. Vamos à página do Município, temos uma declaração genérica que estamos todos a ficar muito mais saudáveis; -----
- Emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde do Concelho da Covilhã que tinha que ser aprovado nesta Assembleia. Acho que é o documento essencial para aquilo que é a garantia da saúde dos Covilhanenses e, de facto, não há estratégia municipal de saúde. Nas minhas várias participações, acuso sempre o Município e o Executivo Municipal de não haver estratégia e dizem-me que a estratégia existe. A verdade é que, quando a lei exige e quando eles próprios se comprometem a fazer e a aprovar uma estratégia municipal de saúde, desde agosto de 2022 a esta parte, zero. E alguma coisa não está bem porque é aqui que temos que saber qual é o caminho que queremos para a saúde dos nossos munícipes;
- Dar ou emitir parecer sobre o planeamento da rede de saúde de cuidados primários. Algum parecer deste Município ou deste Conselho Municipal sobre esta matéria? Zero; -----
- Propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença... Como eu digo, ou estou muito desatento ou não conheço nenhum. De facto, passaram-se 2 anos desta aprovação e estou a falar da aprovação e da publicação em *Diário da República* deste regulamento. Não estou a falar daquilo que o Município tinha que começar a fazer logo que assumiu estas competências; -----
- Propor a troca de informações e cooperação das entidades representadas. Também desconhecemos; -----
- Recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas, sugestões sobre as questões relativas à saúde e, sobretudo, analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização, que, no caso concreto e não obstante estas alterações que houve para as ULS's, a verdade é que o Município tem competências específicas no âmbito da rede de cuidados primários, nomeadamente do ACES que é aquele em que fazemos parte (ACES Cova da Beira), e propor, saber e acompanhar o desenvolvimento destas unidades. Há alguma análise? Que eu saiba, não. -----

Sabemos que existem diagnósticos que são transversais ao país todo. Não há médicos de família. Na Covilhã, e estamos a falar apenas da Covilhã, do Teixoso e do Tortosendo que são as áreas de intervenção do ACES Cova da Beira, das unidades que fazem parte do nosso Município, pelos dados oficiais que estão no bilhete de identidade dos cuidados primários, a Covilhã tem 6 mil utentes sem médico de família em 30 mil; o Teixoso é o que tem melhor taxa (tem uma taxa de 95% com

médico de família e tem apenas 390 e poucos sem médico de família); e o Tortosendo tem 1670 e tal. Portanto, estamos a falar na ordem dos 7 mil ou 8 mil utentes sem médico de família na Covilhã e isto é porque não existem médicos. Sabemos que, de facto, há uma falta de médicos. Ainda recentemente houve um concurso em que o chamado Centro de Saúde da Covilhã conseguiu ter mais 3 médicos, mas ainda faltam, no quadro, médicos de família para esta unidade; no Teixoso e no Tortosendo os concursos ficaram desertos. -----

Sabemos que é este trabalho que os municípios têm que ter de captação, de dar condições aos médicos para virem trabalhar para nós. Sabemos, é conhecido e é público que existem municípios que já têm esta preocupação. Dou o exemplo do caso de Mação que dá um apoio de mais 2.500 euros aos médicos que queiram ir para lá trabalhar, mas ainda assim nem todos vão para lá porque continuam com as vagas em aberto. O problema não é só despejar dinheiro ou aplicar a receita do PS como tem feito de despejar dinheiro para o problema. É preciso sabermos o que é que o município efetivamente tem de fazer para cativar estes novos médicos para que venham trabalhar para o nosso município. -----

Acho que é evidente que hoje em dia o essencial é saber o que é que podemos fazer, o que é que o município pode fazer em termos de infraestruturas, de serviços de apoio aos médicos, nomeadamente aos mais novos. Estamos a falar de creches, de transportes, de várias outras situações, mas sobretudo da garantia de que o médico poderia vir participar na Covilhã num projeto com futuro, com condições, com meios para se poder desenvolver. Existem esses meios e existem esses projetos. Curiosamente, a concretização das medidas em termos de saúde do município, que nós sabemos (e quero-me considerar como uma pessoa minimamente informada nesta matéria pelo aquilo que é transmitido e por aquilo que é feito ou dito pela Câmara), é zero. Passados 2 anos de assumir as competências, a Câmara não fez nada nesta matéria ou pelo menos se o fez fê-lo em segredo porque publicamente não existe. -----

Não podemos deixar, de facto, de estar preocupados com esta situação porque a realidade do sistema dos cuidados primários no nosso Concelho e nomeadamente na área onde nos inserimos é efetivamente deplorável. No site do bilhete de identidade dos cuidados de saúde primários, o ACES Cova da Beira tem um índice de desempenho global, que é a concretização das várias situações, dos acompanhamentos, das visitas, das condições, da formação, de todos os critérios que o próprio Serviço Nacional de Saúde determina, de 0 a 100, de 37,30%. É, no mínimo, vergonhoso e somos o principal núcleo populacional deste ACES Cova da Beira. -----

Temos que perceber que, curiosamente, existem aqui algumas esperanças. Houve na Covilhã uma Unidade de Saúde Familiar que funcionou desde 2020 até 2023 e que foi encerrada, curiosamente com a promessa de que iriam ter obras nas instalações para poderem funcionar autonomamente no Centro de Saúde, que até hoje não existem. Ou seja, a unidade começou, teve que fechar pelas razões que foram, uma delas pela inércia do Município e agora lança-se um novo concurso que fica sem concorrentes. Por alguma razão será. -----

A situação da saúde no Município, em termos de cuidados primários, é de facto preocupante. ----

Pergunto se outros municípios já estão a fazer alguma coisa e quando é que o Município da Covilhã começa a pensar em fazer alguma coisa.” -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez a seguinte apresentação do tema: **(Doc.16)** -----

“Em 1979, a Lei n.º 56/79, marcou a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal. ----

O país viu assim “nascer”, porventura, a mais bela criação coletiva que os portugueses conseguiram depois do 25 de abril de 1974, que assegura o acesso universal e tendencialmente gratuito a cuidados de saúde para todos os cidadãos, independentemente da sua condição social ou económica, e financiado através de impostos. -----

Até então a assistência médica competia às famílias, instituições privadas e aos serviços médico-sociais da Providência. Ao Estado competia a assistência aos pobres. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

*Considerando o órgão político onde estamos, é oportuno lembrar que em 1979, colocada à votação a proposta de Lei da criação do SNS na Assembleia da República, ela foi aprovada pelo PS, pelo PCP, pela UDP e pelo Deputado independente Brás Pinto, **com os votos contra do PSD, do CDS e dos Deputados independentes sociais-democratas.** -----*

*Já lá vão 45 anos e hoje, talvez mais que nunca, valha a pena lembrar **quem, desde a primeira hora, se opôs e quem criou e sempre defendeu o SNS.** -----*

A minha sentida homenagem e gratidão, na pessoa do saudoso António Arnaut - pai do SNS - a todos quantos criaram, mantiveram e melhoraram ao longo dos 45 anos o nosso SNS! -----

O SNS tem sido ao longo destes 45 anos de vida um fator determinante de coesão social e territorial. -----

A evolução na qualidade de vida e das condições de saúde dos portugueses nestes 45 anos é extraordinária. -----

É indesmentível que o SNS tem novos desafios e algumas deficiências. É evidente que tem problemas, é verdade que é preciso melhorar, mas é também factual que o SNS tem hoje mais condições de resposta do que tinha no passado recente e que o caminho é reforçá-lo e não enfraquecê-lo! -----

É inquestionável e factual que, apesar de todas as dificuldades e necessidades de melhoria, o SNS presta hoje mais cuidados e serviços de saúde, do que alguma vez prestou no passado. Há hoje um SNS com mais orçamento que produz mais consultas, mais cirurgias, mais serviços de urgência, mais e melhores cuidados aos cidadãos. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Mas ao falar de saúde nesta Assembleia e neste ponto da agenda, quero analisar a escala do nosso território, da nossa população e falar da situação que vivemos na Covilhã e na Cova da Beira. ----

Aqui há que começar por saudar e agradecer às estruturas e aos profissionais de saúde que nos prestam, diariamente, cuidados de saúde na nossa região. -----

Aos profissionais do Centro Hospitalar Universitário e do ACES Cova da Beira, fundidos desde janeiro na Unidade de Saúde Local da Cova da Beira, a minha gratidão, o meu agradecimento e o meu reconhecimento pelo esforço que diariamente fazem para nos manter com saúde. -----

Numa altura em que somos diariamente bombardeados com notícias de problemas e dificuldades no acesso e prestação de cuidados de saúde em várias estruturas no país, o nosso hospital e as nossas estruturas - neste aspeto - **são notícia exatamente por não serem notícia!** -----

Não se ouve falar de encerramento de serviços, de transferência de doentes por incapacidade de resposta, de limitações de horários, etc. -----

Pelo contrário, o Centro Hospitalar Universitário é hoje uma peça fundamental no apoio e assistência às populações vizinhas, auxiliando nas dificuldades das unidades hospitalares próximas, nomeadamente da Guarda e Castelo Branco. -----

O nosso hospital só tem sido notícia por coisas positivas. Ora porque abrem novos serviços - como é o mais recente caso da Unidade de Intervenção Cardiológica - ora porque presta bons cuidados de saúde não apenas às suas populações mas também às populações das unidades vizinhas, quando estão com dificuldades. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

permitam-me que neste agradecimento e reconhecimento me refira em especial a uma pessoa. Serei suspeito porque tenho a honra de ser seu Amigo e ele é Presidente desta Assembleia, mas em consciência e por justiça, não podia deixar de o fazer. O Dr. João Casteleiro falava há dias, numa entrevista ao Jornal do Fundão, numa “cultura de ligação e interajuda” e “uma capacidade rara de relacionamento” na equipa do Centro Hospitalar e da importância desse ambiente para explicar o sucesso do crescimento e afirmação do Centro Hospitalar Universitário, no panorama regional e nacional. -----

Não tenho dúvida dessa importância nem que esse ambiente se deve muito à cultura com que este Centro Hospitalar foi construído ao longo dos anos, pelas diferentes administrações, e sobretudo pelas qualidades de liderança do Dr. João Casteleiro. -----

Senhor Dr. João Casteleiro em meu nome, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, e estou certo que em nome desta Assembleia e de todas e todos os covilhanenses, o meu bem-haja pelo seu trabalho e a nossa gratidão, a si e a de toda a equipa que lidera. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Os covilhanenses e os cidadãos da região são servidos pelos cuidados de saúde prestados pelos Centros de Saúde do antigo ACES Cova da Beira e pelo Centro Hospitalar Universitário que garantem os cuidados na área territorial de 3 Concelhos - Covilhã, Belmonte e Fundão - e franjas dos Concelhos de Manteigas, Sabugal, Pampilhosa da Serra e Penamacor, o que corresponde a cerca de 100 mil habitantes. -----

O Centro Hospitalar Universitário é hoje um dos mais respeitados e certificados hospitais do país. Esse reconhecimento é transversal pelos organismos públicos mas também pelo setor privado da

saúde. A forma exemplar e eficaz como lidou com a pandemia COVID19 são aliás um exemplo bem demonstrativo. -----

A sua credibilidade e qualidade é reconhecida pelos diversos prémios que tem ganho e certificações que tem conseguido, como é o exemplo da prestigiada certificação "Joint Committion International" bem como os diversos projetos de investigação nacional e internacional em que são chamados a participar. -----

Mas estou certo que a melhor certificação e prémio que obtêm é o reconhecimento dos seus utentes. O grau de satisfação recolhido pelos inquéritos em papel, pelas avaliações enviadas por email ou através da aplicação do CHUCB, têm sido, ao longo dos anos, nunca inferior a 94% e é público que todas as reclamações substanciais são analisadas e respondidas individualmente. ----

É também frequente encontrarmos escritos públicos de utentes, nas redes sociais e na imprensa regional, agradecendo e enaltecendo a qualidade dos serviços que ali obtiveram e a capacidade e sensibilidade humana de todos os seus profissionais. -----

Não tenho dúvida, Senhoras e Senhores Deputados que este é o melhor reconhecimento e certificado de qualidade que estas unidades de saúde podem obter. -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O nosso Centro Hospitalar é composto por 3 unidades - Hospital Pêro da Covilhã, o Hospital do Fundão e o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental. Nestas unidades presta 40 Serviços Médico-Cirúrgicos com 3 portas de urgências separadas - a Urgência Geral, a Urgência Obstetrícia e a Urgência Pediátrica. -----

Para além disso dispõem de serviço de Telemedicina em 6 especialidades e serviços verdadeiramente diferenciadores e de excelência - que não são habituais encontrar em hospitais do interior - como sejam o Serviço de Medicina Reprodutiva, a recente Unidade de Intervenção Cardiológica ou ainda o Serviço de Medicina Paliativa que funciona há mais de 30 anos. -----

É também uma peça chave e determinante no ensino das Ciências da Saúde nos diferentes cursos da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI e um muito importante empregador na região, tendo ministrados mais de 600 estágios em medicina - nacionais e internacionais - no ano de 2023. -----

O CHUCB contava em 2023 com 1559 trabalhadores, dos quais se contabilizam cerca de 340 médicos e 474 enfermeiros. -----

Analisando ainda os números, verificamos que aplicou mais de 12 milhões de euros em investimentos entre os anos de 2016 e 2023 e tem um plano de investimentos para o futuro de 18 milhões de euros, onde se destacam, entre outros, a aquisição de equipamentos de Ressonância Magnética. -----

Em 2023 o CHUCB registou 9558 internamentos, realizou mais de 156 mil consultas médicas, e respondeu a mais de 70 mil episódios de Urgência. -----

Deu também vida a 586 novas crianças que em 2023 nasceram com a ajuda dos seus profissionais e que representaram o maior número de partos de toda a Beira Interior e maior número de nascimentos registados desde 2013. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Falemos agora dos cuidados de saúde primários. O Centro de Saúde da Covilhã abrange mais de 51 mil habitantes e organiza-se em 3 Unidades de Saúde - Covilhã, Teixoso e Tortosendo - e 25 extensões de saúde cobrindo a totalidade das freguesias e aldeias do nosso Concelho. -----

Dispõem de 32 médicos, 11 médicos internos, 55 enfermeiros, 8 técnicos especializados (Nutricionistas, Assistentes Sociais, Radiologistas, etc.) apoiados por 34 Assistentes Técnicos. -----

No Centro de Saúde da Covilhã, em 2023, existiam 51.396 utentes registados, dos quais 44.412 dispunham de médico de família, existindo 6.984 sem médico de família atribuído. -----

Para além disto, o Centro de Saúde da Covilhã dispõe diariamente de consultas abertas, ao dispor de todos os cidadãos, nomeadamente daqueles que não dispõem de médico de família atribuído. -

Quer isto dizer que nenhum cidadão que necessite de cuidados de saúde, deixa de ser atendido nalguma das estruturas ou modalidades de atendimento disponíveis. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

Apesar desta realidade e destes números, obviamente que há várias situações que nos preocupam e merecem a nossa atenção. -----

A falta de médicos de família para cerca de 6 mil pessoas é uma preocupação que esperamos venha a ser resolvida com a nova ULS. -----

Os tempos de espera dos utentes são também aspetos em que esperamos potencial de melhoria. -

Mas tenhamos consciência de que, na Covilhã e na região, temos a felicidade e a segurança de dispor de serviços de saúde do melhor que há no país. -----

Os cidadãos da nossa terra, e aqueles que para aqui se querem deslocar, podem estar seguros de que na Covilhã, sempre que necessitem, irão dispor de um serviço público de saúde capaz, de qualidade e à altura para prestar os melhores cuidados. -----

A rede de saúde de que dispomos garante aos nossos cidadãos que aqui encontram um serviço público de saúde de excelência desde a prevenção, à concepção e maternidade, até ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados paliativos em fases mais avançadas. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Na Covilhã, os serviços de saúde são sem dúvida, um dos muitos fatores de atração e fixação de pessoas e da sua afirmação e liderança regional.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Penso que, quer a bancada do CDS quer a do Partido Socialista, fizeram efetivamente a radiografia à saúde da nossa região. Estar de alguma forma a repetir dados ou a repetir situações, penso que é perfeitamente inócuo, daí que eu deixaria apenas duas notas acerca desta situação da saúde e que são as

seguintes: -----

- Não há dúvidas nenhuma de que o serviço público na nossa região existe, funciona com as limitações inerentes, mas não deixa de alavancar tudo aquilo que também lhe está adstrito, daí que se saúdam os investimentos privados que cada vez mais acontecem nesta nossa cidade. Isso é demonstrativo, como é lógico, de que primeiro e antes de mais nada o serviço público está cá e é uma referência; -----
- Mas se o destino privado também vem, naturalmente é porque não está tudo feito e há necessidade de fazer mais. Sabemos que cada vez mais há esta possibilidade de defender não única e exclusivamente o serviço público, mas também o privado em complemento para benefício de tudo e de todos. -----

No entanto, eu gostaria de alertar aqui para uma situação que é a seguinte: nós temos aqui uma vizinha chamada Coimbra que apostou, e de que maneira, no mundo da saúde e descurou efetivamente outras possibilidades de investimento. -----

Já tivemos na nossa história, em pelo menos duas situações concretas no que diz respeito à indústria têxtil e no que diz respeito à confecção, onde se colocaram as fichas todas, onde se fizeram os investimentos todos e depois veio a acontecer aquilo que aconteceu. -----

Apostemos na saúde, façamos por isso, mas não descuremos outras situações e outros investimentos que são aqui efetivamente necessários. Mas o investimento privado e não pode nunca ser desligado do investimento público. Aquilo que gostaria de deixar para a análise e no que diz respeito aqui à nossa saúde é o seguinte: a instalação de novas empresas, a captação de novos investimentos na área da saúde se calhar também obriga aqui a um investimento público. -----

E quando eu digo investimento público, digo manifestamente, a cidade neste momento está estrangulada, basta olharmos para várias horas em que aqui na nossa cidade o trânsito já não flui. Portanto, é necessário e imperioso rasgar novas vias, ter uma visão estratégica e apelativa do futuro que efetivamente já aí está porque se efetivamente colocamos hospitais privados e clínicas privadas, somos os primeiros a estar de acordo que isso aconteça. Mas e as vias para que efetivamente se chegue a todo o lado para que efetivamente as pessoas possam ir a esses locais e a seguir seguirem naturalmente o seu percurso normal e natural? Não podemos, de forma nenhuma, deixar de pensar nesta situação em concreto. -----

Um cumprimento em particular e na pessoa do Senhor Presidente, realmente ao nosso Centro Hospitalar por tudo aquilo que tem feito e naturalmente também não queria deixar de perder esta oportunidade para, na sua pessoa, realmente regozijar por tudo aquilo que tem feito.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Em relação a este debate e às duas apresentações que nos foram aqui apresentadas, salientar, no fundo, que elas são de facto complementares. Uma centrou-se sobre o Serviço Nacional de Saúde, os seus méritos ao longo destes anos e do trabalho que tem sido realizado e da evolução que este trouxe para a esperança de vida das pessoas e para o bem-estar das populações; e a intervenção do CDS centrou-se mais naquilo que são as competências ao nível local da Câmara Municipal que é também aquilo que acho que é mais importante neste momento, sendo que o Serviço Nacional de Saúde também está

bem, tem feito um bom trabalho, mas também se reconhece que a situação globalmente se agravou significativamente ao longo dos últimos anos, na nossa opinião, porque o Governo do PS prosseguiu de forma obstinada uma política de agravamento da carga laboral e das condições de trabalho dos profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde, o que incentivou o afastamento de muitos deles e desincentivou a entrada de outros. -----

O Governo manteve um baixo investimento nos equipamentos e infraestruturas de saúde. Apenas 30% do orçamento é realizado e centralizou cada vez mais as decisões de gestão, limitando a adaptação do serviço às necessidades das populações que devem servir. -----

Os recursos do Estado são transferidos para o setor privado em cada vez maior volume e percentagem, em detrimento da aposta nos serviços públicos. -----

As alterações legislativas em curso vão incluir mais profissionais a saírem do Serviço Nacional de Saúde. -----

Em consequência desta política, dezenas de serviços hospitalares foram encerrados ou viram o seu funcionamento fortemente limitado e mais de 1.700.000 utentes não têm médico de família. Agravaram-se as listas de espera para cirurgias, consultas, exames complementares e tratamentos, favorecendo claramente os grupos privados da saúde, o custo dos medicamentos, enfim... Isto é um espelho de certa forma da realidade a nível nacional do Serviço Nacional de Saúde e recordo aqui que um dos motivos para a não aprovação do Orçamento de Estado do PS em 2021 ou 2022 foi o facto de o PS não aceitar a proposta do PCP do reforço do Orçamento na área da Saúde. ----

A nível local, que é aquilo que importa ver, a Câmara Municipal aceitou a delegação de competências na área da saúde na base do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que de certa forma define aqui um conjunto de objetivos e de competências que passaram para a Câmara Municipal, que se traduziram no Regulamento de Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde. Mas também acrescentava aquilo que já aqui foi acrescentado pelo CDS: a questão do funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, de que também não tenho notícia. A existência ou não da estratégia municipal de saúde que é definida nos documentos, parece-me também que não existe. E também não existe, que não foi referido, a Comissão de Acompanhamento e Monitorização que o artigo 10.º da Lei refere. Também não tenho conhecimento da existência dessa Comissão. -----

Estamos aqui, de facto, perante um assunto pertinente quer a nível nacional e a nível local porque, fazendo parte do Serviço Nacional de Saúde, todo o trabalho que a Câmara pode desenvolver, salientando tudo aquilo que é referido das suas competências, da sua articulação, das sinergias com outras entidades ligadas à saúde, ligadas ao Serviço Nacional de Saúde, e saliento a questão do bom funcionamento da rede de cuidados de saúde primários. Nos últimos tempos, temos verificado muitas vezes os hospitais e as urgências entupidos por causa de um deficiente funcionamento da rede de cuidados de saúde primários na entrada do utente no Serviço Nacional de Saúde. -----

Também temos que salientar a competência, neste caso da Câmara com as entidades de saúde, na implementação dos programas de promoção da saúde e prevenção da doença, que é aquilo que o Serviço Nacional de Saúde faz e que os privados não fazem porque os privados tratam da

doença, tratam do negócio da saúde e não trabalham no sentido da promoção da saúde e da prevenção da doença. -----

Portanto, vamos esperar que a Câmara Municipal nos dê as explicações necessárias e úteis, não da questão do Serviço Nacional de Saúde que é uma competência da Administração Central, mas havendo aqui esta interligação com as competências e a aceitação de competências pela Câmara Municipal, existem de facto responsabilidades que competem ao Município e que interessa que a Assembleia Municipal tenha conhecimento do trabalho que está a ser feito e não termos só notícias de vez em quando de que foram entregues duas viaturas para substituir outras ou que se dá o apoio material. -----

É importante, uma das propostas e uma das ideias que são colocadas pela CDU, dotar as extensões do centro de saúde e o centro de saúde, portanto, a rede de cuidados primários, também com alguns equipamentos de diagnóstico. Aquilo que se verifica hoje nesse centro de saúde é que não existem de facto. Os médicos que hoje fazem esse trabalho, não têm equipamento simples de diagnóstico, de algum diagnóstico rápido e simples. -----

Depois, os 8.000 utentes existentes na Covilhã que não têm médico de família. Era urgente e importante colmatar, assim como parece-me que um médico por semana na freguesia A ou B. A Aldeia de São Francisco de Assis esteve um mês ou quase dois meses sem médico de família. Não foi substituído o médico que, por razões de doença, não podia estar presente, sentindo-se aquela população de certa forma abandonada. Estamos a falar em populações idosas, populações com dificuldades de mobilidade, populações com dificuldades, muitas vezes, económicas, que se veem nestas freguesias muitas vezes abandonadas. -----

Penso que, neste momento, a Unidade Local de Saúde poderá ou não dar resposta a estas situações, mas existe muito trabalho a fazer no nosso Concelho.” -----

- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes iniciou dizendo “Permitam-me não abordar neste debate o panorama nacional pelo potencial que vejo na política local e pelo próprio objetivo deste órgão. Permitam-me ainda não incluir uma descrição exaustiva das entidades que compõem a saúde no nosso município e também não adular os presentes, não obstante o claro impacto que têm no setor. -----

Trazer a este debate o tema da saúde exige logo à partida que seja reconhecida e louvada a nova unidade de intervenção cardiológica da Covilhã. Além do benefício que trará aos utentes do município e de toda a região, esta unidade tem também o claro potencial de atrair jovens médicos e outros profissionais de saúde que têm agora no nosso hospital mais uma oportunidade de desenvolvimento e progressão da sua carreira. -----

Questiono apenas se, com a criação desta unidade, foi acautelada a contratação de técnicos para a mesma por forma a evitar a transferência destes de outros serviços onde são essenciais. -----

Além disso, e não obstante a ambiguidade do papel da Câmara Municipal neste aspeto, parece-me que devemos valorizar também o facto do Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira ter sido o único da região sem limitação dos serviços de urgência no período crítico que decorreu no final do ano civil transato e que se arrasta ainda em algumas unidades da região. Demonstra-se

assim que a Covilhã está dotada de profissionais resilientes e com grande espírito de sacrifício em prol do bem-estar da comunidade. -----

Enaltecer ainda a recente entrega de viaturas pela Câmara Municipal aos centros de saúde da Covilhã com o propósito, e passo a citar, *"de garantir melhores condições de comodidade e segurança na prestação de cuidados de saúde à população do concelho"*. Aproveito para questionar se serão essas as viaturas que levarão o médico de família à população das várias freguesias do Concelho que estão sem assistência médica e que recorre, muitas vezes, ao serviço de urgência para ver resolvidos os seus problemas que, em primeira instância, não seriam urgentes, mas que adquirem esse carácter pelo período prolongado sem apoio médico e de enfermagem. -----

E, por falar em falta de médicos, já sabemos que as medidas para fixar os jovens na Covilhã são escassas, mas que medidas é que a Câmara Municipal pensa tomar para contornar esta questão e dar um médico de família aos quase 20% da população do Município que não têm um? -----

Pressuponho então, e falando em veículos, que se tenta aproveitar a boleia dos investimentos privados na saúde aqui na região para recrutar médicos e colmatar esta lacuna. A minha questão é se atualmente não conseguimos persuadir profissionais a deslocarem-se, por exemplo, à Aldeia de São Francisco de Assis, à Barroca Grande, a Casegas, Ourondo ou ao Sobral de São Miguel, como é que fará com profissionais que eventualmente virão? E aqui gostaria de pegar nas palavras do Senhor Deputado João Bernardo para dizer que efetivamente não se trata apenas de dinheiro, mas sim de demonstrar as potencialidades do nosso Município e criar, por exemplo, acessos decentes que permitam viagens em segurança dos profissionais para eles se deslocarem às aldeias. -----

Para terminar, a Covilhã tem a única Faculdade de Medicina do interior do país. Os estudantes desta instituição organizam várias vezes por ano, e com algum apoio da Câmara Municipal, visitas a várias freguesias no âmbito da saúde, nomeadamente na realização de rastreios. Os estudantes desta instituição, durante mais de 4 anos, fizeram parte de uma task force que permitiu a gestão de doentes de COVID e de todos aqueles que, não infetados, tinham dúvidas e receios relativamente à pandemia. -----

Deixo uma questão e uma sugestão: por que é que a Câmara Municipal não se junta agora a esta instituição ímpar e usufrui dos conhecimentos e capacidades dos estudantes de Medicina da Covilhã para, por exemplo, renovar receituário de medicação crónica às centenas de utentes que muitas vezes interrompem os seus tratamentos, colocando a sua saúde em risco e sobrecarregando mais tarde o serviço de urgência, só por não terem disponível um médico que passe as suas receitas? -----

E, por último, já que falamos nos estudantes que também se deslocam entre a Covilhã, a Guarda e Castelo Branco, quero só questionar como é que está a criação do Centro Hospitalar da Beira Interior. Vai avançar mesmo com a questão da ULS? Como é que estamos?" -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** "Acho que foi um debate muito interessante que permitiu perspetivar duas formas diferentes de encarar a saúde e o estado da saúde no nosso Concelho. -----

Com todo o respeito, Senhor Deputado João Bernardo, e com todas as insuficiências que porventura as nossas estruturas e cuidados de saúde tenham, não acho que estejamos a prestar um bom serviço à causa covilhanense e à capacidade de atração de novas pessoas e de novos investimentos à nossa cidade aoirmos traçar um cenário catastrofista e até desligado da realidade daquilo que é o estado da saúde no nosso Concelho. -----

Nem tudo está bem naturalmente, nem tudo está feito. Há coisas a melhorar, mas não me parece que seja um bom contributo para a causa do desenvolvimento da nossa cidade e do nosso Concelhoirmos dizer que tudo está mal e tudo é uma desgraça e tudo é uma catástrofe e que vamos todos morrer! Bom, isso é certo: vamos todos morrer um dia, não é?! Mas divergimos nessa forma de apresentar os problemas e de apresentar as questões. -----

Depois também me parece que ficou claro, não só neste debate, mas do ponto de vista político e em termos ideológicos, da forma como esquerda e direita encaram as questões da saúde. Dizia um amigo meu (vou pagando direitos de autor para citar): “para a direita, os cidadãos são clientes; para a esquerda, os cidadãos são utentes.” E esta é porventura a grande diferença na abordagem que esquerda e direita, PS e PSD (ou AD, como preferirmos), têm na resolução dos problemas do SNS. Porque, com todas as insuficiências e imperfeições, é verdade que, e os factos e os números demonstram-no, o Serviço Nacional de Saúde nunca teve tanto financiamento como tem hoje, nunca produziu tantas consultas, tantas intervenções de urgência e tantas cirurgias como produz hoje. -----

Também é verdade que temos listas de espera; é verdade que temos pessoas que não têm acesso aos cuidados de saúde. No que divergimos entre a direita e a esquerda, entre o Partido Socialista e a Aliança Democrática, é em como é que vamos resolver isto. O que o Partido Socialista propõe é aquilo que se deve fazer: é continuar a investir no SNS; continuar a criar condições para atrair mais profissionais para o SNS; continuar a criar condições para valorizar as carreiras do SNS; continuar a criar condições para que o Serviço Nacional de Saúde seja universal, tendencialmente gratuito e para todos. -----

Na direita, já acusam que hoje o SNS falha porque tem grande prestação de serviços privados. Ora, a solução que a direita nos propõe é que se desinvista e se reforcem o investimento e canalização das pessoas para os serviços privados. É totalmente respeitável. Não temos nada contra, mas temos uma forma diferente de ver a sociedade, até porque no final, mesmo aqueles que têm seguros de saúde e que nunca entraram num Serviço Nacional de Saúde, quando têm um problema verdadeiramente grave, ao fim de uma semana ou duas, quando o plafond termina do seu seguro de saúde, eles vão parar ao SNS e é preciso que o SNS esteja lá robusto e com força para lhes dar resposta. -----

Esta é a principal diferença que existe entre a direita e a esquerda. É isto que nos distingue e que também, em 10 de março, nas próximas eleições, vai estar em discussão: a forma como os portugueses querem encarar o Serviço Nacional de Saúde e os cuidados de saúde que têm garantidos.” -----

- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD):** “Questionar se estou equivocada ou se o âmbito deste órgão é a discussão da política local e não nacional, porque não vi nenhuma das

questões que coloquei ser respondida, nem se tentou discutir nenhuma das questões que coloquei a debate.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Duas notas: em primeiro lugar, quando aceitámos e quando concertámos juntar os temas de debate, foi no pressuposto de que o CDS, como muito bem diz o Regimento, iniciava o debate e que o Partido Socialista encerrava, de acordo também com aquilo que diz o Regimento. E, portanto, por isso eu perguntei se havia mais alguma intervenção a ser feita antes da intervenção do Partido Socialista. Mas sem problema, sem deixar de sinalizar esta inconsistência, este incumprimento daquilo que inicialmente tinha sido acordado, quero dizer, Senhora Deputada, que o tema que o Partido Socialista propôs foi o debate.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interrompeu a discussão para informar que “o PSD cedeu tempo ao Senhor Deputado João Bernardo” e que após a intervenção findariam o debate. -----

Aproveitou ainda para esclarecer que “nem tudo tem que ser respondido porque têm tempos a ser cumpridos e, portanto, esta questão de responder, se utilizarem o tempo responde e, se não tiverem tempo, não podem responder.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Tive o cuidado de tentar não trazer para aqui discussões ideológicas e fiz questões muito concretas e muito objetivas no que diz respeito à concretização das políticas municipais em termos de saúde, e disse que são zero. -----

Nada foi feito desde 2022 até agora, a não ser a criação do Conselho Municipal de Saúde, que não conhecemos o seu funcionamento. Portanto, não temos resposta do PS a isto. -----

Vimos aqui falar de tudo e mais alguma coisa, mas eu não vou entrar nessa questão. Não faço visões catastrofistas. Leio os números que estão nos dados oficiais do Governo e do Serviço Nacional de Saúde. Visitem e consultem. Chama-se bilhete de identidade dos cuidados de saúde primários de Portugal e podem ver, unidade a unidade, os rácios todos, os índices de desempenho, de todos os utentes, ... Não sou eu que faço isso. Só o próprio Estado. São os dados oficiais. -----

Aquilo que me preocupa aqui é que a Câmara não tem resposta. O PS não tem resposta para isso. Foi-lhe perguntado duas vezes e vimos aqui a discutir a ideologia e perguntas concretas não fizeram. -----

Só uma recomendação, para terminar. É que no meio destas preocupações, existem modelos que funcionam e um modelo que funcionava, nomeadamente com a Unidade de Saúde Familiar da Estrela na nossa cidade, o índice de desempenho que está neste mesmo site ou nesta mesma fonte de informação é superior a 80% em 100. Não nos podemos esquecer que, afinal de contas, há mecanismos que podem funcionar. Serão só das pessoas? Certamente que não, mas obviamente que são os próprios médicos que fazem estas unidades de saúde familiar e que propõem este funcionamento. Se calhar, devíamos adotar isto para todo o Concelho e para todo o sistema da ACES, como acontece noutros municípios. Viseu é um caso concreto disto. Está tudo organizado há muitos anos, as unidades de saúde familiar funcionam lindamente com índices de desempenho

global superiores a 70% e nós aqui temos um índice sempre em global do ACES de 37%. Alguma coisa não está bem e cabe à Câmara fazer alguma coisa por isto.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou a “boa notícia” de que a USF iria recomeçar no dia 1. -----

- Foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “este tema é, de facto, um tema muito importante, mas a sua importância, para além da saudável discussão ideológica e partidária, é que até pode ser mais aprofundada noutros contextos. A verdade é que o importante é o que se faz. -

Assinalar que assumimos esta competência ainda não há um ano. Assinámos o auto em março de 2023. Já compusemos o Conselho Municipal de Saúde. Já reuniu uma vez e estamos a trabalhar no sentido de criar as boas sinergias para criar as tais boas estratégias, as perspetivas futuras de robustecimento do nosso sistema de saúde local e obviamente, incontornavelmente, temos a Universidade, que é sempre uma parceira privilegiada, e obviamente contando com os profissionais de saúde e com os académicos que nessa área trabalham, com quem já foram feitos contactos no sentido de aprofundar essa discussão, de elaborarmos bons documentos. -----

Mas a verdade é que as doenças, as maleitas, aquilo que aflige o nosso Povo não se compadece com planos nem com estratégias que estão a ser elaboradas e que são precisas. São efetivamente precisas, aprofundá-las, estruturá-las. Agora o importante é o fazer e nós fazemos. Vejam que, independentemente e mesmo antes de assumirmos responsabilidades neste domínio, demos sempre o nosso contributo com unidade móvel de saúde, com veículos, com obras no Centro de Saúde, sempre em permanente interlocução com o ACES Cova da Beira e com o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. Sempre em contato com a realidade, começamos a trabalhar e metemos mãos à obra. -----

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar, como sabem, um projeto ambicioso importante, necessário para atender a mais de 12 mil pessoas neste eixo mais urbano do nosso Concelho, já foi lançado o concurso. Lamentavelmente, ficou deserto. É algo que não controlamos. Teremos que subir inexoravelmente o valor da proposta que os técnicos consideravam adequado para o concurso e depois esperar que a obra se realize e ela realizar-se-á, como todas as obras que dizem sempre que “é para as calendas, isso nunca se fará, isso não se realizará”, mas depois a obra aparece, nasce e funciona. E esta também vai funcionar. Isto é uma nota importante. -----

Entretanto, no que diz respeito a todos os centros de extensões de saúde que estão disseminadas por todo o nosso Concelho, o Município tem vindo a responder a pedidos de assistência, de manutenção e de conservação das instalações. A ARS do Centro, quando fez a transferência e nos passou essa incumbência, também nos entregou um mapeamento ou levantamento das intervenções que eram mais prementes, mais urgentes e mais necessárias. Estamos a trabalhar nelas no âmbito também de financiamentos comunitários e financiamentos próprios. Temos: ----

- O Centro de Saúde da Covilhã – intervenção de substituição do sistema de climatização, mais pintura de paredes interiores. Valor mapeado estamos a falar de 332 mil euros (estou

só a arredondar). A previsão era que se tivesse iniciado a obra em 2023... só será possível este ano. -----

- A Unidade de Saúde do Tortosendo – reabilitação e splits. Valor mapeado de 550 mil euros. Mais de meio milhão de euros; previsão de início: este ano. -----
- A Unidade de Saúde de Vila de Carvalho – intervenção de substituição do sistema de climatização. Valor mapeado de 112 mil euros; previsão de início: também este ano. -----
- O Centro de Saúde do Teixoso – substituição de pavimento e adaptação de espaço para situações de mobilidade condicionada ... -----

Tinha muito mais para referir. São tantas coisas que há neste domínio e depois dizem que não se faz e estou a anunciá-las e estou a dizer o que é que está a ser feito. -----

Já agora, dar também nota, para além de um rol imenso que tenho aqui de situações a este propósito, que se os hospitais privados querem vir para a Covilhã é porque a Covilhã tem atratividade. Não é porque o nosso sistema de saúde funcione mal. Esse é que é o engano das pessoas. -----

Aliás, os responsáveis do maior hospital que vem para a Covilhã - não me pediram segredo -, disseram-me que o nosso Centro Hospitalar e o do Vale do Tâmega são os dois grandes hospitais de referência de Portugal. É um privado a dizê-lo. Portanto, se reconhecem isso não é porque consideram que estamos carentes. Eles reconhecem é que é um bom mercado para eles. Como diz e bem o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, que não venham é sangrar os recursos humanos dos nossos meios, das nossas unidades. -----

Quero acreditar, sou daqueles que acredita e sou um entusiasta de que, na verdade, estes hospitais vão atrair médicos e outros profissionais de saúde porque os vão remunerar bem e eles depois hão de querer também trabalhar, participar, ensinar, aprender na nossa Faculdade, no nosso Hospital e criarem-se aqui estas sinergias que eu acho que são frutuosas, são complementares. -----

Já agora, aproveito para anunciar, relativamente ao problema de acessibilidade relacionado com a saúde e que foi aqui ventilado, que vamos criar aquela via que vai da rotunda vulgo Intermarché, passo a publicidade, em direção à Associação Desportiva da Estação para tornar mais fluído o trânsito, retirar mais carga ao trânsito que impede muitas vezes a acessibilidade em tempo útil para acudir aos nossos doentes ao Centro Hospitalar, ao futuro Hospital da CUF e ao Hospital Privado das Beiras. -----

Neste triângulo, vamos desafogar o trânsito naquela zona, facilitar o acesso aos hospitais e também desviar trânsito aqui do centro da cidade. -----

Porque estivemos a falar de saúde, não queria deixar de, do fundo do coração, agradecer, saudar e louvar o trabalho que o Senhor, na qualidade máxima responsável pelo Hospital, e a sua equipa tiveram ao longo dos anos nesta unidade hospitalar e o empenho, carinho, afeto e a forma sempre tão humana com que tratam os nossos concidadãos e para além de humana, também muito competente.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 12:45 horas para almoço, sendo que não estiveram presentes durante o período da manhã a Senhora **Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra)** e o Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**. -----

A sessão reiniciou pelas 14:30 horas, não estando presente o Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho)**, tendo ainda se ausentado da mesma, pelas 16:15 horas, o Senhor **Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso)**. -----

3.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “já falámos da saúde, que não é menos importante, mas falámos no problema do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Para que não haja aqui muitas confusões: do Parque Natural da Serra da Estrela fazem parte menos municípios do que aqueles que compõem a Comunidade Intermunicipal. E já agora, a título informativo, o Plano de Revitalização vai além disso, ou seja, vai além do Parque. Incide essencialmente sobre o Parque, mas também os outros municípios que são nossos vizinhos e nossos amigos de trabalho e de território. Estamos todos irmanados no mesmo espírito e eles também tiveram, indiretamente, danos colaterais desse gravíssimo incêndio, desta tragédia que nos assolou. Portanto, dar esta nota de que o Plano de Revitalização vai para além do Parque Natural. -----

Por outro lado, esta é a primeira tranche da primeira parte do Plano porque o Plano de Revitalização tem muitos anos para ser implementado. Este Plano, numa primeira fase tem 4 anos, mas depois há matérias que vão ser objeto de trabalho, como não pode deixar de ser, durante cerca de uma década porque aquilo que o incêndio consumiu em poucos dias vai levar muitos anos a recompor-se. Isso não é tarefa fácil. -----

Fazendo aqui um bocadinho de história e, ao mesmo tempo tentando ser o mais objetivo possível e despir toda a carga partidária, ideológica, de dificuldade circunstancial, não podemos deixar de falar numa questão essencial. Dizia o Senhor Deputado Vítor Reis Silva que, na prática, aquilo que resulta do Plano se reconduz essencialmente a uma questão. Obviamente que ele diz isto porque ainda não conhece o Plano e eu também não conheço na sua plenitude porque, como sabem, isto foi uma decisão tomada em Conselho de Ministros, de que foi feita uma síntese, e o Plano é muito vasto. Todos os membros que compõem o Parque Natural, tiveram acesso a um draft de um documento já aqui há uns tempos, relacionado com a resolução que iria ser tomada e o que lá vi é, de facto, muito mais abrangente do que isso. Claro que aquilo que é emblemático, forte, impressivo, muito bom para nós e histórico é efetivamente a barragem e a barragem não é uma questão de somenos. -----

Ninguém se convença que estas coisas são obras do acaso, nem são circunstanciais, nem são apenas de uma geração. Esta aspiração tem muitas décadas. O primeiro passo foi dado há 32 anos, mais precisamente em dezembro de 92. Em dezembro de 92, o diretor delegado dos SMAS mandou fazer o grande anteprojecto da nova barragem. -----

Em maio de 2003, a Câmara requereu ao Ministro do Ambiente a concessão do domínio hídrico para as barragens da Ribeira das Cortes e Atalaia. Foi em simultâneo. -----

Depois, em 2005, dá-se mais um passo: o IRAR, referindo claramente que a solução para a Covilhã passa pela construção da barragem da Ribeira das Cortes, deu um parecer importante para nós. -

Em agosto de 2005, foi dado um passo absolutamente decisivo: foi proferido pelo então Ministro do Ambiente do Governo do Engenheiro José Sócrates que concedeu o direito à utilização da água destinada ao abastecimento público. -----

Em setembro de 2006, e a história começa a ficar mais complexa a partir desta data, houve um ofício da Secretaria de Estado do Ambiente informando que foi emitida a declaração de impacto ambiental, a célebre DIA, relativa ao projecto da barragem. -----

Em setembro de 2008, 2 anos depois – Sem qualquer ação ou desenvolvimento no processo por razões várias, e não estou aqui a imputar culpas a ninguém, a assacar culpas a ninguém, estou apenas a ser factual, histórico e objetivo e não quero fazer juízos de valor sobre a boa ou má conduta porque de uma coisa estou certo: quem está no cargo que ocupo tenta fazer o melhor que sabe e pode, e não quero ser injusto com ninguém, mas factos são factos e aquilo que é objetivo tem que ser, de facto, relatado. Dois anos sem qualquer ação do desenvolvimento do processo, caducou a declaração de impacto ambiental. Então a Câmara, e bem, enviou um pedido de prorrogação à Agência Portuguesa do Ambiente, a célebre APA. -----

Em fevereiro de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Icovi a candidatura a Fundos de Coesão - o POVT (era assim designado o Fundo para o efeito) -, do projecto de construção da barragem. O IGESPAR informou a APA da impossibilidade da prorrogação. Há aqui um facto, um entrave ao normal desenvolvimento do processo, face ao pedido de classificação do Sítio da Tapada do Doutor António porque foi pedido na altura, por parte de um concidadão nosso, um pedido de classificação e foi intentada uma providência cautelar e os terrenos lá estiveram nesse limbo, aguardando o desfecho da providência. -----

Entretanto, houve uma candidatura novamente ao IFDR de um pedido de empréstimo de 8 milhões de euros para suprir o financiamento privado. A decisão favorável do POVT vem em agosto de 2011, relativa à candidatura. -----

Em outubro de 2011, a aprovação em Conselho de Administração da Icovi do lançamento do procedimento para o concurso limitado por prévia qualificação para a execução do projecto. Ainda não existia nem prorrogação da DIA (e atenção que estamos em março de 2012). É que o tempo aqui conta e é fácil dizer: “10 anos” e faz-me lembrar aquela música do Paulo de Carvalho, “10 anos é muito tempo, muitos dias, muitas horas”, uns a cantar, outros a trabalhar, e cantar também é trabalhar na ótica do nosso Grande Paulo de Carvalho. A verdade é que ainda não existia nem prorrogação da DIA, nem formalização do financiamento. -----

Em abril de 2012, estávamos quase em eleições, após um longo processo (desde agosto de 2008), foi finalmente prorrogada a validade da DIA. -----

Em julho de 2012, só nesta data foi assinado o contrato de financiamento com o POVT. -----

Em outubro de 2012, foi adjudicada a obra à Somague por 26 milhões de euros. -----

Em dezembro de 2012, primeira vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, vistoria que é feita para registar o que lá existe. É feita uma vistoria para que, no futuro, não haja nem subavaliações nem sobreavaliações relativamente ao que lá está. -----

Apenas nesta data, em janeiro de 2013 (ano de eleições), é concretizada a assinatura do contrato de financiamento. -----

Em abril de 2013 (ano de eleições), 3 meses depois, foi anulada a declaração de impacto ambiental. -----

Em agosto de 2013, em plena campanha eleitoral para as nossas eleições que então decorreram, foi anulada a declaração de utilidade pública. Está tudo documentado. -----

Em setembro de 2013, no mês das eleições, emitiu-se nova declaração de impacto ambiental e em outubro de 2013, mês em que tomei posse como Presidente da Câmara, foi emitida uma nova declaração de utilidade pública. -----

Entretanto, em dezembro de 2013, foi emitido o visto do Tribunal de Contas, mas aqui é que a história se complica. Em fevereiro de 2014, ou seja, 4 meses depois de ter tomado posse como Presidente da Câmara, recebemos um documento do POVT, que já entreguei uma vez aos senhores jornalistas, mas que posso entregar outra vez porque a memória é curta e já lá vão tantos anos que depois contam-se muitas histórias acerca da barragem que não são verdadeiras. Não estou a dizer que alguém queira deturpar, que queira no fundo pôr em causa esta realidade, mas o POVT vem na prática a dizer o seguinte: puseram condições – a DIA tem que ser emitida até 31/07/2013; o visto do Tribunal de Contas do contrato de empreitada tem que ser até 31/08/2013; a consignação até 01/10/2013. Verificou-se que a DIA foi emitida em 20 de setembro, o visto do Tribunal de Contas em 6 de dezembro e a Icovi informou o POVT que não foi possível até agora tomar posse administrativa dos terrenos. E porquê? Porque há uma coisa que se chama RECAPE – Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução. Ou seja, exigiam que, na prática, houvesse mais 1 ano para estudos, análises, avaliações, ... enfim, aquilo que as autoridades do ambiente, em regra, costumam exigir. -----

Então a entidade que financiava a barragem, o POVT, veio dizer o seguinte: "O RECAPE ainda não foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente." Foi aquilo que acabei de vos dizer. "Nestes termos, o POVT considera que a construção da barragem da Ribeira das Cortes e as componentes associadas não evidenciam condições para poderem ser executadas dentro do prazo de elegibilidade do QREN, pelo que a autoridade de gestão do POVT decidiu tomar a iniciativa de reprogramar a operação." -----

Quem diz que não quisemos ou não tivemos capacidade para fazer a barragem está a faltar à verdade porque está aqui um documento que é oficial. Não inventei! É só consultarem os arquivos

e eu faço-vos chegar e vão perguntar, designadamente, aos senhores jornalistas, vão à autoridade competente e eles têm lá a cópia, tal como temos na Câmara, deste documento. -----

Por conseguinte, isto fez com que, na prática, apenas conseguíssemos executar parte deste projeto, que é a segunda parte – os 20 km de condutas adutoras e aqueles 6 reservatórios – que custou cerca de 11,5 milhões de euros à época. Foi talvez o maior investimento feito em todo o interior de Portugal em plena crise da Troika, mas tínhamos este financiamento e foi o único que nos foi reconhecido. -----

A verdade é que, até aqui, temos andado com as dificuldades do costume. Ninguém propositadamente faz birra que a barragem tem que ser aqui ou acolá. Apenas se verificaram estas circunstâncias: havia um plano A; o plano A caducou; passou-se para o plano B; o Plano B, houve quem defendesse aquilo que julgava ou julga que fossem os seus direitos e cada concidado tem, de facto, essa prerrogativa e fê-los prevalecer. Isto inviabilizou-nos a construção da barragem. ---

Agora o que temos é uma nova realidade. Esta é a história resumida, factual e objetiva da barragem. Não estou a dizer aqui que houve uma má vontade nem de quem me antecedeu, nem das equipas que trabalharam comigo na Icovi ou noutra sítio qualquer relacionado com a barragem. A realidade incontornavelmente é esta. -----

O que se conseguiu? Não tenham dúvida que é muito mais do que isto que se conseguiu na altura porque, neste momento, não vamos ficar dependentes de fundos comunitários porque já sabemos que, apesar dos fundos comunitários serem muito importantes - e têm sido decisivos para o desenvolvimento do nosso Concelho -, os sucessivos quadros comunitários têm regras diferentes, reprogramações, vicissitudes que fazem com que não consigamos muitas vezes, seja na Covilhã, seja noutra município qualquer, cumprir aquelas regras. E depois as obras transitam. Dou-vos um exemplo muito pragmático da Covilhã, que é o caso da Campos Melo: estava no 2020; do 2020 passou para 2030; e do 2030 está agora no PRR e finalmente vai avançar. Entre 2020, 2030 e o PRR vai uma distância que é profundamente danosa para a Escola Campos Melo que finalmente vai arrancar. -----

Agora não estamos dependentes de fundos de saltitar de quadro em quadro. É o Orçamento do Estado Português que vai suportar 80% do custo da barragem e nós suportamos o restante com uma virtude que é de que não somos egoístas e a barragem não é só para nós, nem a queremos só para nós. Em tempos de dificuldade, devemos partilhar com os nossos vizinhos e com a nossa região, com a Cova da Beira designadamente, esta água em estado puro que temos lá em cima. Teremos que formar um consórcio com o Fundão, com Belmonte, Penamacor também está muito recetivo a esta solução, sem depender das Águas de Portugal e aqui também tenho que ser justo por uma luta que foi travada para que não ingressássemos nas Águas de Portugal: podemos estar em desacordo em muita coisa, mas também estamos de acordo noutras. -----

Por conseguinte, dar esta nota que vamos ter esta barragem. Vamos ter que pedalar. Há trabalho já feito e, portanto, vamos concluir este projeto que é o projeto da Covilhã.” -----

--- Seguidamente, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo):** “Apenas teceria aqui dois comentários. -----

Elogiar o trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal e pela Câmara pelo excelente sistema audiovisual que está aqui instalado. Melhorou significativamente o funcionamento dos nossos órgãos. Por isso, muitos parabéns a vocês. -----

Em segundo lugar, falou-se e continua-se a falar aqui no Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Por um lado lamento, enquanto Presidente da União de freguesias de Teixoso e Sarzedo, que ainda há tempos tivemos aqui uma reunião sobre o mesmo e que tivessem deixado cair a barragem da Atalaia, mas ao mesmo tempo solicito todo o empenho por parte do Executivo da Câmara Municipal de Covilhã para, de facto, dentro da sua área de jurisdição e da sua competência, que não deixem cair este grande investimento porque congratulo-me com a construção da barragem das Cortes. É lógico que vai beneficiar a zona sul toda do Concelho (as minhas felicitações por isso), mas não posso, como Presidente da Junta da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, deixar de continuar a reivindicar este melhoramento para este efeito. Portanto, é o apelo que eu aqui deixo.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Primeiro dar os parabéns também à Câmara Municipal pelo facto de, finalmente, irmos ter a barragem que tanto é necessária, esperando nós que seja mesmo para avançar porque já tem um grande historial, como ainda agora disse o Senhor Presidente. -----

Queria também alertar que, em 2014 quando foram feitas as condutas, ficou um depósito entre o Peso e o Tortosendo com vários caminhos percorridos até ali e falta a ligação deste depósito aos depósitos que estão no Peso que depois vão fazer a ligação aos outros da corda do Rio. Estamos a falar, se calhar, de um investimento de 300 ou 400 mil euros fazer a ligação daquele depósito porque continua lá sem funcionar, ou seja, a água está ali estagnada. -----

Tenho falado nisto na Assembleia Municipal já várias vezes, mas pelos vistos continua a cair em saco roto, no entanto, quero também aqui perguntar ao Senhor Presidente qual é que é a previsão da ligação desse depósito, se fica também incluído agora com a barragem ou não e também a previsão para as obras de reparação da Escola EB1 de Vales do Rio em que continua a chover literalmente lá dentro. Temos avisado o serviço várias vezes. O telhado continua por reparar e, cada vez que chove, temos de andar com um balde na escola. Portanto, agradecia que esse assunto fosse tratado com a maior urgência porque tivemos em 2014 que lutar para aquela escola ficar aberta e esperamos que não tenhamos que lutar agora para meter um telhado.” -----

- **Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro):** “Queria saber qual é o procedimento em que está o alcatroamento da nossa Estrada Municipal 506 e o que se pretende ser feito, mais precisamente desde a ligação do Ferro à Ponte Pedrinha, e também saber em que estado está o parque das Festas.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Queria aqui fazer um ponto prévio para referir que estive neste mesmo auditório, no dia 26 de janeiro, na reunião pública da Câmara Municipal da Covilhã, para, em conjunto com moradores da Quinta Branca, questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o estado da Estrada Municipal 506 e tudo aquilo que à volta da central

fotovoltaica aconteceu. Portanto, exatamente o mesmo que vim aqui questionar e dizer, exatamente o mesmo que tinha referido aqui numa sessão desta Assembleia em junho de 2022, aquilo que escrevi em requerimento no dia 28/06/2022 para o qual nunca obtive resposta, exatamente o mesmo conteúdo, várias informações que enviei para vários departamentos e serviços da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Foi então preciso vir à reunião da Câmara e este assunto fazer capas de jornais para então, no dia 01 de fevereiro, se ter realizado uma reunião no terreno com o Senhor Vereador Serra dos Reis, vários departamentos e serviços da Câmara, a AdC, a Proteção Civil, o empreiteiro geral e o dono da obra para se ver o que é que se estava realmente a passar. -----

A reflexão que aqui faço é: estaremos mesmo a ouvir-nos uns aos outros? E na esperança que isso aconteça e no exercício de escuta ativa que aqui tento realizar, ouvi na parte da manhã o Senhor Presidente afirmar que os hospitais privados vão permitir desafogar o trânsito no centro da cidade, melhorar o acesso às unidades hospitalares privadas e pergunto-lhe, por isso, se nesta intervenção global está incluída a requalificação do cruzamento do eixo TCT com a Estrada Municipal 507." ---

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que, “embora não estivesse na sala por estar aqui ao lado a tratar de uma questão técnica, fui ouvindo e também me deram boa nota do que os Senhores Presidentes de Junta aqui trouxeram. -----

Relativamente à Ribeira da Atalaia, o Plano de Revitalização da Serra da Estrela, como tiveram oportunidade de ver da apresentação que aqui foi feita oportunamente, contém um capítulo que é o estudo hídrico de todo o maciço central e de toda a área do Parque Natural e zonas adjacentes. Haverá que assegurar a situação relacionada com o caudal, se ele é ou não suficiente para armazenar quantidade que seja também considerada suficiente e razoável para irrigar. Já sabemos há muito tempo, infelizmente, que não dá para irrigar toda a margem direita do Rio Zêzere que está por irrigar. O nosso regadio é virtuoso, mas não deu para tudo. Mas agora talvez. Quando o Fundão entrar neste nosso consórcio, com a água que vai de lá de cima da barragem das Cortes, fica liberto um caudal muito importante que vem da Ribeira do Sabugal. Para aqueles menos informados, a água do regadio da Cova da Beira, vem da Ribeira do Sabugal que depois tem um transvaze, tem uns canais que levam até a Meimoa, que depois é bombeada, e a água abastece aquele regadio. -----

Entretanto, a ligação das condutas adutoras daquela última zona, junto ao Peso e Vales do Rio, é para ser, obviamente, estabelecida. Não chegou lá por acaso. Não foi só para mostrar ao Senhor Presidente e à sua população que chegou ali aquela conduta. A conduta é para servir obviamente, com água e com qualidade e pressão, aqueles nossos concidadãos que ali residem, que são cidadãos iguais aos outros e têm os mesmos direitos que todos os outros. -----

Relativamente à questão do telhado e das infiltrações, o Senhor Engenheiro Vieira, por razões de natureza pessoal, não pôde hoje estar connosco e ele está na posse dessa informação que é de natureza técnica. Terá que fazer a gentileza de aguardar que ele nos dê informação técnica mais pertinente. -----

No que diz respeito à Boidobra e àquela estrada na zona onde está instalado o Parque Solar, sei que houve lá uma reunião recentemente onde esteve o senhor Vice-Presidente e é para cumprir

aquilo que ficou lá ficou estabelecido. Obviamente, é para ser honrado por todas as partes. Há ali uma dupla coincidência que é de, por um lado, ter sido retirado todo o cobertor vegetal da zona onde foram instalados os painéis e, portanto, a partir do momento em que não há cobertura vegetal, a água vem toda diretamente para a estrada e bem sabemos que aquela estrada é sinuosa, tem muitas curvas, está num plano inclinado e obviamente que a tendência imediata é inundar a estrada e torná-la às vezes impraticável, outras vezes mais praticável, mas sempre com dificuldades. É verdade que as equipas vão logo ao terreno fazer a limpeza, mas, até lá, há constrangimentos, limitações, incómodos, arrelias e impedimentos dos nossos concidadãos que ali residem de fazerem a sua vida normal. -----

É, a todos os títulos, lamentável, mas a verdade é que não podemos ter um parque solar que produz energia limpa - e estamos a contribuir para que se cumpram as metas do lado de Portugal neste plano que existe de transição ambiental - e não queremos que as obras se realizem, que ali se instale aquele parque... Até vos digo (e já disse isso em privado e em público) sem qualquer problema, não gostava de acordar de manhã e olhar para aquele conjunto de painéis quando abrisse a janela porque esteticamente, pelo menos para mim (é a minha opinião), não é agradável. Esse será o maior dano daquele parque. -----

Os danos são conjunturais. Este que refiro do ponto de vista estético é estrutural pelos anos que durar a concessão. Este que estamos agora a viver com as obras é porque há ali uma dupla intervenção que é a da colocação do parque e a estrada está a ser esventrada para ser reforçada com cablagem que conduz energia que ali é produzida para o sítio devido. Isso causa naturalmente constrangimentos, mas a verdade é que não conheço obras sem constrangimentos e, lamentavelmente, este existe não obstante os cuidados que possam ter. Claro que eles podem ser minimizados e é para isso que se reúnem, vão ao local e vão estudar as melhores soluções. -----

Pela vigésima ou trigésima vez vou reafirmar aquilo que já disse relativamente à estrada que vai daquela zona sensivelmente até àquela rotunda que, não servindo de marco de separação entre o Ferro e Peraboa, é a rotunda que está ali sensivelmente nessa zona e é ligar Peraboa à Ponte Pedrinha com uma boa recarga de alcatrão. É o que está previsto. -----

Acessibilidades aos hospitais privados / Cruzamento do Eixo TCT com a Estrada Municipal 507 – Cada coisa em seu sítio. Embora sirvam todas o mesmo propósito, não são feitas simultaneamente, nem na mesma empreitada. -----

Em primeiro lugar, impõe-se aquela ligação que falei de manhã relativamente à rotunda ali na zona do hipermercado até à zona da Associação Desportiva da Estação que visa servir as três unidades hospitalares, as futuras e a presente, e descongestionar o centro da cidade tanto quanto possível para pessoas que, muitas vezes, fazem outros percursos porque não têm alternativa. -----

Mais ainda. Aquela zona, para além do mais e agora vem a propósito de outros temas que temos aqui discutido e que têm a ver com o problema das áreas urbanas e das áreas da Reserva Ecológica ou Agrícola, vai ficar liberta depois da estrada para se rever o plano para construção. Estão a ver aqui um efeito prático da construção desta estrada?! Aquela zona é também uma zona de expansão da cidade. Até para esse efeito, é virtuosa esta ligação que é expandir a cidade para essa zona, sendo certo que há muita gente que, junto daquele acesso antigo à Covilhã, almejam que aquela zona seja urbanizada. Esta via vem, de facto, facilitar esse desígnio e, nessa altura, os

interessados é só apresentarem o plano e a Câmara cá está, para além daquelas revisões periódicas, para apreciar em concreto qualquer pedido de loteamento que ali surge para esse efeito. -----

Quanto à outra questão que o Senhor Presidente da Junta aqui coloca, já passa tempo a mais. Confesso-lhe que gostava que esse assunto já estivesse resolvido, mas vem integrar esta fluidez e esta acessibilidade àquelas zonas porque o TCT já era, já estamos noutra fase, felizmente para todos nós e agora temos também o eixo de Vila do Carvalho, Cantar-Galo, Covilhã e Boidobra.” ---

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Começaria por uma questão que se fala muito e que é a seguinte: o espaço que a Delegação da Ordem dos Advogados utiliza, impede a instalação do Tribunal de Trabalho. Portanto, gostaria que Vossa Excelência se pronunciasse acerca dessa situação. -----

Para além disso, aproveitando o final da sua declaração em que falou no TCT, não haja dúvidas nenhuma que todos estamos de acordo que o TCT já deixou de ser aquilo para o qual foi criado até porque, sendo uma via onde hoje se circula a 50 km por hora, efetivamente está completamente fora de questão para não dizer obsoleta. Por esse lado obsoleto, perguntar ao Senhor Presidente se tem alguma previsão de que seja feita alguma manutenção em relação ao piso da mesma ou se eventualmente já há alguma alternativa que está a ser pensada ou criada para realmente fazer face a esse já obsoleto TCT. -----

Outra questão que lhe gostaria de colocar e, ao mesmo tempo, solicitar que tal, se possível, fosse de execução é o seguinte: o Cartório Notarial da Covilhã, se é que se pode dizer desta maneira, situado na Avenida da Anil e que tem o arquivo concelhio, tem um grave problema, que é o da mobilidade. As pessoas para se deslocarem ao Cartório para aquilo que seja necessário, com mobilidade reduzida, não têm acesso. Um destes dias estive lá, tive o privilégio de me cruzar com uma senhora que tem 107 anos, no dia até em que os fazia e, portanto, foi giríssimo, deu azo às televisões inclusivamente, mas a questão é que esta senhora já só tinha uma possibilidade de chegar ao Cartório, que era efetivamente através de uma cadeira de rodas. Não havia outra forma. Tem que um carregar de um lado, o outro carregar do outro, para que a senhora tivesse acesso ao serviço público. Se houvesse realmente a possibilidade de se criar essa acessibilidade, uma rampa, ... penso que não será até de muito difícil exequibilidade até porque a rampa existe lá e é mesmo só uma questão de também estudar a melhor forma. Mas parece-me que não é difícil, nem terá assim um custo tão elevado quanto isso. Estamos a falar do Cartório que tem o arquivo concelhio e, como tal, fazia todo o sentido que realmente essa situação fosse plausível.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “já há pouco o Senhor Deputado Vítor Reis Silva tinha colocado a questão, dando a entender que a instalação da Delegação da Ordem dos Advogados da Covilhã, no sítio onde está, prejudicou ou prejudicaria a instalação do Tribunal de Trabalho. Isso é falso porque foi tudo feito de harmonia, em diálogo, em conversa com os responsáveis do Ministério da Justiça. Os Senhores Advogados da Covilhã têm um espaço que é o rés-do-chão daquela fração, que fica mais distante do Palácio da Justiça, têm entrada independente, têm o seu espaço que nada colide com a instalação do Tribunal de Trabalho. -----

Na altura, eu e o então Senhor Juiz Presidente da Comarca e a Senhora Juiz do Tribunal do Trabalho fomos ao local e a Senhora Juiz e o Senhor Vice-Presidente achavam e acharam que aquele espaço era suficiente para lá ser instalado o Tribunal de Trabalho. Porém, são coisas que não dependem da Câmara Municipal da Covilhã. Dependem mais de quem gere o património da Justiça. Concluíram que o melhor seria que o Tribunal do Trabalho não saísse do Palácio da Justiça. Ou seja, era preferível que juntássemos todas as conservatórias num só sítio, que vai ser ali, fazendo obras lá atrás também no edifício. Já está o projeto feito, celebrámos o protocolo e o Tribunal do Trabalho vai ficar instalado onde atualmente estão as conservatórias, a Conservatória do Registo Civil fica dentro do Palácio e as outras conservatórias, as que estão lá mais abaixo e essa vão juntar-se ali naquele edifício. Portanto, não há aqui outra questão que não seja esta. -----

A questão da rampa é uma questão de os técnicos verem isso. Tem toda a razão e faz todo o sentido.” -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** solicitou o uso da palavra para, em defesa da honra, dizer que “o Senhor Presidente da Câmara disse que eu menti, que é falso. Quando diz que é falso é porque o outro mentiu, não é? Fiz uma afirmação. O Senhor Presidente da Câmara diz “é falso” então é porque estou a mentir! -----

É só ler aqui o parágrafo da resposta do Ministério da Justiça ao Grupo Parlamentar do PCP, de 15 de janeiro de 2024.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinha celebrado “há pouco tempo o contrato interadministrativo, como é que podem ter dado uma resposta dessas?!” -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** replicou dizendo que “só posso fazer afirmações quando tenho algum fundamento, quando disse que o Ministério da Justiça argumentou que o Tribunal do Trabalho não é instalado na Casa dos Magistrados porque a Câmara decidiu, entretanto, ceder o espaço a outra entidade. É o que aqui está. Quer que leia o parágrafo? *O imóvel referente às antigas casas de magistrados da Covilhã, sito na Rua Conde da Ericeira, e estamos a falar do edifício, propriedade da Câmara Municipal da Covilhã, é constituído por 2 fogos geminados, tendo o município cedido o primeiro andar de um dos fogos a outra entidade, ficou prejudicada a possibilidade de instalação neste espaço do Juízo do Trabalho, uma vez que as frações disponíveis representam um espaço exíguo para esse efeito. E, a partir daqui é que encontraram depois a outra solução. É o que está aqui escrito! Isto vem do gabinete da Senhora Ministra!* -----

Se cometi algum lapso ou alguma inverdade, tem por base o que está escrito.” -----

- O Grupo Municipal da **CDU – PCP/PEV** cedeu o seu tempo ao Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** que se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo, “no mesmo tempo que demora a passagem de um comboio de passageiros na passagem de nível 507, será possível responder à pergunta que já por diversas vezes lhe formulei e que agora reformulo: o projeto para a eliminação do estrangulamento rodoviário, construção de passagem pedonal e requalificação da antiga casa do guarda na 507, é mesmo para avançar? -----

Conde José Calheiros – ao alvará de loteamento da rua Conde José Calheiros foi atribuído o número 4A do ano 1996. 27 anos depois, será mesmo em 2024 que o espaço de cedência ao domínio público deixará de ser um vazio urbano ao abandono para passar a ser um espaço público condigno e ao dispor de quem ali mora? -----

Parque infantil – para quando a obra do parque infantil do Parque Duppigheim? -----

Zona de Lazer da Ponte Tavares – para quando a assinatura do Protocolo entre proprietários, Junta de Freguesia e Câmara Municipal da Covilhã que, pelos vistos, está perdido por aí nalgum gabinete? Feito, mas não do conhecimento da Junta nem do proprietário e, portanto, está perdido por aí nalgum gabinete.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, “quer relativamente ao parque, quer relativamente à questão da 507, apesar de ter havido aí um impasse, chamemos-lhe assim para simplificar, vamos reabrir esse dossiê e dar-lhe continuidade porque, sinceramente, acho que a passagem de nível é uma questão que se me afigura pertinente porque confere segurança e fluidez também a quem lá tem que passar. -----

Parque – Vamos sentar à mesa e resolvemos o assunto também. Isso também não tem nada do outro mundo que não se resolva. Se resolvemos das outras freguesias, este também há de ser resolvido. Não podemos é fazer tudo ao mesmo tempo. Estas coisas não se fazem do pé para a mão. -----

Depois, a zona balnear. Já falámos sobre isso e já lhe disse que, desde que as autoridades do ambiente não deduzam qualquer impedimento de ...” -----

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** interrompeu a intervenção para dizer que “a questão é que ninguém está a tomar conta do processo. Ninguém conhece verdadeiramente isso. A questão não é da APA, nem nada disso. Foi feito um protocolo de cedência pelos serviços algures, um protocolo entre a Câmara, a Junta e o proprietário que não é do conhecimento nem da junta, nem do proprietário. Ou seja, não há real intenção. Não há um cuidador desse processo. Não há alguém que tome conta para fazer avançar as situações. -----

É como a Conde José Calheiros. É tudo muito vago, tudo muito no ar. São processos que se podiam resolver se houvesse na Câmara Municipal alguém que tomasse conta do assunto. Aquilo que já percebemos é que já não é o Vereador das Freguesias a tomar conta destes assuntos das freguesias porque tivemos uma reunião no dia 06 e ele pouca coisa pôde dizer. E isso nós já demos conta. Já demos conta que já não é o Vereador das Freguesias a tomar conta dos assuntos das freguesias e precisamos de saber, até final do mandato, quem é que toma conta dos assuntos das freguesias para ver se, efetivamente, alguns assuntos andam. -----

Aliás, eu sabia que, a meio do mandato, isto ia acontecer, mas pensava que era um bocadinho mais tarde, que não era tão cedo. Saí de uma reunião com o Senhor Vereador das Freguesias, com o pelouro partilhado pelos vistos, em que no fundo ele não pode fazer nada. Ou seja, os assuntos não estão verdadeiramente com ele e, portanto, as freguesias precisam de respostas para os problemas que estão aqui a colocar, desde 2015, desde 2017, ... -----

O alvará da Conde José Calheiros tem 27 anos! É um espaço vazio urbano ao abandono. A não resolução dos problemas das pessoas só faz com que os extremismos aumentem, como é óbvio. Não se resolve o problema das pessoas e, portanto, é isso que está a acontecer. As pessoas não acreditam. Porquê 27 anos? E o Senhor Presidente já deu declarações a dizer que ia fazer a obra em 2022, em 2023. E agora estou a perguntar se é mesmo em 2024 porque a desculpa agora é que os assuntos estão para as compras e está tudo barrado nas compras. Mas é aquela névoa de quem é que resolve o quê. Precisamos de respostas, Senhor Presidente, e por isso é que eu lhes peço a ver se a gente se senta mesmo para resolvermos alguns assuntos que outras pessoas não estão a conseguir tratar.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** retomou a palavra para “dizer ao Senhor Presidente da Junta da Boidobra que o Senhor Vereador das Freguesias tem toda a autonomia para trabalhar os dossiês que lhe estão confiados. Aliás, ele terá terminado ou está a terminar uma ronda que pedi que fizesse por todas as freguesias, por isso é que estive a falar consigo, e se perguntar aos seus colegas, obviamente que eles não estarão todos 100% satisfeitos porque é impossível dar tudo a todos e isso é que cria os tais extremismos que o Senhor fala. -----

Dar-lhe nota que não é possível fazer tudo de uma só vez e é provável que alguns assuntos tenham demorado mais tempo do que gostava que eles demorassem. Esse, da Conde José Calheiros, não o quero minorar, nem dizer que não tem importância, mas resolver-se-á, assim como o parque, o alcatroamento desse caminho público também será feito agora. Terá que ter a santa paciência que eu tenho com o Governo da República e com as entidades desconcentradas do Estado. Temos que ter paciência de todos uns com os outros, mas a verdade é que as coisas vão-se fazendo.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: “Volto a saudar o facto de, depois de muita insistência nossa, a informação escrita estar finalmente mais abrangente, mas para usar uma expressão muito grata ao Senhor Presidente da Câmara, não posso deixar de tomar boa nota do facto de as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes continuarem a ser tema tabu. Primeiro era o sistema informático. Aliás, antes disso não era nada. Depois de muitas vezes se perguntar, o problema era o sistema informático. Agora são os malandros dos Advogados contratados pelo Município. De quem será a culpa a seguir? Portanto, fico a aguardar informação sobre este ponto. -----

Por falar em Advogados e voltando ao tema que estávamos aqui a discutir, também gostava que o Grupo Municipal da CDU soubesse que a Delegação da Ordem dos Advogados, e faço aqui uma declaração de interesses não só como Advogada mas como Presidente da Delegação, na altura em que o protocolo foi assinado, os Advogados celebraram aquele protocolo de cedência gratuita, mas não sei se sabem que os Advogados da Covilhã prestam consulta jurídica gratuita, não recebendo um cêntimo que seja, todas as semanas, aos Covilhanenses que se inscrevem na Câmara Municipal para o efeito. -----

Portanto, não só não temos culpa absolutamente nenhuma do que se passa com o Tribunal de Trabalho e com as Conservatórias, não roubámos espaço ao Tribunal nem às Conservatórias, como prestamos consultas jurídicas gratuitas a quem precisar. -----

Relativamente aos passeios da Avenida Frei Heitor Pinto e da estrada do Sineiro, confesso que não consigo perceber o que se passa. Semana sim, semana não, há buracos novos e os que são tapados retomam na semana seguinte. Mais espantada fiquei quando, na semana passada, salvo erro, vi que quem estava agora a tapar buracos era a AdC. Então, mas pagámos um contrato, estaremos a pagar ou já pagamos a um empreiteiro e a AdC é que anda a remendar os buracos na calçada?! E mais espantada fico quando oiço comentar por aí que o empreiteiro se recusa a fazer essas reparações porque haverá uma discordância técnica com aquilo que os técnicos da Câmara impuseram para aquela calçada. E, segundo se consta e gostava de ouvir da voz do Senhor Presidente porque isto não se governa no Facebook nem nós vivemos através do Facebook, que esclarecesse: o empreiteiro recusa-se a fazer aquela calçada? Recusa-se a repor o que constantemente está estragado exatamente porque discorda da posição técnica dos serviços da Câmara? Se me puder esclarecer, agradeço. -----

Dizer também que, antes das obras, houve quedas naqueles passeios nomeadamente na estrada do Sineiro junto ao Pólo da Universidade, quedas com consequências graves para algumas pessoas e que geraram até indemnizações, tendo o Município de recorrer ao seguro para o efeito. Na altura, diziam com as obras “tenham calma, tudo se resolve.” Afinal, não! Vamos ter, de certeza, mais quedas porque é impossível transitar naqueles passeios e sei do que falo porque passo lá muitíssimas vezes. -----

Depois, o prédio em ruínas na Rua Alexandre Herculano. Continua na mesma. Terá de cair, assim como caiu o teto da sede da Junta de Freguesia do Canhoso? Agora que caiu e que já não magoa ninguém - que já está caído -, será para ficar caído? Disse há pouco que pediu ao Senhor Vereador que falasse com todas as juntas e um problema destes, um teto em perigo iminente de cair, tanto que caiu, não foi resolvido?! Um assunto que é falado há tanto tempo, também não compreendo!

Por fim, a questão dos parques infantis foi aqui falada várias vezes, nomeadamente pelos senhores presidentes de junta, que os parques infantis não só precisavam ser remodelados, outros feitos de raiz, como havia problemas burocráticos para resolver com consequências também complicadas que eram as multas aplicadas pela ASAE. Estão resolvidos esses problemas? Os parques infantis já têm todos os documentos que precisam?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu, relativamente à Frei Heitor Pinto que, “no sítio onde há descargas de água e quando vêm muitas enxurradas, os paralelos levantam. Perguntar-me-ão porquê. Levantam porque não há projetos perfeitos. A empresa que fez o projeto não pôs a descarga diretamente para o sítio onde a água devia correr e para os sumidouros. Então cai diretamente em cima da calçada, daí o fazer levantar, naqueles sítios, os paralelos. Houve várias reuniões, mas numa delas estive presente e acertou-se que o senhor empreiteiro vai resolver este problema, colocando cimento adequado nesses sítios para que isso não volte a acontecer. Há de reparar que isso só acontece naqueles sítios onde há descargas. Foi o tal erro de projeto da empresa que o fez. Como digo, não há projetos perfeitos, não há coisas perfeitas nesse mundo e este também não foi. Isso está a ser objeto de reajuste e vai ser reparado pelo empreiteiro. -----

A questão do prédio em ruínas em frente da Tentação é outra questão. É um dos calvários que tem aqui o Senhor Vice-Presidente. Temos ali um edifício que tem dezenas de herdeiros e a Senhora, que é Advogada, sabe como é que funcionam essas coisas: basta que um levante

problemas e nunca mais se resolve. Mas vamos ter que o resolver, nem que seja pela declaração *in extremis* da iminente ruína do edifício porque o meu receio é que ele efetivamente possa ruir e possa causar danos, em primeiro lugar a pessoas, e depois a bens e, para além do mais, é profundamente inestético porque está numa artéria onde toda ela é bem bonita, agradável, aprazível e está ali aquele irritável sítio tão feio e tão nefasto. Mas há de ser objeto de análise. Volta e meia já pergunto ao Senhor Vice-Presidente como é que está o processo. Aí veio mais uma reclamação porque aquilo dá ideia é que se combinam e depois reclama um, depois reclama outro,

...

Lembro-me que há um muro que está ali na zona aqui muito perto, antes do da APPACDM do lado esquerdo, foi um calvário autêntico para demolir aquele edifício e pôr lá um muro. Agora tem a aparência que hoje tem e não oferece perigo. O mesmo espero que aconteça aí.”

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Constatamos que há ausência de determinados assuntos de relevante importância pelo que intervimos no sentido de nos esclarecer a este respeito.

Passado um ano do Plano de Mobilidade ter entrado em funcionamento, quando é que vamos ter as bicicletas elétricas e as trotinetas a circular?

Para quando a instalação dos novos abrigos das paragens dos autocarros?

Para quando as obras de requalificação do silo-auto?

Vai a empresa concessionária exigir recorrer à bolsa de estacionamento em superfície por não estar a explorar o silo-auto do Sporting?

Vai a Câmara Municipal exigir compensações à empresa concessionária pelo atraso da entrada em vigor das obrigações assumidas no contrato de concessão? Se sim, quais e quanto?

Outro assunto que está ausente neste momento da informação escrita é relativo à abertura e ao fecho de uma vala de infraestruturas elétricas na Estrada Municipal 506, entre o Data Center e Quinta do Tapado. Fomos informados pelos serviços municipais e passo a citar: *"A intervenção em causa é acompanhada diligentemente pelos serviços do Município, os quais assegurarão que os trabalhos em curso cumprem com as melhores regras e práticas, salvaguardando o superior interesse público"*, fim de citação. Senhor Presidente, estou em crer que a ausência deste assunto neste momento não é um lapso, mas sim a verdade dos factos quando, na realidade, os utilizadores da EM506 foram mesmo voltados ao abandono. O Município só interveio após as reclamações da população e só demonstra que, de facto, ninguém olhou para aquela estrada. Aquela estrada esteve mais de um mês com as valetas tapadas com a terra que foi tirada da obra. A água andava no meio da estrada. Ninguém por lá passou do Município a não ser a Proteção Civil. Fui eu que telefonei ao Senhor Presidente da Junta da Boidobra para ir lá com umas máquinas limpar a estrada.

Outro assunto também aqui ausente neste momento é o edifício da Junta de Freguesia do Canhoso. Senhor Presidente, quando é que transfere para a União de Freguesias da Covilhã e Canhoso a posse deste edifício? Como é que é possível um edifício relativamente novo ter chegado a este estado de degradação com a queda de teto falso? Para quando as obras de requalificação?

Ainda voltando à 506, para quando a requalificação da 506 entre o Data Center e a Quinta Branca ou a Ponte de Alvares? Para quando meter umas valetas cimentadas naquela estrada? Para quando uns passeios para tanta gente que ali treina e que estão sempre em cima da estrada estando, muitos deles, não sinalizados e ainda bem que nunca ali houve um acidente, mas durante a noite de inverno só não há lá desgraça porque não calha?! Aquela estrada é urgente ser requalificada. Neste sentido, faço a questão: para quando essa requalificação? -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por falar na questão “do edifício da Junta de Freguesia do Canhoso. -----

Em primeiro lugar, aquele edifício nunca devia ter sido construído naquele sítio. Está numa zona praticamente de leito de cheia e de fortes humidades. Não sei quem foi a entidade que o construiu. A verdade é que, desde o início e já lá vão muitos anos, apresenta esses problemas. Numa visita que fiz com o senhor Presidente da Junta, há 2 anos sensivelmente, pude constatar que, de facto, não nessa zona especificamente embora também já apresentasse indícios, mas grande parte do edifício apresentava questões de infiltração. -----

Com a recente instalação do Jardim de Infância na outra parte do edifício, começamos as obras de reparação da cobertura a fim de evitar infiltrações. Não se chegou lá ainda, mas terá que lá chegar. O que ocorreu é desagradável, mas não foi grave porque, felizmente, não causou danos pessoais a ninguém. É algo que é reparável. -----

Não estamos a falar de irreversibilidades e é mais um problema, entre muitos outros, que temos com problemas de infiltrações, como temos, por exemplo, noutros edifícios. Há problemas desta natureza disseminados por muitos sítios e temos que os resolver. -----

Na concessão, a questão das bicicletas tem a ver com uma questão que está a ser ultrapassada que tem a ver com a plataforma porque as bicicletas têm que ser recolhidas. Elas ficam espalhadas pela cidade e tem que haver depois um veículo que as recolhe. Há aí problemas também que têm a ver com direitos de autor. É um pequeno nó que está a ser desatado, mas que não é complexo.

As indemnizações que tiverem que ser pedidas sê-lo-ão. -----

No que diz respeito aos abrigos de passageiros, validei-os há poucos dias mais o Senhor Engenheiro Vieira. Fomos à fábrica onde produziram os protótipos daqueles abrigos que achamos que são consentâneos e que têm a dignidade de estarem instalados na Covilhã e já demos luz verde com os acertos que lá pedimos que fossem feitos. São alguns, mas são de pequena monta porque já tínhamos feito uma aprovação prévia relativamente à questão do abrigo em si para que fosse confortável, acessível, que o banco fosse maior, que a visibilidade fosse boa, que não causasse danos, ... Enfim, um abrigo adequado e harmonizável com a nossa cidade e com o nosso Concelho. Portanto, isso também está em pleno andamento. -----

As obras do Sporting demoraram mais. É um problema mais complexo porque os senhores sabem que em Portugal, para o bem e para o mal, temos um sistema em que toda a gente syndica todos e é bom, e como digo é bom e é mau. É bom porque há transparência e é mau porque demora muito tempo e há contratos que, primeiro que se realizem, é um calvário e tivemos que arranjar uma espécie de engenharia jurídica para que seja a empresa a realizar as obras que faltam e não

há aí nenhum contencioso, nem nenhum problema relativamente a isso. O que desejamos todos é que aquele silo esteja disponível o mais rapidamente possível para os nossos concidadãos.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Fiz a minha primeira intervenção pública neste Órgão, em nome da bancada do PSD e do CDS, naquela que foi a primeira Assembleia Municipal deste mandato. Estávamos em novembro de 2021 e o tema foi o Teatro Municipal da Covilhã. Parabenizámos o Executivo Camarário pela execução e conclusão de um dos projetos mais desejados e aguardados pelos Covilhanenses, mas também fomos muito críticos relativamente aos prazos da obra, derrapagem financeira de mais de 1 milhão de euros e àquilo que estava para aprovação: o Regulamento de Funcionamento do novo Teatro Municipal do Concelho. -----

Aí fomos muito críticos relativamente aos fracos contributos da sociedade civil na sua elaboração, mas sobretudo nas regras de utilização do espaço por parte das entidades locais, da falta de regulamentação da programação e plano de atividades e da definição e constituição do seu quadro de pessoal, nomeadamente o seu diretor artístico, cargo com uma fraca autonomia, uma vez que tudo estava na alçada e responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara. -----

Dito isto, é com grande desagrado que tomámos conhecimento que o Teatro Municipal da Covilhã não vai ser financiado no âmbito da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, financiamento para os próximos 4 anos e um contributo decisivo para assegurar uma gestão regular e contínua da oferta cultural do Concelho. -----

A candidatura da Covilhã, no valor de 50 mil euros, foi indeferida por não cumprir os critérios mínimos para aprovação, nomeadamente ter uma pontuação de pelo menos 60% nas áreas da programação, equipa, viabilidade e objetivos. -----

Fica a pergunta: se, segundo o Regulamento do Teatro, as áreas de decisão ficam na alçada do Senhor Presidente da Câmara Municipal, é pois a este e não ao diretor criativo que devemos pedir responsabilidades sobre a qualidade desta candidatura. -----

Resta-nos a esperança que, no próximo concurso de 2025, o Município da Covilhã se volte a candidatar e, desta feita, com uma candidatura merecedora de uma excelente classificação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu “nota de que, no que diz respeito ao Teatro, temos uma programação e fará justiça de reconhecer que temos das melhores programações da Beira Interior, de qualidade, em quantidade e a benefício dos nossos concidadãos e de quem nos visita. -----

Agora terá que reconhecer que o Teatro, apesar de ser velho e de ter sido objeto de uma boa intervenção que fez dele a maior casa de espetáculos da Beira Interior em todas as vertentes, não é só uma casa de espetáculos. É um centro cultural com uma residência criativa e com muitas valências. É que a gente olha para a sala e a sala é uma parte daquele edifício e daquela infraestrutura. Gerar equilíbrio entre acolhimentos e programação é algo sempre muito difícil. Aliás, já aqui assistimos em anteriores sessões da nossa Assembleia uns a reivindicarem mais programação, outros mais acolhimento e estes desequilíbrios fazem com que, sendo tão jovens

no âmbito da rede nacional, não olhem ainda com aquela profundidade que devem olhar para o nosso Teatro e para aquilo que fazemos. -----

Portanto, não imputo culpas a ninguém. A verdade é que teremos que ser mais, não diria mais sábios porque não é uma questão de sabedoria e sim uma questão às vezes mais de ponderação e de equilíbrio no sentido de equilibrar as duas coisas porque foi isso na prática que esteve na génese de não estarmos nessa rede. Mas estaremos a breve trecho e esse não é nenhum drama. Quando lá chovia, esse drama não existia e agora felizmente temos uma sala que por si pede meças a qualquer uma das outras. Temos um centro cultural na Covilhã que muitas cidades de maior dimensão do que a nossa gostariam de ter e não têm. -----

Aproveitar a oportunidade para dizer que celebrámos um contrato com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamento da Justiça, que é um instituto público e talvez haja aí um desfasamento entre a informação do Instituto Público e os governantes que deram a resposta ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista, que tem por objeto a cedência da fração B localizada ao nível do piso um, rés-do-chão do lado direito e ao nível do piso dois, primeiro andar dos lados esquerdo e direito, composto por um piso, hall de entrada, enfim, a descrição toda. Está aqui, de facto, a cedência por 20 anos para lá serem instaladas as Conservatórias. -----

Sei que os nossos Deputados Municipais que são Advogados estavam a par desta informação e, portanto, dar esta nota de que isto é de 15 de dezembro e significa que dessa informação ou foram as filhoses ou foi o bolo-rei que perturbou a resposta entre uma coisa e outra. Isso foi logo de janeiro e pode ter sido influência das filhoses ou do bolo-rei que levaram ao desfasamento entre a realidade, que é esta do protocolo que celebrámos com o Ministério da Justiça, através deste Instituto, e essa resposta. Pode haver desfasamento. Só quem não conhece os meandros governativos pode ficar admirado que não haja muitas vezes e independentemente de quais forem os partidos que lá estiverem, desfasamento de informação porque também os temos aqui na Câmara muitas vezes.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Venho colocar algumas questões relacionadas com o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, começando por essa decisão histórica que foi a da aprovação da construção da barragem da Ribeira das Cortes, pelo que disse, com dotação orçamental de 30 milhões de euros e, já aqui o disseram, uma ambição de décadas que finalmente se concretiza. Basta ler as atas desta própria Assembleia Municipal dos últimos 20 anos, as que estão online, e percebe-se a superior relevância deste investimento para todas as forças políticas que aqui estão representadas ou as que já estiveram e agora já não têm assento. -

O valor que a água, enquanto recurso, já tem hoje e que se prevê que venha a ter no futuro, faz com que este projeto seja considerado, penso que para todos os presentes, como absolutamente estratégico para o futuro do Concelho e da região. Confesso, por isso, não entender o voto contra do PSD e do PCP ao reconhecimento que se procurou fazer ao Governo esta manhã por parte desta Assembleia, através de um voto de louvor. Conforme destacado por todos, esta é uma reivindicação com 30 anos e, por isso, vários governos passaram e nenhum aprovou tal investimento e agora, que estamos finalmente perante um Governo que reconhece a mais-valia

que é a barragem das Cortes, optamos por rejeitar um voto de louvor, refugiando-nos em suposto eleitoralismo. -----

Agradeço a elucidativa explicação de todo o processo da construção da barragem das Cortes que foi dado pelo Senhor Presidente, também confirmando o que já foi dito pelo Senhor Deputado Hélio Fazendeiro esta manhã. Mas olhemos para o futuro. -----

Senhor Presidente, pelo que percebi, temos 4 anos para construir a barragem e este não é um período longo para a execução total deste projeto. É fundamental avançarmos o quanto antes. Pergunto, por isso, quais os próximos passos para que a barragem das Cortes seja efetivamente uma realidade, quando estes passos serão dados e quando perspectiva o início das obras. -----

À semelhança das últimas sessões, queria também falar de vias rodoviárias, que considero essenciais ao nosso desenvolvimento, uma vez que, conforme informou o Senhor Presidente na última reunião de Câmara, também aqui o Plano aprovado pelo Governo faz justiça para com as nossas populações. -----

Começo pela estrada de Verdelhos para as Sarnadas. A justiça, primeiro que tudo, com a população de Verdelhos, das mais afetadas com o grande incêndio de agosto de 2022. A ligação de Verdelhos às Sarnadas constitui para esta Freguesia uma esperança no futuro, passando a poder usufruir do fluxo turístico da Serra da Estrela. Não tendo ainda este investimento sido publicado em *Diário da República*, pergunto antes de mais ao Senhor Presidente se sabe qual o valor aprovado pelo Governo para esta obra. Depois, não menos importante, quando perspectiva o seu início. Não queria, no entanto, deixar passar a oportunidade de lançar o desafio de irmos mais longe nesta ligação de Verdelhos ao Maciço Central da Serra da Estrela. -----

O problema entre as Sarnadas até aos Piornos é igualmente fulcral na perspectiva de tornar Verdelhos uma aldeia de cariz turístico e esta talvez seja uma oportunidade única para a sua concretização. Manteigas já mostrou interesse em investir nesse estradão junto aos Poejos Brancos, tendo inclusive realizado intervenções para o seu melhoramento no ano passado com o objetivo de criar uma alternativa à Nacional que percorre o Vale Glaciar do Zêzere. -----

Da mesma forma, com o asfaltamento desta estrada, o Poço do Inferno ganha também um potencial turístico com melhores acessibilidades e deixando de ser um desvio na ligação Piornos-Manteigas para se tornar ponto de passagem. Para Verdelhos, são vantagens logo evidentes se pensarmos nos efeitos positivos que uma ligação tão direta e rápida aos Piornos e à Torre pode trazer para a Freguesia. -----

Estradas de Unhais à Nave de Santo António e das Cortes do Meio ao Alto das Pissarinhas – são duas estradas que acabaram por não ser contempladas no Plano de Revitalização e pergunto, antes de mais, qual é o plano para as mesmas. Penso que não será objetivo desistir deste investimento. Já aqui foi frisado várias vezes pelo Grupo Municipal do Partido Socialista a importância destes investimentos para o futuro de Unhais da Serra e das Cortes do Meio. O próprio Presidente já o reconheceu diversas vezes. Questiono, portanto, qual a perspectiva de podermos dar às respetivas populações quanto à concretização destas obras. -----

IC 6 – Para mim, é quase obrigatório falar do IC 6. Corrigir-me-ão se estiver enganado, não consta do comunicado do Governo, mas terá sido aprovado, conforme disse, o projeto para o troço entre

o Parque Industrial do Tortosendo e as Pedras Lavradas que, segundo os planos que conheço, terão cerca de 23 km e ainda contemplam alguns túneis. Quando perspectiva que possamos avançar com este projeto? Gostava de salientar, porque conheço razoavelmente os projetos que existiam e as alternativas, que convém debatermo-nos para que o traçado que fique definido, nomeadamente entre o Parque Industrial do Tortosendo e as Pedras Lavradas, se faça a Sul da Erada junto ao corte da Estrada do Ourondinho para o Paul ou corte para a Erada. Havia duas versões nessa zona, uma que passa a Norte, outra que passa a Sul. Parece-me que, para todas as freguesias do Sul do Concelho, seja Casegas, Ourondo, o próprio Paul, Aldeia de São Francisco, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, para qualquer uma delas é importante que o nó seja feito a Sul da Erada, cortando bastante distância temporal para a cidade que é o que nós pretendemos com esta obra.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu, “em primeiro lugar, uma questão que pode parecer de menos importância, mas é muito importante para esta questão em geral e já lá vou aos pormenores que é o modelo de governança deste Plano. -----

O Plano de Revitalização prevê que os municípios se entendam. Foi objeto da última reunião extraordinária da Comunidade Intermunicipal na passada semana, em Fornos de Algodres. Debatíamos como implementar este Plano e essa é uma discussão que não podemos prolongar muito no tempo porque o tempo corre contra nós. Estamos a trabalhar em contrarrelógio e em uníssono. Todos os presidentes de câmara acham que deve haver alguém com responsabilidades governamentais que faça, digamos assim, a ponte connosco e não fiquemos só entregues a nós próprios neste plano de governança e é uma forma de potenciar e de acelerar este plano. -----

A barragem – No passado já foram feitas abordagens, análises e estudos relativamente a esta localização. A localização é aquela que fica mais a jusante da outra que gerou problemas. Foi a primeira, salvo erro, até que obteve a declaração de impacto ambiental. É essa que está a jusante. A minha ideia é muito simples: é encarregar alguém que tenha um conhecimento técnico-profissional, com experiência firmada no domínio das questões das águas, da engenharia e da gestão, para liderar uma equipe de trabalho que acompanhe quem tiver o plano de governança, quer qual for a entidade que superintenda. Já estou a trabalhar exatamente nesse domínio que é recuperar tudo quanto existe do ponto de vista técnico que pode ser aproveitado e encontrar a pessoa que preencha esses requisitos para liderar uma equipe que acompanhe de forma dedicada, em exclusividade, para tratar do assunto da barragem para ela andar de uma vez por todas. -----

Estrada Verdelhos-Sarnadas ao Poço do Inferno, como o quisermos chamar, dentro do nosso concelho até às Sarnadas – Já tínhamos projetado de uma forma um pouco mais modesta até e era inclusive uma promessa, um compromisso. Tanto quanto pude ver aqui, há umas semanas, havia uma dotação de cerca de um milhão de euros para esta via. Não sei se a versão final da Resolução contém ou não esta mesma verba, mas era isso que estava sensivelmente previsto. ----

Unhais da Serra – Não há dúvida nenhuma que essa é uma questão de honra. Essa estrada é para concluir e desenravar definitivamente a ligação entre Unhais e o Maciço Central da Serra da Estrela. -----

Depois, a ligação das Cortes até à zona do Alto dos Livros, mais precisamente até à estrada que liga às Penhas da Saúde, é também uma necessidade. Neste momento, a de Unhais é uma alternativa, mas assim ficamos com um sistema integrado. Se por qualquer razão houver um problema numa, a outra está desencravada e serve de alternativa e há aqui uma redundância que é útil. -----

O IC6 vai aparecer na Resolução do Conselho de Ministros como projeto, a par de outros projetos como o do Porto Seco da Guarda, por exemplo, que é uma coisa que faz muita falta a toda a região. Porque há sempre umas vozes que gostam de escarnecer nestes assuntos, dar nota que o Porto Seco é tão importante para a Guarda, como é para Castelo Branco, como é para a Covilhã, como é para o Fundão, para Manteigas, para Belmonte, para qualquer um dos sítios da nossa Comunidade, mas está lá como projeto, como está lá como projeto a barragem do Dasse, que vai servir também aquela zona mais a Norte da nossa Comunidade.” -----

3.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.OS 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, E 22/2015, DE 17 DE MARÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 291/24 de 29.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que iniciou dizendo que “em relação aos mapas e comparando com o mapa de 2022, este mapa de 2023 tem aqui 2 rubricas: uma referente a valores de transportes, com um valor de 280 mil euros; e nas rendas, mais um aumento de 20 mil euros. Depois existem valores iguais que transitam de ano para ano e a questão que se coloca é: o que é que isso significa de facto? Dificuldades de cobrança ou de mera gestão contabilística? Pode o Senhor Presidente justificar esses valores? É estagnação de recebimentos também de anos anteriores que transitam de mapas para mapas? O executivo já refletiu e analisou esses mapas agregados em falta? Se já analisou, o que é que concluiu? -----

Penso que há aqui valores preocupantes que transitam de ano para ano e especialmente esses dois que referi que têm um crescimento de facto significativo, para além do aparecimento desse valor dos transportes no valor de 280 mil euros. Isto deve corresponder a alguma coisa, não é? --

Temos os valores agregados. Não temos os valores, enfim, desagregados para se fazer uma leitura mais fina, digamos assim, dos valores que temos presentes e que nos foram enviados.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “é preciso ter presente que os valores transitam de ano para ano, como é natural, e resultam de cobranças não feitas. Os serviços vão fazendo as cobranças, através de procedimentos de execução fiscal e é a explicação para esta situação que está aqui agravada ou sobrecarregada pelo facto de ter havido algum recato atendendo à situação financeira das famílias e também à nossa agressividade, passo a expressão judicial, nestas cobranças, que tem sido mais suave porque reconhecemos que as pessoas têm dificuldades, de maneira a que há aqui uma transição destes valores que não foram cobrados no ano anterior e esperemos que eles o sejam de forma que não seja muito agravada, nem pesada para as famílias nos próximos tempos. Na prática, as pessoas também vão pagando e também têm dificuldades a esses níveis e não é só no domínio das rendas. -----

“É-se preso por ter cão e por não ter.” Se andássemos, passo a expressão, a vergastar as famílias e os cidadãos para pagar já, senão nem andam, nem desandam, ... Tudo está relacionado. São tudo despesas e as despesas têm várias vertentes e, portanto, há que ter isso em atenção. -----

A verdade é que queremos gerar aqui equilíbrio. Queremos que as pessoas paguem, mas que não façam um sacrifício extremo para pagar e deixem de ter coisas elementares ao seu dispor para o seu dia-a-dia, para apenas solver dívidas. -----

É verdade que são obrigações que impendem sobre eles e sobre essas famílias. No entanto, há esse bom senso, digamos assim, de gerar aqui este equilíbrio e julgo eu que alguém como o Senhor Deputado Municipal Vítor Reis Silva, portador de uma especial sensibilidade social, entenderá melhor que ninguém essa mesma situação.” -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento das Declarações ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março. -----

3.4 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 587 de 09.02.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e na votação do assunto.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Segundo a justificação do serviço, esta demonstração permite incorporar o saldo da gerência anterior de 2023, no valor de 13.370.899,13€, antes da prestação de contas. -----

A questão que se coloca é: por que razão se chega ao final do ano com esse saldo? Dois anos seguidos, já o ano anterior tivemos um saldo semelhante, e a questão que se coloca é se não existem necessidades de obra no Concelho. Como é possível ter esse saldo significativo, de facto, em dois anos seguidos? -----

Não é necessário requalificar a Piscina dos Penedos Altos, construir uma piscina nova, construir o Pavilhão Municipal Desportivo, a pavimentação das vias da zona Sul do concelho, a requalificação de ruas na cidade (a Rua Comendador Gomes Correia, entre outras)? -----

Se existem recursos financeiros, por que não se resolvem o problema das pessoas? As casas de banho públicas da cidade, por exemplo, as casas de apoio aos trabalhadores da varrição urbana, ... -----

A questão que se coloca é fundamental e é um pouco isto: se temos recursos financeiros, por que é que não se fazem? Por que é que não se resolvem os problemas das pessoas e não se concretizam, de facto, as obras e as infraestruturas que são necessárias na cidade e no Concelho?”

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Dado este valor do saldo, esperando que seja gasto durante este ano, lanço o desafio ao Senhor Presidente para que não se esqueça que tem cinco IPPS’s com investimentos a rondar os 3.5 milhões de euros no Concelho da Covilhã, em que a maior parte delas está a recorrer a créditos no valor de 800 mil euros cada uma para participar a parte que falta do PRR, portanto, 13.5 milhões. Se a Câmara gastar 1.5, certamente que as obras seriam realizadas e não vamos deixar de aproveitar esses fundos do PRR que são essenciais para o desenvolvimento e para o apoio social no Concelho da Covilhã.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Para analisar e para podermos apreciar uma demonstração de desempenho orçamental, não temos os elementos essenciais que é, de facto, qual é a percentagem do Orçamento que foi executado, pelo que, relacionando-o com o que vem a seguir, aquilo que constato é que efetivamente o Orçamento não foi executado em pelo menos 1.600.000 euros o ano passado. Já tem vindo a acontecer nos outros anos anteriores. Se isto fosse uma sociedade anónima, queria ser acionista desta sociedade para recolher os dividendos. Agora como munícipe, sinto-me defraudado porque efetivamente as minhas necessidades, enquanto munícipe da Covilhã, não estão a ser satisfeitas para alimentar um mealheiro que não sei qual é que é o final que vai ter. -----

Será que isto tem a ver, de facto, de o ano que vem ser um ano eleitoral e andamos aqui com a história da cigarra e da formiga que andamos a amearhar durante 3 ou 4 anos para depois gastar

tudo no último?! É assim que se gere uma Câmara Municipal? As necessidades dos eleitores e dos municípios da Covilhã só podem ser satisfeitas de 4 em 4 anos? Alguma coisa não está bem. -----

Portanto, o desempenho orçamental numa perspetiva deste género é extremamente negativo e é a constatação que se pode retirar deste documento.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD):** “Percebemos por este mapa que é a aplicação do saldo de gerência, demonstração do saldo. Conseguimos perceber claramente que o saldo passa de 2023 para 2024 com 13.370.000 euros, contrastando com 11.770.000 de euros de 2022 para 2023. -----

Partilhamos um pouco daquela preocupação dos municípios que veem vários equipamentos no estado degradado e em mau funcionamento e que não conseguem verificar ou não conseguem perceber como é que, com um saldo e com uma disponibilidade destas, esses equipamentos não são devidamente reparados em tempo útil. -----

Depois, gostava de perceber aqui, e essa informação não está no mapa, qual é que é a percentagem de execução orçamental, o que é a receita e o que é a despesa. Mas nós conseguimos perceber que o Município da Covilhã arrecadou cerca de 55.5 milhões de euros e gastou 42 milhões. E, portanto, esta diferença dos 13 milhões. -----

Este diferencial mostra-nos que era possível fazer mais e, portanto, parece-nos e é a nossa interpretação disto, que há aqui um efeito eleitoralista porque é para gastar em 2025 e, portanto, está-se a acumular saldo. -----

Mas preocupa-nos outra questão também que é a questão teórica. Ouvimos várias vezes dizer que a direita tinha como base ideológica que todos os municípios tinham que dar lucro. Eu não consigo tirar outra conclusão deste mapa a não ser essa e, portanto, quando dizemos uma coisa e depois fazemos outra, ficamos sempre aqui um amargo de boca. Aquilo que gostaríamos de perceber, e penso que há uma parte que vai ser tratada no ponto seguinte, de que forma é que o Município pensa aplicar estes 13 milhões de euros de saldo de gerência?” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** Iniciou fazendo “um pequeno parêntesis antes de abordar o tema, para fazer uma saudação a todos os Covilhanenses que integram as listas de Deputados à Assembleia da República, desejando que todos eles, de facto, dignifiquem e honrem aquilo que são os anseios da Covilhã e da Beira Interior, nomeadamente naquilo que é a relação com quem vai estar à frente dos destinos do País em defender causas como é a abolição das portagens da A23. No caso específico, o PS está empenhado. O próprio Secretário-Geral do PS está empenhado em abolir as portagens da A23 e não só o PS, mas também toda a esquerda. E, portanto, fica essa saudação a todos os que agora se candidatam. -----

Relativamente ao ponto que está em análise, permitam-me identificar, dentro daquilo que é a demonstração de resultados, uma redução de 5% daquilo que é a receita fiscal que o Município teve ao longo de 2023. Este resultado é importante num panorama em que, de facto, as famílias precisam de apoio e aquilo que foram as decisões tomadas nesta Assembleia propostas pelo

Executivo Municipal. A redução do IMI, entre outras propostas não só teve um impacto de redução, mas ficou dinheiro para as famílias e para as empresas da Covilhã. -----

É de saudar que, apesar dessa redução fiscal, o Executivo apresenta resultados positivos do ponto de vista financeiro em que, do lado da despesa, se salienta e, quando se refere que não é feito nada, as despesas e aquilo que são os resultados orçamentais, estão em resultados também em obra e a obra é visível. Ao contrário daquilo que a oposição de direita refere constantemente, os resultados e a obra existem, caso contrário, não estaríamos a discutir ou falar sobre a estrada Ourondinho-Paul, sobre a Avenida Frei Heitor Pinto, as obras nas freguesias que estão a ser executadas, o Centro Interpretativo Mineiro ou o Centro Interpretativo do Brulhão, as obras do Inatel, as obras que estão a existir no parque habitacional da Covilhã, seja do ponto de vista de reabilitação e de novas obras que vão existir para arrendamento acessível, como também os parques infantis. Enfim, todo um corolário de obra que não são guardadas para um momento eleitoralista. Se querem acusar o Partido Socialista de momentos eleitoralistas, são durante os 4 anos porque executamos obras durante 4 anos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu “uma nota que é muito importante: o nosso grau de execução orçamental é de 92%. Cá estaremos, quando for a altura própria, para constatarem que assim é e depois hão de analisar os documentos e hão de constatar também que aquilo que vos estou a dizer corresponde à realidade. O nosso grau de execução é histórico: 92%. Ou seja, significa que a vossa argumentação cai por base. -----

Depois há aqui uma confusão conceptual do ponto de vista da economia e da gestão que é: depois de esgrimida do ponto de vista político, querendo fazer ver que é uma coisa, quando na realidade estamos a falar de outra. O mapa de desempenho orçamental é relativo à demonstração de fluxos de caixa. O que é que isto quer dizer? Recebimentos e pagamentos. Não é uma demonstração económica. Não se trata aqui de lucros, nem andamos aqui a amearhar, nem a esmifrar aqui e acolá para termos ali no colchão ou no cofre. -----

Não se pode falar de lucro/prejuízo. Não estamos a falar disso. Estão a partir de um pressuposto absolutamente errado. Esta é uma questão que será apresentada pela demonstração de resultados e, lendo as notas que tomei a propósito da última reunião de Câmara, quer durante, quer depois, os argumentos são exatamente os mesmos. Não são diferentes e há aqui vários considerandos que têm que ser levados em linha de conta. Apesar de termos reduzido impostos, a receita continuou a comportar-se de forma extraordinária. Aumentou. Significa que há dinamismo, que a economia está a mexer, que há desenvolvimento na Covilhã e que isto é mérito das empresas e dos empresários com as ajudas, os apoios e as facilidades que a Câmara também lhes vai proporcionando. -----

Passando a imodéstia, temos sido campeões no aproveitamento de fundos comunitários. Temos ido a tudo. Aliás, é assim que se explica que tenhamos conseguido, em 10 anos, recuperar financeiramente a Câmara porque fomos permanente e incessantemente procurar os fundos comunitários que estão ao nosso alcance. Logo, isto é levado em linha de conta. O aumento dos impostos, como disse, é levado em linha de conta. -----

Houve também atrasos nos pagamentos aos quais somos totalmente alheios. Não temos culpa direta por as obras ficarem desertas. Aliás, temos aqui vários senhores presidentes de junta que candidataram obras que ficaram desertas e eles podem atestar exatamente isso. Estou-me a lembrar, por exemplo, dos cemitérios, para não falar noutras que já estão noutra fase. Ou porque os concursos ficam desertos ou porque também é um expediente admissível do ponto de vista legal em que os empresários ganham tempo e, depois de lhes ser adjudicada a obra, continuam a fazer as outras obras que têm pendentes, a mão-de-obra escasseia e têm também que ter depois mão-de-obra disponível para fazer a obra que lhes foi adjudicada por nós, e isso leva também a atrasos. É outro expediente que contribui para que depois este dinheiro transite de um ano para o outro sem lucro nenhum. Isto não é lucro nenhum, nem estamos aqui a esmifrar, passo a expressão para utilizar a linguagem popular, para apresentar aqui um valor elevado. -----

Esta é a realidade e esse dinheiro continua a ser necessário para se concretizarem os projetos. Já falei hoje da Campos Melo. Estamos a falar de 1.800.000 euros. Esta quantia está lá para, no fundo, estar cabimentada e comprometida. Não pode ser de outra forma. É obrigatório. Portanto, não está lá nos tais lucros imaginários que os senhores aqui falam, para não falar no Quartel da GNR de Tortosendo que são outros 1,8 milhões de euros. Estamos aqui praticamente a falar logo em 4 milhões de euros. Esse dinheiro está cativo. Ou seja, destes 13 milhões, estes aqui estão logo ali alocados. Temos o USF, temos obras que estão a ser candidatas, ... e este dinheiro está, digamos assim, alocado a estas obras. Somos criteriosos e rigorosos a gerir o dinheiro público. -----

Depois há uma coisa que os Senhores têm que se entender: ou bem que, como faziam no início do mandato, éramos maus gestores e não tínhamos dinheiro; ou agora temos dinheiro a mais. Têm que se entender relativamente a estes argumentos porque a realidade é bem diferente.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD):** “Olho para um mapa de demonstração do desempenho orçamental e tenho as últimas duas linhas: uma diz "receita total" e outra diz "despesa total". -----

Portanto, se o Senhor arrecadou 55 milhões e gastou 42 milhões, isto é receita e é despesa. Não estou a dizer que seja lucro. Estou a dizer que a sua despesa podia ter sido aumentada em situações em que os municípios reclamam de melhores condições e de equipamentos degradados. Foi só isto.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o que queremos é que as obras avancem. Não estejam lá a pensar que a gente está a aguardar para o último ano para fazer obras para vocês poderem vir aqui dizer que são obras eleitoristas. Há pouco o Senhor Deputado Vítor Reis Silva falava na estrada do Sul e ela está concluída! Ainda há uns dias era aqui uma autêntica vozeria que não fazíamos ... Está feita e não estamos em véspera de eleições! E é para continuar a de Unhais, como todas as outras, mas não as podemos fazer todas ao mesmo tempo.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS e DMI's), 3 votos contra (CDU – PCP/PEV) e 10 abstenções (PPD-PSD, CDS-PP, CTF e Tortosendo)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e ainda, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS). -----

3.5 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 2

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 586 de 09.02.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (CTF):** “Reconheço que números de Orçamento não é propriamente a minha lavra, mas também tudo aquilo que está associado e que se vai dizendo acerca do Orçamento, já percebi que há alguns valores que estão supostamente, e bem, cativados para toda uma série de obras que possam vir a ser executadas ou que estão já pensadas. -----

Volto ao eixo TCT: se efetivamente há algum valor também previsto para a sua previsão da manutenção ou, volto a insistir, se eventualmente há aqui alguma perspetiva de alguma via alternativa que penso que a Covilhã cada vez mais necessita. E, por isso, aproveito realmente esta discussão orçamental para colocar essa questão ao Senhor Presidente.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Esta proposta de alteração orçamental incorpora o saldo, como vimos há pouco no ponto anterior, mais uma participação da candidatura aos bairros comerciais digitais. Porém, definem 50% para despesas de capital e 50% para despesas correntes. -----

De acordo com a explicação que o Senhor Presidente da Câmara deu no ponto anterior e, de facto, pela listagem que nos foi enviada e que consta na proposta apresentada pelo Dr. Júlio Costa, transitam aqui para 2024 um conjunto de obras que o Senhor Presidente da Câmara referiu: Secundária Campos Melo, posto da GNR Tortosendo, USF Estrela, Pavilhão Municipal da Covilhã. Portanto, transitam para 2024 o que significa que não foram executadas em 2023, aceitando por boas as justificações do Senhor Presidente porque, como já cá ando há uns anos, também já assisti que bastas vezes, quando os projetos não são bem dimensionados ou quantificados, acontece isso. Acontece que vão ao mercado e ninguém os agarra, o que significa que, se calhar, os projetos

têm que ser quantificados no valor do preço base que permita, face à nova realidade também da construção civil e do preço dos materiais, que as empresas possam concorrer sem estarmos a criticar as empresas de quererem todo o lucro ou de que quererem explorar o Município. -----

Mas aquilo que me faz aqui um pouco de espécie são esses 50% para despesas correntes. Estamos a falar de 50%. Estamos a falar em mais de 6 milhões para despesas correntes. Mas as despesas correntes não estavam já definidas para 2024? Ou também não se fizeram pagamentos no âmbito das despesas correntes do Município? Se não se fizeram os pagamentos é porque há dívida e estamos aqui a dever a fornecedores, dívidas várias que não se pagaram e o dinheiro é evidente está, digamos, cativado e transfere-se para 2024. -----

A proposta de alteração orçamental e a distribuição do saldo, à semelhança do ano anterior, contém, reconhecemos nós, obras necessárias. Não concordando porém na totalidade e porque não fomos ouvidos para o efeito, vamo-nos abster nesta proposta.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Estamos a falar de instrumentos previsionais e já aqui foi dito que estamos aqui a falar de incorporações de resultados transitados das anteriores e que dá este valor. -----

Ao contrário do que o Senhor Presidente aqui disse, que eram valores relativos a investimentos que estavam em curso e cativados, é estranho então que seja contraditório que se opte pela afetação de metade destes valores, ou seja, 6 milhões para despesas correntes. Portanto, não bate a bota com a perdigota. Ou seja, se é para despesas correntes, não há investimento; se há investimento, não há despesas correntes. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está certo e que não bate certo. -----

Já me habituei porque, de facto, os orçamentos neste Município é uma questão de fé e é uma questão de querer acreditar se vão fazer ou não e, depois nas prestações de contas, cá estaremos para ver os 92% de execução que o Senhor Presidente tanto alarde faz ou que diz que este ano temos 93 e depois vamos ver às rubricas de investimento e estamos a falar de rubricas até negativas e outras que não são feitas e que sucessivamente são atiradas para a frente e, portanto, até consegue fazer execuções acima dos 100%, nomeadamente nestas despesas correntes que estamos a falar. São opções. É a vossa forma de gerir isto. -----

Não posso deixar de registrar aqui uma coisa. Gosto que aquilo que se faz alarde e que se anuncia tenha consequências práticas. Falámos aqui hoje e fizemos aqui um alarde tremendo pela questão da barragem que está prevista, vem já dinheiro e vai ser feita, e curiosamente, na primeira oportunidade que temos e não podemos deixar de dizer que esta alteração orçamental foi aprovada na Câmara já depois da aprovação do Plano de Revitalização do Parque da Serra da Estrela, e não está cá nem aqui, nem no Orçamento deste ano, sequer a abertura de rubrica porque muitas vezes há aquela expectativa de que pelo menos vamos começar a trabalhar nisto. O Senhor Presidente veio aqui dizer que anda à procura de uma personalidade quando se pode demonstrar na prática que se está a fazer qualquer coisa ou que se pode fazer qualquer coisa, nomeadamente com a abertura da rubrica para a construção, nem que seja para os estudos. À primeira oportunidade zero! São opções, Senhor Presidente. Respeitamos, mas não podemos concordar com elas e, por essa razão, vamo-nos abster.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD):** “De facto, há aqui o registo de uma transferência do Orçamento de Estado de 3.4 milhões de euros e uma questão de opção de 50%. A legislação permite isso e, portanto, nada a dizer. Faz parte da lei, mas é uma opção e a Câmara transfere 50% desse valor para despesas correntes. -----

Tínhamos analisado aqui, e o Senhor Presidente tinha justificado aquando da aprovação do Orçamento, que havia verbas manifestamente insuficientes sequer para dar início a qualquer tipo de obras e, nessa altura, foi-nos dito que precisamos ainda de analisar a situação do saldo de gerência para que depois esses valores possam ser obviamente distribuídos e as obras possam ser devidamente orçamentadas com um montante que lhe seja suficiente para a sua execução. -----

Mas, confesso-lhe que vi os mapas e comecei aqui à procura de todas as obras e, de facto, as obras que eram 50 mil euros passam agora para 250.000. Se brincámos a dizer que era um Orçamento de 50 mil, agora parece o Orçamento dos 250.000 porque estes valores não são suficientes para fazer a obra, não são suficientes para iniciar sequer a obra e depois há aqui outras que, mesmo com o reforço que é feito, já se sabe que foram a concurso por valor superior a este que aqui está e ficou deserto. -----

Portanto, mais uma vez são obras que se arrastam neste Orçamento durante anos consecutivos e que percebemos que nem com este reforço orçamental são obras para executar. -----

Como diz respeito a mim diretamente, Senhor Presidente, eu tenho que lhe perguntar, até porque não tenho meu Presidente na bancada, se de facto e com estes valores que aqui estão o Senhor continua a garantir que a Avenida Montes Hermínios é para cumprir até final do mandato.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “De facto, ao longo desta Assembleia, a nossa oposição por parte do PSD e do CDS, pela manifesta e os discursos que temos assistido, há aqui alguma comichão de que a barragem vai existir. Agora dizem que não está na proposta modificativa. -----

Senhor Deputado, aquilo que acabou de dizer, e desculpe o termo, é uma desonestidade. Este documento é assinado pelo Dr. Júlio Costa a 05/02/2024; o despacho do Conselho de Ministros relativamente ao Programa de Revitalização da Serra da Estrela é de 08/02/2024, quando nem sequer ainda existe portaria relativamente àquilo que é a decisão. -----

Portanto, não faz sentido neste momento estarmos a discutir um incremento sobre uma proposta modificativa sobre aquilo que existe, sobre expectativa política, que há uma decisão política sobre a existência de uma barragem que custa muito à direita que ela vá existir. Sei que a direita perdeu essa oportunidade no passado e que neste momento vai existir. Essa é a realidade que custa. Sei que custa, Senhor Deputado, mas não se preocupe porque a água chega para todos, inclusivamente para a direita. -----

Em relação à alteração modificativa, dentro dos vários compromissos que são aqui assumidos, há aqui cinco de capital importância para o Município da Covilhã. São obras muito ansiadas, são obras que, de facto, o PS está convicto que o Executivo Municipal vai executar dentro daquilo que é o seu mandato, nomeadamente: -----

- A Requalificação da Escola Campos Melo que, tal como já foi referido pelo Senhor Presidente, é uma obra ansiada há muitos anos. Fui aluno daquela escola há 15 anos atrás e essa obra já nessa altura era ansiada. Finalmente vai existir não só por aquilo que é o trabalho do Executivo Municipal, mas também neste caso específico sobre aquilo que é um programa estratégico do PS em relação às escolas a nível nacional; -----
- O posto territorial da GNR – um anseio da população e algo que vai ser uma realidade; ----
- A requalificação do Parque da Goldra – Ainda não foi aqui falado e já tem sido um tema um pouco esquecido, mas no Conselho Municipal do Desporto foi apresentado aquilo que será o projeto para o Parque da Goldra, em que teve um manifesto contributo de toda a gente e o agrado de uma obra que é de capital importância para o centro da cidade da Covilhã, neste caso zona sul; -----
- Aquilo que vai ser a requalificação da pista de atletismo; e também na área da saúde sobre a Unidade de Saúde Familiar. -----

Senhor Presidente, cara Assembleia, é por estas razões que a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** Solicitou o uso da palavra “para fazer uma defesa da consideração. -----

Quando a gente diz que somos desonestos, se não nos sentimos não somos filhos de boa gente e, tendo o mesmo sangue, ainda mais fero. -----

Quero esclarecer o Senhor Deputado que: primeiro, não é o Dr. Júlio Costa que aprova as alterações ao Orçamento. Portanto, a apresentação do documento ou assinado pelo Senhor Júlio Costa tem o valor que tem. A deliberação da Câmara é do dia 9 de fevereiro e, portanto, se a Câmara tinha, como fez alarde no próprio dia de dizer (ouvi as declarações públicas do Senhor Presidente) que já temos dinheiro para avançar quase com a barragem, que houvesse essa capacidade de fazer essa alteração. Aliás, essa alteração até podia ser feita até hoje! Podia-se fazer a alteração orçamental até ao dia de hoje e a proposta da Câmara podia ser feita nesse sentido. -

Portanto, vamos falar de honestidade ou vamos falar de querer ter os óculos cor-de-rosa e só vemos aquilo que nos interessa?! As coisas são o que são. As opções são deste Executivo. Têm toda a legitimidade, agora não podemos é ter sol na eira e chuva no nabal desta maneira. Temos que fazer alguma coisa. Temos que demonstrar que estamos efetivamente todos em sintonia.” --

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou começando “pelo fim, dizendo que, com todo o respeito, Senhor Deputado João Bernardo, vou dizer-lhe aquilo que o Povo costuma dizer: perdeu uma grande oportunidade de estar calado e vou-lhe dizer o porquê. É simples de explicar.

O Conselho de Ministros tomou uma Resolução, mas a Resolução ainda não foi publicada no *Diário da República*. O que o Senhor viu foi uma resolução genérica. Muito proximamente há de ser publicada uma Portaria onde vem lá tim-tim por tim-tim, verba por verba, item por item. -----

Não podíamos reprogramar ou orçamentar uma coisa que ainda não existe no *Diário da República*. A informação que dei foi *off record*. É uma informação a que tive acesso. Só com base no *Diário da República* é que podemos fazer alterações, aditamentos, ... enfim, o que se entender por conveniente. -----

A questão dos 50% tem a ver com uma alteração legal de distribuição das verbas do Orçamento de Estado e não é optativo – é uma imposição legal. Faça favor de ler bem isso. E aliás, eu tenho aqui transcrito: "*Procede-se ainda à aplicação do n.º 11 do artigo 52.º da Lei ..., repartindo o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 73/2023, de 3 de setembro, em 50% como receita corrente e 50% como receita capital*". Decorre desta Lei que isto é obrigatório. Não é uma opção nossa. Obrigam-nos a fazer isto e só temos é que cumprir sob pena de sermos penalizados. -----

Não podíamos inscrever a barragem porque não existe Portaria publicada no *Diário da República* e, já agora, não estão previstas especificamente verbas aqui para o TCT, a não ser para um projeto que é a reconversão do arruamento urbano que é o que se impõe porque, em rigor e como disse até pela velocidade a que se circula lá, aquilo já não é uma via alternativa de circulação rápida. Aquilo já é um arruamento urbano. Então está a ser elaborado um projeto do Departamento de Obras e Planeamento, tendo exatamente em vista reconvertê-lo em arruamento urbano. Só nesse sentido é que há essa previsão numa rubrica genérica. -----

Esta questão dirige-se a obras muito concretas: requalificação das oficinas e outras instalações de serviços municipais, requalificação das instalações municipais da Corredoura, empreitada de requalificação da Escola Secundária Campos Melo, construção do posto da GNR, instalação da USF da Estrela, apoio às coletividades para a construção e reparação de equipamentos, a sedes e outras instalações, Pavilhão Municipal da Covilhã, Piscina Municipal, reabilitação de pista de atletismo, Parque da Goldra, conservação da rede viária e caminhos municipais, pavimentação de arruamentos das freguesias, reparação de pavimentos e arruamentos urbanos, empreitada de requalificação do cruzamento da 507 com o eixo TCT, Avenida Montes Hermínios, Ponte de Alvares, rotunda do Ferro-Peraboa-Ponte Pedrinha, EM Casegas-Sobral de São Miguel, EM 512 - limite do Concelho, cruzamento da Estrada 18-Borrallheira, apoio às juntas de freguesia para despesas de capital, despesas gerais de funcionamento, apoio aos bombeiros e à proteção civil, transportes escolares, outras despesas com a Educação, apoios no âmbito da ação social, eventos culturais, festividades cíclicas, feiras, atividades desportivas, apoios às atividades desportivas de recreio e lazer, administração local, entre outras. Como estão a ver, o dinheiro não é para feijões, nem para reбуçados." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Alteração Orçamental Modificativa n.º 2***, foi a mesma ***aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS e DMI's) e 12 abstenções (CDU – PCP/PEV, PPD-PSD, CDS-PP e CTF)***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

**3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA
REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL
REFERENTE À DESPESA DA EMPREITADA DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO POSTO
TERRITORIAL DA GNR DO TORTOSENDO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, no artigo 22.º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ainda ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 585 de 09.02.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (CTF):** “Mais do que efetivamente falar de números e de despesas, nomeadamente até porque num primeiro momento, tanto quanto sei, também o concurso ficou deserto, mas neste momento as coisas estão bem diferentes, o Senhor Presidente podia dizer efetivamente alguma coisa no que diz respeito a se há alguma previsão de início de obra, em que termos da execução da mesma.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Começo por recuperar as palavras do meu camarada Pedro Bernardo e enaltecer todos os Covilhanenses que integram listas candidatas à Assembleia da República e faço-o porque é um sinal de que a Covilhã continua a produzir quadros com qualidade reconhecida pelas diferentes forças políticas, é um sinal de esperança também para os Covilhanenses que veem a qualidade da sua democracia assegurada no futuro próximo e é também um excelente exemplo para as gerações mais jovens se poderem incentivar também a participar nesta forma de política mais convencional, por assim dizer. -----

No que diz respeito ao ponto em questão da ordem de trabalhos, as forças de segurança são fundamentais na defesa, preservação e consolidação do Estado de Direito e, por isso, é fundamental que lhes sejam asseguradas boas condições de trabalho por forma a desempenharem as suas funções da maneira mais competente possível. Não nos podemos esquecer de que o posto da GNR no Tortosendo funciona há 20 anos em instalações que deviam ser provisórias e sempre foi um desejo assinalado pelo Partido Socialista resolver esta necessidade com praticamente duas décadas de existência, tendo cedido o terreno, feito o projeto e também tratado das questões relacionadas com as acessibilidades, tudo a expensas próprias, intervindo junto da tutela também (ponto que considero muito importante), reclamando o apoio financeiro necessário para esta intervenção. -----

Por isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista vê neste reforço para o valor da obra a concurso, num valor que ronda quase os 2 milhões de euros, um sinal bastante positivo e revelador das intenções e esforços levados a cabo pelo Município da Covilhã com o forte apoio do Governo na melhoria das instalações do novo quartel da GNR do Tortosendo. -----

Podemos afirmar, de forma inequívoca, que esta obra traduzir-se-á numa significativa melhoria dos serviços prestados pela Guarda Nacional Republicana aos cidadãos e a toda a comunidade que seguramente terá repercussões positivas na segurança das nossas populações. -----

Termino com uma palavra de agradecimento a todos os profissionais das forças de segurança desta unidade em específico, do Tortosendo, que nunca descuraram o seu profissionalismo e o serviço prestado, tendo-o sempre feito da forma exemplar que caracteriza as nossas forças de segurança. -----

E por isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã vota naturalmente favoravelmente a presente deliberação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “este é um exemplo paradigmático daquela rubrica que debatemos há pouco, que muita gente quis passar a ideia de que estávamos a aferrolhar dinheiro para depois gastar lá no final do mandato com os desígnios que insinuaram.

Aqui têm um caso flagrante em que: pusemos a concurso a obra com o dinheiro que o Estado nos deu através do contrato interadministrativo; ficou deserto; aumentámos o valor; entretanto, surgiram duas reclamações de dois empreiteiros que acham que têm outros direitos, que não vêm agora aqui ao caso, e invocar direitos (direito que têm em sede de audiência prévia de virem fazer as suas reclamações). Isso atrasa imenso um processo de adjudicação final de uma obra desta magnitude, desta importância e com esta necessidade. -----

Acham que a gente guarda o dinheiro de um ano para o outro de propósito por situações destas? Conseguimos controlar situações destas? Obviamente que não. -----

Mas já estamos no segundo concurso. Estamos a analisar as reclamações que vão ser agora objeto de um relatório final, mas a razão de ser da vinda deste ponto aqui à ordem de trabalhos tem a ver com uma situação que é muito objetiva. E qual é ela? O Tribunal de Contas passou a ter recentemente um entendimento diferente daquele que tinha relativamente às despesas plurianuais que não estivessem integralmente previstas no Orçamento e é um alerta que deixo a todas as câmaras, a todas as juntas de freguesia, a todos os organismos públicos: que tenham orçamentos, porque o Tribunal de Contas vai estar atento a esta situação e já vão perceber porquê. -----

Por que é que existe tal entendimento? Como sabem, o Direito tem muitas fontes, para além dos costumes, também tem como fonte a jurisprudência, ou seja, as orientações dos Tribunais e o Tribunal de Contas é uma fonte de Direito e vem-nos dizer que se formos por determinado caminho, podemos ter azar. E qual é o azar? O entendimento deste acórdão, que é relativamente recente (tenho-o aqui e posso mostrá-lo a quem quiser), consubstancia-se no seguinte: tínhamos o valor previsto de 1.600.000 € e podíamos até aqui, era este o entendimento generalizado,

reforçar esta verba com 200.000 euros e púnhamos isto em adjudicação, a concurso e siga a marinha. Agora não. Para que a Assembleia Municipal possa acompanhar, monitorizar e fiscalizar devidamente estes contratos (princípio da transparência e da legalidade exigido pelo Tribunal de Contas), leva a que cada vez que a gente queira alterar uma obra que esteja prevista de forma plurianual e que não esteja prevista de forma integral e que não estava, como é óbvio, tenhamos que trazer aqui à Assembleia Municipal. -----

Agora temos que nos habituar todos a vir cá mais vezes por causa disto. Vamos ter muitas Assembleias Municipais porque situações como estas vão ser recorrentes e, por cautela, as trazemos aqui. -----

Perguntam-me: “mas por quê essa cautela?” É muito simples: o Tribunal de Contas, se não trouxermos isto à Assembleia Municipal, não dá o visto, não põe o visto porque considera que há uma nulidade e, havendo nulidade, temos que voltar à estaca zero e temos que voltar ao início. Vejam o atraso que isto não provocaria e cá tínhamos os senhores que já aqui reclamaram a dizer “Aqui D’el Rei, olha tanto dinheiro a transitar de um ano para o outro.” É exatamente para contornar dificuldades como essas, seguindo a jurisprudência do Tribunal de Contas, que estamos à cautela a agir desta forma. -----

Trazemos aqui o reforço para os Senhores o aprovarem porque, aprovando, já pode continuar como deve ser em nome do princípio da legalidade, da transparência e é isso que diz o Tribunal de Contas.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso plurianual referente à Despesa da Empreitada de Obras de Construção do Posto Territorial da GNR do Tortosendo***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

3.7 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS ISENÇÕES E DOS INCENTIVOS CONCEDIDOS E APROVADOS NO ANO DE 2023 – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E DE RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ – ARTIGO 38.º

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 293/24 de 29.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** que iniciou partilhando “uma nota humorística para retirar o ar pesado que, por vezes, fica na sala, fruto destas fricções naturais deste Órgão, mas já não é a primeira vez que o Senhor Deputado João Bernardo fala aqui nos óculos cor-de-rosa e espero que o Senhor Deputado não tenha nada contra os míopes.” -----

Quanto ao ponto em análise, referiu que “no ano de 2023, foram identificados 7 projetos de interesse municipal, merecedores de isenções e incentivos nas áreas da reabilitação urbana, associativismo, construção e saúde, com montante global de encargos para o Município na ordem dos 400 mil euros. -----

Senhoras e Senhores Deputados, mais claro do que isto, não há. -----

Na Covilhã há investimento, há investimento de interesse municipal e esse investimento existe muito também porque as políticas de incentivo do Município são atrativas para as empresas e para os investidores. -----

A onda de investimento a que assistimos na Covilhã não é fruto do acaso, nem tão pouco pertence exclusivamente à iniciativa dos agentes privados, como algumas forças políticas querem fazer parecer. É fruto de uma estratégia levada a cabo pelo Executivo do Partido Socialista e que tem conseguido atrair empresas, projetos e empresários para a nossa cidade. E isto é factual. -----

Permitam-me também, com todo o espírito democrático, aproveitar este momento para discordar aqui de uma posição comum já várias vezes aqui trazida pela nossa oposição, tanto pelo PPD/PSD como pelo CDS-PP, nomeadamente na sessão da Assembleia Municipal do dia 22/12/2023 em que a bancada do PPD/PSD afirmou, por intermédio da Senhora Deputada Vanda Ferreira e passo a citar: “o investimento anunciado por este Executivo Socialista não é, nem será garantia de investimento realizado e também que, independentemente das respostas que imagino serem variadas consoante o investimento em causa, relembro que isto é tudo investimento privado, da iniciativa única de privados, não se conhecendo nenhum investimento ainda assim desta natureza que tenha vindo para a Covilhã pela capacidade e proatividade na atração de investimento deste Município”, tendo sido posteriormente complementada pela bancada do CDS-PP, na pessoa do Senhor Deputado António Freitas, que passo também a citar: “na verdade, o investimento privado deve-se mais aos que trabalham diariamente nas empresas e no comércio, assim como aos investidores privados que apresentam propostas e não a uma intervenção direta do Município para a captação deste investimento”. -----

Ora, hoje temos aqui a prova de que isto não corresponde à realidade. E mais. É justo que possamos ter esta interpretação de que: para a direita, quando o investimento é de iniciativa privada, não serve porque é exclusivamente da iniciativa privada e o Município nada faz; quando o investimento é público, fruto das contribuições dos contribuintes por assim dizer, salvo a redundância, também não serve. -----

Esta é a grande falácia que a direita nos apresenta na tentativa de desacreditar a importância dos incentivos públicos para a captação de mais e melhor investimento e o trabalho feito pelo Partido Socialista neste desígnio. -----

É importante dizer que o Executivo do Partido Socialista está de mãos dadas com os investidores e, nem a propósito, está aqui uma de muitas provas: este investimento que nos é dado a conhecer pelo Regulamento que foi criado para atribuição de benefícios fiscais, precisamente a projetos de interesse principal. Este investimento, para terminar, surge em grande medida, e volto a repetir, fruto da estratégia e apoios que o Município tem encetado e que permitem apoiar e captar empresas nas áreas da habitação, saúde ou tecnologia e que geram postos de trabalho, incentivam à reabilitação urbana e à atividade económica. Aqui é importante também salientar, para que não nos esqueçamos, que neste seguimento do investimento público que o Município tem levado a cabo nesta área temos aqui um excelente exemplo, a poucos metros de nós: a transformação da antiga esquadra da PSP naquilo que hoje é o Centro de Inovação Empresarial da Covilhã, num investimento que tem aqui um benefício duplo porque não só recuperou património histórico como o transformou, como o inovou e que hoje em dia conta com 5 empresas, 35 trabalhadores em espaço de coworking com capacidade de expansão e que, desde janeiro deste ano, passou a integrar a rede nacional de incubadoras. -----

Por isso é com enorme satisfação que o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã toma conhecimento das isenções e dos incentivos concedidos aprovados no ano 2023 e desafia o Município a continuar e a ir mais além nesta senda de captar investimento.”

--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento das isenções e dos incentivos concedidos e aprovados ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã – Artigo 38.º. -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO – CONSTRUÇÃO DA ZIPLINE – LINHA DA COVILHÃ – VARANDA DOS CARQUEIJAS – BORRALHEIRA. PROMOTOR: GERAÇÃO GIVE – INOVAÇÃO VALOR E ESTRATÉGIA, LDA.

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de dezembro de 2023, da informação datada de 27 de dezembro de 2023 e do Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 08 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através da plataforma de gestão documental SigmaDoc Web/NIPG com o n.º 21677/23. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Ainda referente aqui um pouco ao ponto anterior, fico admirado como é que se consegue ter um discurso tão valorativo dos incentivos fiscais e desta atividade dinâmica da Câmara quando verificamos que são 7 casos: 2 são de IMI e o resto são 5 casos de reabilitação urbana, praticamente tudo de particulares – há aqui uma isenção fiscal importante ao investimento na saúde e de um grande empresário, mas pouca monta. Não foi por causa dessa isenção fiscal, com certeza, que a empresa IMOSAÚDE das Beiras Unipessoal deixaria de fazer este investimento na cidade da Covilhã – não era por essa isenção. --

Em relação ao ponto que nos é colocado do parecer à proposta de reconhecimento de interesse público na construção de um zipline, achei interessante. Sinceramente achei interessante e vamos dar o nosso voto favorável porque são modalidades a nível do desporto, atividade física e desportiva, contacto com a natureza, aproveitamento da orografia, aproveitamento do território para o desenvolvimento destas atividades que podem captar, de facto, muitos utentes, podem captar como centro de interesse de desenvolvimento também, trazer mais gente à cidade, trazer mais gente à Serra, ... É necessário é ter o cuidado de que levar gente para a Serra também cria outros problemas, não é?! Não só a questão da poluição, mas também a questão da própria limpeza que se vê muitas vezes por aí. A quantidade de pessoas que utilizam muitas vezes a Natureza não significa ou não tem significado também um reforço dos próprios serviços municipais no sentido da preocupação de garantir também a limpeza dos espaços e dos espaços públicos que naturalmente irão ser utilizados.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Aproveito este ponto para ter que desmentir efetivamente aquela brilhante intervenção dos óculos cor-de-rosa do meu colega do PS que fez a intervenção. Do CDS, há uma coisa que nunca viram nesta Assembleia nem verão: que estamos contra os investimentos privados, nomeadamente aqueles que valorizam o nosso Concelho, como é o caso e, portanto, iremos votar favoravelmente. -----

Temos que perceber, de facto, o ridículo desta questão. No ano inteiro temos 7 projetos que são objetos de benefícios fiscais para as dezenas de projetos e centenas de milhões que aqui são anunciados reiteradamente. Alguma coisa não está bem e estamos a falar de incentivos fiscais de meia dúzia de euros comparados com os milhões que são feitos. A Câmara, de facto, aplica apenas o regime das isenções fiscais muito bem, mas a verdade é que, se calhar, não precisa chamar mais ninguém porque se contenta com estas situações. Achamos que poderia haver mais e melhor sobretudo.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “O setor do Turismo no Concelho da Covilhã sempre teve uma importância significativa. -----

Na última década, temos assistido a um crescimento sustentado com novos investimentos em unidades hoteleiras, de alojamento local ou até mesmo a nível da restauração e também com a remodelação de empreendimentos existentes na nossa cidade, investimentos e dinamismo económico que colocam atualmente a Covilhã como um dos municípios do interior com maior número de dormidas. -----

Na cidade, o património cultural e identitário é vasto, embora seja reconhecido por todos a importância da arte urbana, do Museu da Covilhã, do Museu dos Lanifícios, do New Hand Lab, das

fábricas antigas, das nossas igrejas e do Museu de Arte Sacra. Ainda existem fileiras ou zonas como a zona judaica ou Ribeira da Goldra, passíveis de poderem vir a ser melhor exploradas. -----

Pelo peso na economia local, é fundamental que possamos identificar e potenciar o nosso património cultural e natural na manutenção e captação de novos turistas, aumentando o seu tempo de estadia junto de nós. Esse desígnio só será atingido se proporcionarmos cada vez mais e melhores experiências a quem nos visita, através de investimentos e de obras, como os que pudemos acompanhar em outubro último como o desenvolvimento de vários centros interpretativos alicerçados na experimentação e no saber fazer, complementados com outros investimentos e com uma campanha forte como aquela que foi apresentada em final de janeiro na Fitur: "Covilhã Tem Tempo para Ti" que colocam a Covilhã no bom caminho em termos turísticos. -----

No que concerne ao nosso vasto património natural, existem várias potencialidades a explorar na vertente do turismo de natureza e turismo de aventura em vários pontos do Concelho, cujo desenvolvimento contribuirá para a valorização do nosso património natural e de dinamização do desenvolvimento local e regional. -----

No Concelho da Covilhã, a principal atração natural do Concelho é obviamente a Serra da Estrela integrada numa rede de parques naturais nacionais, inserida no Estrela Geopark Mundial da UNESCO, reconhecida pelo seu valor natural e biodiversidade que a compõe e que deve ser preservada. -----

Embora a neve continue a ser um dos fatores de atração de turistas, atualmente, devido às alterações climáticas, esta quantidade é cada vez mais diminuta, tornando-se necessário desenvolver outros atrativos turísticos que potenciem a Serra. Exemplo disso foi a proposta deste Executivo na criação de quatro miradouros com vistas panorâmicas únicas: o Miradouro do Covão, dos Piornos, do Alto dos Livros e da Varanda dos Carqueijais, juntamente com percursos pedestres criados e homologados que são hoje procurados por inúmeros turistas que querem explorar atividades sustentáveis na Natureza. -----

O ponto em discussão vem precisamente nesse sentido, de procurar o desenvolvimento de projetos que permitam a prática de atividades em comunhão com a Natureza. -----

A proposta de reconhecimento de interesse público na implementação do projeto de construção da Zipline da Covilhã – Varanda dos Carqueijais – Borrallheira é um mecanismo necessário para a viabilização e para o licenciamento do projeto, competindo ao Município e a esta Assembleia este reconhecimento. -----

Referir que, tratando-se de uma localização sensível onde existem outras entidades presentes, estão envolvidas no projeto e na implementação não só o Município, mas também o Turismo de Portugal, o ICNF e o Parque Natural da Serra da Estrela de maneira a estar salvaguardada a preservação do meio ambiente. -----

O projeto apresentado prevê uma minimização dos impactos ambientais onde será implementado, bem como assume o compromisso de assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade e assume a responsabilidade do ponto de vista ambiental,

através da adoção de tecnologias não poluentes, da utilização eficaz de recursos escassos, nomeadamente a energia e a água e uma gestão cuidada de resíduos. -----

O Partido Socialista considera que este projeto se enquadra na estratégia de desenvolvimento do turismo de natureza e aventura no nosso Concelho, passível de integração no meio ambiente e assente em princípios de respeito pela Natureza e, por esse motivo, votaremos naturalmente favoravelmente este ponto.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: “Queria só aqui também deixar explícita, mais uma vez, a postura da oposição e aos comentários feitos aqui pelos meus colegas da Assembleia Municipal em que, relativamente ao investimento, se não existisse, não existia e era uma falha; se são só sete é porque são só sete. -----

A minha questão é: são contra o apoio à reabilitação urbana de edifícios no centro histórico, como há pouco estavam aqui a dizer que havia necessidade? -----

Ficou lógico que utilizei este tema para fazer uma abordagem macro porque não se pode deixar passar esta ideia de que na Covilhã não acontece nada quando isso não é uma realidade.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu nota “da importância deste projeto que tinha que ter este reconhecimento, se os senhores e as senhoras deputados municipais assim o entenderem, reconhecimento de interesse público para que o ICNF e o Turismo de Portugal possam dar luz verde a um investimento privado sem qualquer apoio do Município ou benefício fiscal. -----

É puro investimento privado e, portanto, não estamos aqui no domínio das isenções ou dos incentivos. -----

Já agora, um parêntese, mesmo sem incentivos nossos diretos, a fábrica dos diamantes, contra a vontade de muitos, já é uma realidade. Já foi decidida favoravelmente pelas entidades governamentais. Particpei numa reunião com todas as entidades, do ambiente até à economia e vai avançar faseadamente e a benefício do bom e grande desenvolvimento da nossa terra. Esse sim, também um investimento de grande magnitude, onde tivemos o apoio também inestimável da Universidade da Beira Interior. Um dos seus Vice-Reitores fez a gentileza de me acompanhar ao estrangeiro, mais precisamente à Bélgica, onde visitámos a única fábrica que existe na Europa de diamantes desta natureza. Foi celebrado um acordo de cooperação com a Universidade e já há luz verde depois de termos passado por três Secretarias de Estado e por estas doze, salvo erro, entidades que deram luz verde a este projeto de interesse do interior. Houve aí uns que andaram adormecidos e lembraram-se outra vez do interior agora em tempo de eleições. Vai-se lá saber por quê! Então é curioso que este projeto é um projeto do interior. Chama-se assim “Projeto de Interesse do Interior”. -----

Uma última nota, este Zipline é um investimento de cerca de um milhão de euros. Não estamos a falar de qualquer coisa, para além de ser uma grande atração turística, como disse e muito bem o Senhor Deputado Vítor Reis Silva.” -----

- O Senhor Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** solicitou o uso da palavra para fazer uma interpelação à Mesa. “Era uma questão apenas de honestidade política que o Senhor Presidente da Câmara enche a boca sempre com esta coisa da desonestidade. Mas aquilo que acabou de fazer não é mais que um exercício fútil dessa desonestidade política e intelectual. -----

O Senhor Presidente da Câmara veio aqui dizer que estivemos contra ou andámos a dizer que não quisemos o investimento dos diamantes sintéticos. -----

Senhor Presidente basta ir às votações que foram feitas quer na Câmara, quer nesta Assembleia e, portanto, quando se lança a pedra dizendo que “andaram para aí a dizer e a duvidar” e nós votámos favoravelmente sempre, estivemos sempre a favor do investimento privado, seja lá ele qual seja nesta matéria. Portanto, vir aqui lançar uma pedrinha deste género, como quem não quer a coisa, é de facto um exercício de desonestidade intelectual a todos os níveis.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, em defesa da honra, referiu que, “na última sessão da Assembleia Municipal, vieram os senhores aqui dizer que isto era pura ficção e, entre a ficção e a realidade, há uma diferença. Os senhores diziam que era uma ficção e ela está cá.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Reconhecimento de Interesse Público na Implementação do Projeto – Construção da Zipline – Linha da Covilhã – Varanda dos Carqueijais – Borracheira. Promotor: Geração Give – Inovação Valor e Estratégia, Lda.**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA – VERSÃO FINAL DO PLANO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea *h)* do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com as alíneas *a)* e *ccc)* do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 295/24 de 29.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “Estamos perante um documento denso, vasto, interligando várias áreas de intervenção, caracteriza o Concelho em termos climáticos, define a estratégia de ação na página 93, apresenta as medidas possíveis e as medidas adotadas da página 96 à 102 e a sua integração nos planos de ordenamento do território do Município e também orienta a sua avaliação ao longo do tempo, com periodicidade anual e quinquenal. -----

Podemos escolher como palavras-chave: caracterização, implementação, integração e avaliação.

Mais um plano que poderá ser útil se não for colocado na prateleira. Deverá estar em cima da secretária de quem decidir, por exemplo pelo corte indiscriminado de árvores numa área urbana, como se fez em Unhais da Serra, ou pela implementação de projetos que visam a limpeza das galerias ripícolas ou pela concretização de planos de pormenor em zonas de cheia e de eficiência energética das habitações. -----

A CDU esteve presente, em agosto de 2023, na primeira apresentação e também presente na segunda sessão. E, desde a primeira apreciação, consideramos que o documento não dá a resposta necessária ao artigo 3.º da Lei de Bases do Clima que refere os objetivos da política do clima que, na alínea j), define combater a pobreza energética, nomeadamente através da melhoria das condições de habitabilidade e acesso justo dos cidadãos ao uso da energia. -----

Nada neste Plano apresentado pela Câmara Municipal foi estudado, dito, previsto melhorar nesta matéria. Ou seja, naquilo que, no caso do Concelho da Covilhã, teria um efeito mais impactante na defesa do clima, nada é referido. É como se não existisse quando efetivamente esse é um dos principais problemas. Mais uma vez, as pessoas, principalmente os mais velhos, ficam fora da ação climática no que ao combate da pobreza energética diz respeito. -----

No entanto, na nossa opinião, é por aí que temos que ir. Esta deveria ser a prioridade das prioridades, não esquecendo, como é evidente, as restantes medidas também elas muito importantes.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (CTF):** “Também estive presente na apresentação da proposta do Plano e houve algo que me chamou a atenção e nem tinha sequer ideia de que os números fossem esses. Deixar um alerta que também lá foi citado por causa da poluição que existe pela utilização dos combustíveis. É o item que mais dispara e que, efetivamente, continua a ser o mais preocupante. -----

Sendo assim, a única nota que gostaria de deixar é que realmente se olhasse para os autocarros que circulam na nossa cidade e para aquilo que não se utiliza, nomeadamente no que diz respeito a elevadores, funiculares, vias pedonais e rede ciclável. -----

Era apenas e só este apontamento que gostaria de deixar.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Queria referir que, numa altura em que efetivamente é necessário termos guias de orientação a este nível, o documento é denso, é longo e tem de facto várias situações. Obviamente votando favoravelmente este documento, aquilo que

se espera é que não seja só mais um plano, que quem tem que o aplicar o aplique e que faça a implementação deste Plano e que não fique só pelas bonitas palavras que constam dele porque efetivamente os princípios são bonitos, mas todos estes planos são essenciais se forem de facto concretizados e se forem postos em prática. -----

Estaremos cá para avaliar a implementação deste Plano e saber se efetivamente está ou não a ser cumprido. Mas até lá, obviamente que daremos o benefício da dúvida e aprovaremos este Plano.”

- **Lino Fernandes Torgal (PPD-PSD):** “A minha preocupação em muitas e muitas das intervenções que aqui faço é a parte ambiental, a parte climática e a preocupação que devemos ter relativamente a este assunto. -----

Estive também na apresentação na Câmara Municipal. Obviamente votaremos a favor porque sabemos que há calendários e obrigações a cumprir, mas fico preocupado quando temos aqui um documento apenas para cumprir calendário. Não existe cá um único compromisso até 2025, até 2030, até 2040, ... Não há um único compromisso em termos de cronografia. Zero. -----

Portanto, intenções, mapas, muitas bolinhas, muitos compromissos, muitas palavras bonitas. Em termos de cronologia de execução, zero. -----

É mais um documento de intenções, mais um documento apenas para cumprir calendário e para cumprir, obviamente, legislação e normativas europeias. É isso que vejo aqui. -----

Existe um verdadeiro compromisso? É que se é, ele não está cá. Realmente é um documento denso, um documento com muita análise. A parte do diagnóstico está bem-feita; a parte da aplicação é que fica apenas pelas intenções.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Vou começar pela questão dos óculos. Há, de facto, óculos para todos os gostos: uns rosa, outros azuis, outros só veem bolinhas e palavras bonitas, outros veem densidade no trabalho. Mas a verdade é que estamos a falar de um documento que esteve em consulta pública e não houve uma participação de nenhum grupo político na fase de consulta pública. -----

Hoje, o que se vem aqui fazer é falar de bolinhas, densidade, dos óculos cor-de-rosa ou azuis, mas a verdade é que, na altura em que porventura teriam tido de facto um efeito, contributos dos partidos da oposição nomeadamente... zero! Nem uma contribuição. Isto agora é só para chicana política. Vamos então à intervenção. -----

O planeta Terra está em constante mudança e esta afirmação nunca foi tão verdadeira como hoje. À escala global, os fenómenos meteorológicos extremos tornaram-se uma constante quando, em tempos, já foram uma exceção. -----

A crença de que o crescimento é uma escada sem fim levou a uma sobre-exploração dos recursos, como se eles próprios não fossem limitados. Este consumo desenfreado de recursos, como se não houvesse amanhã, trouxe consequências ao nível global em que os efeitos somos completamente incapazes de controlar. -----

Trouxe também uma ideia que se tornou completamente óbvia: a de uma nova globalização. Agora não da procura de recursos num país para ser usado noutra distante, mas sim a noção de que a atividade desenvolvida num local tem impacto em todo o globo. -----

Esta perceção de partilha do planeta, de um destino comum para todos, traz um desafio que porventura não interiorizámos ainda o suficiente. Não podemos simplesmente competir exclusivamente com os outros. Precisamos tomar medidas para mitigar as alterações climáticas mesmo que os outros não o façam porque, apesar de ser verdade que as ações dos outros e as suas inações também terem impacto sobre nós, as nossas ações e inações têm também impacto sobre nós próprios e sobre os outros. -----

Assim, deve cada país, cada comunidade, fazer o que pode na esperança que os outros façam o mesmo. Tornou-se um mote inevitável para o combate às alterações climáticas, a velha máxima de “quem faz o que pode, faz o que deve.” Assim, o que podemos e devemos realmente reclamar é que a nossa comunidade faça o que possa para bem do planeta, seja ela a família, a freguesia, o concelho, a região, o país ou mesmo o continente que integramos. -----

Mas neste momento, infelizmente, já não basta tomar as opções que evitem a degradação do planeta. É preciso mitigar os efeitos da degradação já existente e que tornou evidente ser este um grande desafio para todos e por muito tempo. O controlo da erosão, formas de evitar a desertificação e a garantia de termos água são alguns dos temas mais importantes nestes tempos.

O Município da Covilhã tem vindo, desde há muito, a tomar um conjunto de iniciativas com vista à redução da pegada ambiental, como destacou a nossa bancada pela voz da Catarina Mendes na última Assembleia Municipal e que transcrevo: *“o Município da Covilhã até 2021 já alcançou uma redução do consumo total de energia de cerca de 23% e uma redução de emissões de CO2 de 35%. Contribuíram para esta redução um conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Município da Covilhã nos últimos anos como, por exemplo, a otimização da iluminação pública, substituição das luminárias por tecnologia LED, otimização de iluminação a edifícios públicos como, por exemplo, o edifício dos Paços do Concelho, o Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo, o Centro de Inclusão Social da Covilhã, o Museu da Covilhã, o Teatro Municipal, o Mercado Municipal e as escolas do 1.º Ciclo que foram recentemente intervencionadas, a aplicação de sistemas integrados de gestão de energia e a instalação de temporizadores e sensores de presença, a execução de obras com vista à melhoria de eficiência energética como, designadamente, nos bairros de habitação social e nalgumas escolas.”* -----

Senhores Deputados, isto não são planos sequer com calendários. Isto é o que já está feito. É muito para lá do calendário. São metas alcançadas. É o que já fizemos. -----

Mais recentemente, há também a destacar a aquisição de viaturas elétricas pelo Município e para o Município, mas também a entrega de algumas viaturas elétricas para o Centro de Saúde, já no âmbito da descentralização de competências aceite pelo Município. -----

No entanto, e como disse anteriormente, a mitigação dos impactos que já se fazem sentir tem também que ser um importante vetor de ação para as entidades da administração pública. Neste caso, e sendo esta a primeira Assembleia Municipal depois da aprovação do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, devemos destacar o recente anúncio da existência de

financiamento para a construção da barragem da Ribeira das Cortes (não gostam, mas mais uma vez tem que se falar nela) que vem tornar possível a execução de uma obra há muito pretendida pela Covilhã. -----

Como refere este Plano, os cenários climáticos não preveem tanto uma diminuição da precipitação, como uma concentração da mesma em determinados períodos do ano, sendo por isso o desafio fulcral criar as infraestruturas que garantam o armazenamento de água para ser consumida em períodos de estio com a tendência para serem alargados. -----

O Século XXI tem como principal desafio o combate às alterações climáticas e o recurso mais importante será a água. Estou profundamente convicto que estamos a tomar as medidas corretas para mitigar os efeitos das alterações climáticas e, ao mesmo tempo, procuramos diminuir a nossa pegada. -----

Face ao exposto, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente o Plano Municipal.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD-PSD)** solicitou o uso da palavra para “apenas dar aqui uma pequena nota. Realmente, o Senhor Deputado Pedro Nuno não deve ter estado atento às minhas últimas intervenções, tanto aqui na Assembleia Municipal como na própria apresentação pública, em que fiz, de facto, sugestões. Uma delas, por exemplo, é que o recente Plano de Mobilidade contemplasse autocarros elétricos que existem já em muitas e muitas cidades do país. -----

Propostas, eu fiz publicamente. Agora, uma coisa, Senhor Deputado Pedro Nuno, não pode querer: que eu vá fazer propostas na consulta pública para cronologia, a dizer que acho que a Câmara Municipal deve cumprir 30% nos próximos 5 anos e mais 20% nos próximos 10 porque isso é trabalho da Câmara Municipal e de quem fez este Plano. Se eu acho insuficiente por falta de cronologia, o que é que eu posso dizer mais? Então não compreendeu bem as palavras que eu disse.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** fez uma “interpeção à Câmara. Perguntar simplesmente se aquilo que vem no relatório corresponde à realidade. Se houve ou não zero contribuições no período de consulta pública. É só isso que eu estou a perguntar. O Senhor Deputado está a dizer que fez sugestões.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à existência ou não de “reclamações, sugestões, contributos, efetivamente, por escrito, não houve nenhum. O que houve foram duas ou três: uma delas, salvo erro, da Senhora Deputada Mónica Ramoa, do Senhor Deputado Lino, ..., no contexto da conversa da discussão pública. -----

Compreendo o que quis dizer. Bom, então, mas “eu vou a uma sessão, participo nela e depois tenho que escrever.” Sim, já sabe que estas coisas são as formalidades substanciais. Ou seja, é preciso dizer concretamente e depois formalizar aquilo que se disse. Não estamos a escamotear nem escamoteio as sugestões que foram feitas no âmbito da discussão. -----

O importante é que este documento, como disse e bem o Senhor Deputado Nuno Pedro, já deu passos. Já temos ações concretas no terreno. Por certo, não estão esquecidos que o nosso contributo para a melhoria da eficiência energética, logo do conforto térmico dos mais vulneráveis

e designadamente dos mais idosos que estão nos bairros sociais da Câmara Municipal da Covilhã, designadamente com o capoto, com as coberturas, com os painéis solares, etc., foram passos importantes nesse sentido e, aliás, que vêm contrariar parte do que disse o Senhor Deputado Pedro Manquinho relativamente a esta matéria quando efetivamente tivemos essa preocupação.

E não são palavras. São ações. São obras que estão feitas, concluídas e realizadas. -----

Se o documento é perfeito? Eu costumo dizer que, e digo uma evidência, não conheço nada perfeito e, portanto, é um bom documento e é uma base de trabalho para o futuro. É isso que se pretende com ele e, no futuro, haverá alturas em que será necessário ajustá-lo à realidade porque a realidade é efetivamente dinâmica.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Plano Municipal de Ação Climática do Município da Covilhã – Relatório de Ponderação dos Resultados da Consulta Pública – Versão Final do Plano**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 38 votos a favor (PS, PPD-PSD, CDS-PP, CTF e DMI's) e 3 abstenções (CDU – PCP/PEV)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE – ZONA SUL – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE PLANO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas *h)* e *r)* do n.º 1 e alínea *k)* do n.º 2 do art.º 25.º, conjugado com a alínea *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 296/24 de 29.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “O Executivo propõe nesta Assembleia a revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul. -----

Recorde-se que este processo se iniciou em 2000/2001 com a construção ilegal de uma urbanização de casas de madeira que trouxe alguns dissabores ao Presidente da Câmara Municipal da época. Já lá vão 23 a 24 anos. -----

A atual proposta do Plano de Pormenor permitiu legalizar um conjunto habitacional de turismo consolidado. A área não é aumentada em relação ao que nós já votámos contra. As entidades deram um parecer favorável. -----

Depois do leite derramado, parece-nos que a melhor opção é criar um instrumento de salvaguarda do que ainda deve ser salvaguardado. -----

No entanto, é pena que idêntica medida não seja feita para outros contextos que não os dos operadores turísticos. Por exemplo, a Atalaia - Teixoso, núcleo habitacional quase todo ilegal, e nada está previsto para resolver a vida destas pessoas. -----

Vamos votar favoravelmente, já que as entidades chamadas a pronunciarem-se (CCDR Centro e ICNF) não obstaculizaram e, por outro lado, regulamentando, também se protege o território de outras ações futuras. Digamos que é uma aprovação reticente e preventiva. -----

Fica a preocupação se o PDM em revisão vai atender aos problemas das pessoas, se só vai resolver os problemas do turismo ou se vai dotar o território de capacidade de desenvolvimento e crescimento.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Dizer que vamos votar favoravelmente neste ponto. -----

Tal como o meu antecessor disse, este Plano de Pormenor está em revisão há uma série de tempo. Teve início em 2020 (a revisão) e trata-se sobretudo para a legalização do edificado já existente, embora permita a possibilidade de alguma expansão na sua área abrangente. -----

Já foi escrutinado e sujeito a retificações e conciliações de várias entidades com jurisdição no Parque Natural da Serra da Estrela para se chegar a esta versão final, nomeadamente o ICNF, APA, ANACOM, Direção-Geral do Território, Turismo de Portugal, Infraestruturas de Portugal. -----

O período de discussão pública não teve qualquer reclamação, observação, sugestão ou pedido de esclarecimento, pelo que esta versão final é conciliadora de todas estas entidades. -----

Por esse motivo, o Partido Socialista votará favoravelmente a revisão do Plano.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul – Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública – Versão Final da Proposta de Plano**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 2 do artigo 22.º da Lei de Bases de Habitação (LBH), aprovada pela Lei n.º 88/2019, de 3 de setembro, através do ofício n.º 580 de 09.02.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O direito à habitação está consagrado há quase 48 anos no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa. Quero, por isso, saudar a iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã de dotar a Covilhã de uma Carta Municipal. -----

Fazendo aqui um aparte, ou seja, e retomando aquilo que foi a minha intervenção há pouco, há uma série de coisas que efetivamente esta Câmara e este Executivo fez: o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, às Freguesias, às Isenções, etc. E, portanto, coisas que não estavam feitas já deviam estar feitas. Se é possível fazer coisas tão difíceis, há de ser possível fazer coisas fáceis e, portanto, é preciso pôr a máquina a andar. -----

Um outro aparte a esta questão da discussão pública: participei em duas iniciativas da Carta Municipal e, se calhar não tomei nota, vi só o documento, não li a parte inicial, se calhar e provavelmente também diz que na parte da discussão pública, naquela concentração legislativa, aquele período de discussão pública, também não houve ninguém nesta Carta Municipal. -----

Para todos refletirmos, como há pouco disse, se calhar já não nos ouvimos uns aos outros. Efetivamente, esta carta municipal foi feita por várias vezes, com diversos atores, e a Junta de Freguesia sentiu-se refletida e não foi preciso pôr nada por escrito, contrariamente àquilo que o Senhor Presidente há pouco estava a dizer. -----

Se um cidadão vai a uma discussão pública e refere um determinado assunto, quem está a acolher essas sugestões pode incorporá-las no documento. Efetivamente, este documento incorporou questões que foram faladas na sessão que houve com juntas de freguesia, etc. -----

Feitos estes apartes, o que temos hoje em dia e que a Carta refere é um aumento exponencial dos custos de acesso à habitação que não foi acompanhado pelos rendimentos das famílias, uma modelação territorial com efetivamente uma dicotomia entre aquilo que é a cidade e aquilo que são as freguesias, aliás falou-se muito nestas questões e depois aponta para que se aprofunde e intensifique a atuação no quadro das áreas de reabilitação urbana. Define, como objetivos estratégicos globais, a valorização do parque municipal existente e a mobilizar. Aqui quero saudar que efetivamente o Município tem feito já caminho nesta área, nomeadamente na Freguesia da

Boidobra, onde nós fomos também com moradores à Assembleia Municipal falar dos 22 fogos que ainda não estavam contemplados e esses fogos já estão neste momento também a ser contemplados. Fica a totalidade dos fogos de habitação social municipal mais dotada e aí aproveito para fazer uma outra questão. O Senhor Presidente ainda agora falou que foram postos os painéis solares relativamente à questão climática, etc. Eu continuo a afirmar...” -----

--- Tendo excedido o seu tempo o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu o uso da palavra ao Grupo Municipal do CDS-PP. -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: “Nos termos da Lei de Bases da Habitação, que está em vigor desde 01/10/2019, as câmaras municipais têm de elaborar anualmente o relatório municipal da habitação com o balanço da execução da política local de habitação e submetê-lo a esta Assembleia para apreciação. -----

Não tenho ideia disso alguma vez ter acontecido. Já passaram 4 anos da entrada em vigor da lei, sendo certo que podia ter acontecido mesmo sem termos a Carta, que hoje está em discussão aprovada. -----

A Carta Municipal de Habitação é um instrumento que deve incluir, nomeadamente, o diagnóstico das carências de habitação. Neste ponto, refere a Carta ter-se baseado no levantamento feito antes da elaboração da estratégia local de habitação de 2020. Estamos a aprovar a Carta em 2024. Os números mantêm-se? Certamente que não e a própria Carta refere ter sido registado um aumento depois disso, aumento esse que a Câmara afere, segundo se lê na Carta, pelas candidaturas à habitação social. Então e todos os outros casos de pessoas que, por diversas razões, não submetem nenhum pedido? E as juntas de freguesia têm sido questionadas sobre as situações de carência, como prevê a lei, ou foram apenas em outubro de 2022, como refere a Carta, e não mais depois disso? -----

Também não resulta da Carta o método e o critério usado para identificar os agregados familiares com carência no acesso à habitação. -----

Deve constar também da Carta Municipal de Habitação a identificação dos recursos habitacionais disponíveis e, lendo esta Carta, fica a dúvida sobre se foi feito um levantamento do edificado devoluto e que sabemos ser extenso. -----

Quanto aos edifícios municipais em ruína, não é indicado o seu número, sendo apenas referido que poderão vir a dar lugar a 18 novos fogos. -----

Também não posso deixar de registar que foram identificados 98 fogos municipais livres. Não estão ocupados por ninguém, o que me parece incompreensível. -----

A definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar, neste caso no período de 2023 a 2032, é outro dos aspetos que a Carta deve contemplar e que contempla. Neste aspeto, esta Carta refere a necessidade de o Município criar uma resposta pública que, no curto prazo, permita responder às necessidades. -----

Ora, este é então um documento que se pretende estratégico, mas onde faltam as ações concretas a realizar, que permitam implementar as medidas. No fundo, onde faltam soluções concretas e não genéricas ou hipotéticas que o Município implementará neste período de 2023 a 2032. -----

A título de exemplo disto que digo, deste fator genérico, na medida apresentada e que tem em vista reconverter antigas instalações industriais para uso habitacional, a Carta usa expressões como “o Município pode adquirir alguns destes edifícios e promover diretamente habitação ou estimular a sua criação a privados.” Então temos expressões como “pode adquirir” ou não, diria eu. Alguns, diria eu, não interessa quantos nem sequer por estimativa e “pode promover diretamente ou estimular privados a fazer”. Um dia logo se verá qual destas é a hipótese certa. É isto que se passa ao longo de todo o texto. -----

O que em concreto vai ser feito para ajudar os jovens, quer os universitários, quer os outros a ter acesso à habitação? E os cidadãos das classes médias, quais serão os critérios de seleção de candidatos a apoios e programas que venham a ser criados? Não se trata já de prestar auxílio aos mais carenciados através da atribuição da habitação municipal. Como todos sabemos, o problema da habitação está para além disto. -----

Depois há a questão financeira. Nada está orçamentado ou quantificado financeiramente na Carta, pelo que temos de presumir que as tais intenções não são medidas concretas. Foram apresentadas sem qualquer estudo financeiro, o que apenas corrobora a sua natureza de intenção e não de concretização e muito menos de concretização imediata.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD):** “Estamos perante um documento com o qual já tínhamos tido contacto na Assembleia Municipal de setembro de 2023. Portanto, o documento é datado de junho de 2023. É aqui apresentado, de facto, por um imperativo legal e permita-me fazer uma nota sobre uma questão formal. -----

Tive o cuidado de tentar ser justo naquilo que vou dizer e, portanto, fiz a questão quer aos serviços da Câmara, quer a algumas juntas de freguesia. A legislação prevê a auscultação das juntas de freguesia. Lembro-me da resposta que o Senhor Presidente me deu em setembro. As juntas receberam o e-mail no dia 25 de agosto para convocarem uma Assembleia de Freguesia para se pronunciarem e darem resposta até ao dia 28 de agosto. Portanto, seria necessário visitar o tema e voltar a dar um novo prazo. -----

Dos serviços camarários, recebi a informação que, de facto, tinha sido dado um novo prazo às juntas de freguesia. Na minha Junta, não foi recebida. Questionei o meu Presidente e parece que há mais juntas que não receberam este novo prazo para auscultação. Neste caso, só auscultação e não pronúncia sobre o documento. -----

Uma questão mais prática, relativamente ao próprio documento em si, o prazo para o plano no terreno é ontem. Se estamos perante um documento que foi elaborado em junho de 2023 e sabemos que há uma deterioração das condições da habitação até à presente data, o prazo já está a ser ultrapassado. O nosso panorama da habitação mostra-nos alguns indicadores. Já hoje aqui ouvimos falar de dados estatísticos e o que nos dizem os indicadores da habitação é que os custos com a habitação duplicaram nos últimos 9 anos, 40% do rendimento familiar fica nos gastos com

habitação e das 87 mil casas prometidas até aos 50 anos do 25 de Abril estão construídas apenas 2100. -----

Isto agravado pelo facto de 42% da população viver em risco de pobreza sem apoios sociais, torna urgente a implementação deste Plano e dar respostas a quem mais precisa. -----

Desde a elaboração do Plano até esta data passaram 8 meses e temos no Município demasiadas casas em ruína a precisar de intervenção e a precisar de serem reabilitadas para realojamento.” -

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Falar de habitação nesta Assembleia, como tem sido visível por parte da bancada do PS, não se está a falar de discussão política. Está-se a discutir uma causa que o Partido Socialista tem. -----

Discutimos habitação, e já foi feito aqui enquadramento histórico do ponto de vista legal por parte da Deputada Joana, que de facto começa na Lei de Bases de 2019. No caso específico da Covilhã, evolui em 2021 com a Estratégia Local de Habitação e temos agora a Carta Municipal de Habitação que é mais um instrumento daquilo que procura vir resolver um problema, uma carência que não existe há 9 anos, Senhor deputado Jorge. O problema da habitação em Portugal tem muitos anos e é uma responsabilidade política que todos os partidos na governação dos últimos 20 anos têm.

Mas há uma diferença: é que o Partido Socialista teve a coragem de intervir e de ter um plano estratégico para habitação em Portugal. Por mais que isso custe ao PSD, a verdade é que é o Partido Socialista que está e que tem vontade e ação, um plano para reverter um défice habitacional em Portugal, não só público, mas também ele privado, de arrendamento, nomeadamente, para as novas gerações. -----

No caso específico da Carta Municipal de Habitação da Covilhã, reforço que é um documento que está dividido em 19 medidas concretas de intervenção. -----

Quando a Senhora Deputada fala em "o pode intervir" ou "o que é que deve intervir no caso do Parque Industrial que está abandonado, temos um exemplo agora recentemente publicado: é uma iniciativa privada na Rua da Indústria. É um caso específico, concreto e real. Não estamos aqui a falar de coisas abstratas. É algo que acontece na Covilhã. Estamos neste momento a ter intervenção no Parque Habitacional da Covilhã, não só do ponto de vista privado, mas também do ponto de vista público. Não é um pode. Não é uma necessidade de concretização imediata. Ela existe. Ela está a ser feita, Senhor Deputado Jorge e basta abrir o portal Base Gov que tem, nas últimas semanas, nos últimos meses, dezenas de contratações públicas, nomeadamente para projeto. -----

Aquilo que o PSD acha e que quer fazer acreditar às pessoas é que habitação aparece com o estalar de dedos. Não é assim que acontece. Há um processo que tem que haver e tem que haver de construção do projeto, de construção, de execução e de atribuição depois das casas. Nem tudo funciona como em Lisboa, Senhor Deputado, em que o PSD se vangloriza agora ter as casas que foram projetadas pelo Executivo Municipal do Partido Socialista. Essa é uma realidade, Senhor Deputado. -----

No caso específico da Covilhã, naquilo que refere é verdade, Senhor Deputado, e já foi aqui dito e não temos nenhum dogma, sabe que não há aqui nenhuma crítica ao que aconteceu aqui na

Covilhã. A verdade é que o Parque Habitacional na Covilhã está devoluto. São indignas as condições em que as pessoas vivem e, por alguma razão, a Carta Municipal da Covilhã direciona muita intervenção para aquilo que é a reabilitação do parque habitacional, tal como já foi referido pelo Senhor Presidente da Junta da Boidobra. É a indigna a condição das pessoas que vivem seja na Boidobra, seja no Rodrigo, seja numa série de casas que são responsabilidade do Município e que está em execução. -----

Não é uma promessa vã. É uma promessa que está em concretização e isso deve-nos orgulhar a todos enquanto Covilhanenses. Não é por ser do Partido Socialista. Aqui não há dois óculos. Aqui há uma questão prática e necessária. A habitação é uma prioridade para a Covilhã. É algo a que esta carta municipal dá resposta não só do ponto de vista público, nomeadamente através da renda apoiada e da renda acessível, mas também procura uma melhor habitação para todos, nomeadamente a reabilitação do parque habitacional, e estimula a reabilitação do património edificado. Ou seja, não só procura o edificado público, mas também estimula, através do privado, procurar soluções em concreto com o setor privado para resolver o problema da habitação em Portugal. -----

Mas também há uma coisa que identifiquei, já na última sessão, que me parece ser de relevo: a qualidade do arrendamento das casas em Portugal. Esta Carta Municipal procura objetivamente garantir um selo municipal de qualidade entre os novos contratos de arrendamento. O que é que isto quer dizer? Que vamos procurar, dentro destas ações, termos um selo de qualidade por parte do Município no arrendamento. Tendo em conta aquilo que é a quantidade de casas destinadas a arrendamento da Covilhã e as condições indignas em que, muitas vezes, os estudantes e não estudantes e a população local vive, é algo fundamental para garantir condições dignas a que as pessoas vivam. -----

Por isso, quero mais uma vez saudar o Executivo Municipal por esta Carta Municipal de Habitação e dizer que é dos primeiros municípios na região que está, neste momento, a aprovar e a pôr em prática a Carta Municipal de Habitação. Enquanto bancada do Partido Socialista, iremos votar favoravelmente este documento.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD-PSD):** “Dar uma informação ao Senhor Deputado Pedro Bernardo. O Senhor não estava atento àquilo que eu disse e a sua intervenção mostra exatamente isso. Eu não lhe disse que os problemas da habitação vêm dos últimos 9 anos. Eu disse que os custos da habitação duplicaram nos últimos 9 anos. São coisas diferentes. -----

Depois, se o Senhor esteve atento, percebeu que eu lhe disse que a urgência da implementação deste programa era para ontem. Não estou a dizer que o programa está mal feito. Estou-lhe a dizer que é urgente pô-lo em funcionamento. Só isso e meramente isso.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu nota, “em primeiro lugar, que esta Carta tem que ter um diagnóstico, identificar, apresentar um planeamento e definir estratégias. Não tem que ter lá custos nenhum. É a sua interpretação que eu respeito, mas não tem adesão à realidade legal. -

Porém, o que conta aqui são as coisas palpáveis. A Estratégia Local de Habitação foi aprovada pela Câmara em 15/12/2021, no âmbito do Programa Primeiro Direito para 150 agregados, correspondente a 344 pessoas, um investimento total de 8.500.000 euros. -----

Ponto de situação: concluídas as empreitadas relativas a 15 fogos em bairros na Alâmpada, receção provisória; em execução: mais 3 empreitadas. -----

Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário – O Município da Covilhã candidatou a construção de um novo edifício, 18 alojamentos e a reabilitação de mais 2 edifícios, um T4, um T2 e dois T1. Estamos a falar de 1.500.000 euros. -----

Ponto da situação: projetos de execução concluídos, em fase de contratação de empreitadas. -----

Programa de arrendamento acessível: o Município da Covilhã candidatou, através da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, 89 fogos no âmbito deste programa de política de habitação. O investimento vai em 10.500.000 euros. -----

Vejam que já ultrapassamos os 20 milhões de euros em habitação a pensar no futuro e, como disse e muito bem o Senhor Deputado Pedro Bernardo, a habitação como foi o caso de Lisboa, o Medina fez e o Moedas entregou as chaves. Nós agora fazemos e depois quem vier a seguir, seja quem for, desejavelmente alguém do Partido Socialista, entregará as chaves. Portanto, é assim que funciona. -----

Disse ali bem que, num estalido de dedos, não há uma bala de prata para resolver o problema da habitação. Leva anos. Aliás, é um problema da Europa. Por essa Europa fora e em países onde há muito dinheiro, já os problemas da habitação estavam resolvidos e não estão. -----

Claro que para o argumentário político eleitoral, isto é uma maravilha. As pessoas não veem as coisas ou veem só aquilo que estamos a fazer e que temos candidatado e depois põem em dúvida com “onde é que elas estão? Não estão em lado nenhum! Isso é ficção! Isso não é realidade!” -----

As coisas estão aqui: candidatas, dinheiro alocado, projetos em andamento, empreitadas em curso, ... Estamos a falar de mais de 20.000.000 de euros. É o maior investimento alguma vez feito na Covilhã em habitação, apesar de em tempos, e eu digo que a história não se apaga nem se deve apagar, a Covilhã ter sido precursora na região em termos de habitação social. E o seu a seu dono.

É verdade que ficou uma pesada fatura, mas avançou. Lá está a tal permuta intergeracional: uns fazem e os outros pagam. E aqui já temos o financiamento assegurado. Os outros apenas vão ter que entregar as chaves.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Carta Municipal de Habitação**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

3.12 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO TEIXOSO, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, ESCOLA SECUNDÁRIA CAMPOS MELO E ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DAS PALMEIRAS)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea *k*) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 584 de 09.02.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** explicou que se tratava “apenas de uma ratificação de uma deliberação que tomamos na última reunião de Câmara porque, por razões de urgência, é uma necessidade das escolas. Andamos aqui um bocadinho, como se costuma dizer, *com o carro à frente dos bois*. -----

Devia ter vindo aqui primeiro e depois ia à Câmara. Mas fez-se ao contrário e agora já está em execução. Já assinei os contratos, o dinheiro já está em curso e hoje estamos a ratificar aquilo que unanimemente aprovámos na última sessão de Câmara. Tão somente isso.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas (Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve, Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, Agrupamento de Escolas do Teixoso, Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Escola Secundária Campos Melo e Escola Secundária Quinta das Palmeiras)***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

**3.13 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE
FREGUESIA DE UNHAIS DA SERRA – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1.º CICLO
– ANO DE 2023/2024**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 148/24 de 16.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Não se registaram inscrições para intervir neste ponto. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Celebração de Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Unhais da Serra – Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo – Ano de 2023/2024***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

**3.14 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE
FREGUESIA DE CORTES DO MEIO E SÃO JORGE DA BEIRA PARA PAGAMENTO DA
TAXA CONTRIBUTIVA DE 10% À SEGURANÇA SOCIAL**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 12 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 124 de 18.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Não se registaram inscrições para intervir neste ponto. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Celebração de Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia de Cortes do Meio e São Jorge da Beira para pagamento da Taxa Contributiva de 10% à Segurança Social***, foi a mesma ***autorizada por maioria, com 38 votos a favor (PS, PPD-PSD, CDS-PP, CTF e DMI's) e 3 votos contra (CDU – PCP/PEV)***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Votámos contra porque, quando fizemos a pergunta o ano passado, aquando da aprovação da delegação de competências, e perguntámos se eram contratos de trabalho, tendo-nos afirmado que sim, isto é a prova que não foram contratos de trabalho. Foram a recibos verdes.” -----

3.15 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE APOIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO – CENTRO INTERPRETATIVO DO BRULHÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de janeiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 288/24 de 29.01.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O assunto foi apresentado pelo Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** que referiu que “este é um caso típico, que o Senhor Presidente pode testemunhar, em que a obra foi candidatada, o concurso da empreitada ficou deserto, a seguir tivemos que subir o valor. Aqui têm outro exemplo.” -----

--- Não se registaram inscrições para intervir neste ponto. -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento da Alteração ao Protocolo de Apoio celebrado entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Centro Interpretativo do Brulhão.** -----

Não se encontravam presentes na sala os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

3.16 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE TOPONÍMIA - MANDATO 2021/2025 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de fevereiro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã, através do ofício n.º 582 de 09.02.2024 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista propondo a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes. -----

- O **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** questionou: “estamos a votar alguma substituição de algum membro que não pôde fazer ou estamos a votar a nomeação agora? Porque diz “Mandato de 2021/2025”, estamos em 2024 e portanto já estamos no final. Não sei se o anterior membro se demitiu ou se estamos aqui a eleger a situação de novo.” -----

- O Senhor **António Paulo Pereira Ranito (PS)** esclareceu que o presente assunto tinha a ver com a aprovação da alteração do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho da Covilhã em que o Senhor Presidente nomeou uma nova Comissão. Sendo uma nova Comissão, a anterior “caiu e agora tínhamos que eleger um membro da Assembleia.” -----

--- Submetida a proposta a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

Votos a Favor	35
Votos Contra	0
Votos Brancos	4
Votos Nulos	2
Número de votantes	41

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

--- Face ao resultado obtido, **a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes.** -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



Doc. 01

✓ H2 A

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19 de Fevereiro de 2024

2.4 – Intervenção Política

Exmo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Exmos Senhores e Senhoras Deputados Municipais

Exmos Senhores membros da Câmara Municipal

A Guerra, qualquer Guerra, consome recursos humanos, consome recursos financeiros, destrói infraestruturas e serviços, cria a miséria, promove a barbárie e o recuo acentuado do desenvolvimento e bem estar em qualquer sociedade.

Não podemos ficar indiferentes quando vemos o governo português a participar no lançamento de mais gasolina para a fogueira em vez de cumprir com o artigo 7º da Constituição da República Portuguesa que indica de forma clara que Portugal deve reger-se nas relações internacionais pelo princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais.

Não podemos ficar indiferentes quando ouvimos, vemos e lemos que no médio oriente e, em especial em Gaza, na Palestina, já morreram 28 000 pessoas e 8 000 desaparecidas debaixo dos escombros. São na sua maioria civis, entre as quais 12 300 crianças e 8 400 mulheres. O número de feridos ascende a 68 000. Dos Palestinos que se encontram vivos, cerca de 700 000 padecem de doenças infecciosas, 8 000 com hepatite viral. Estes e muitos outros não têm acesso a cuidados médicos porque a máquina de guerra israelita atacou hospitais e assassinou 340 profissionais de saúde. 10 000 doentes de cancro podem morrer a qualquer momento porque não têm acesso a medicamentos que os mantenham vivos. A fome alastra porque se impede a chegada de ajuda humanitária e porque os EUA, o Reino Unido e vários outros cúmplices do governo fascista de Israel, reduziram o financiamento à organização da ONU.

Daí a urgência da PAZ e a necessidade de gritar-mos cada vez mais alto....PAZ
SIM...GUERRA NÃO.

É urgente reduzir a conflitualidade existente nas relações internacionais onde impera o conflito armado, o conflito económico, os bloqueios e os choques financeiros.

Ambiente propício ao aparecimento da xenofobia, do racismo, do ódio e do populismo.

Senhor Presidente

A nível nacional as eleições marcam o nosso tempo a par da ação da justiça.

Ação que levou à queda do governo da república e à confusão no governo na região autónoma da Madeira.

Reconhecemos que não é fácil para o Ministério Público, apesar dos indícios, provar a existência, em muitos casos, da corrupção dos eleitos pelos agentes económicos.

No nosso Concelho vamos caminhando entre passos atrás e pequenos avanços.

Damos passos atrás quando se esclarece, através do Gabinete da Ministra da Justiça, que o Tribunal de Trabalho não se instala na Casa dos Magistrados porque a Câmara cedeu uma parte do edifício a outra entidade, à delegação da ordem dos advogados, inviabilizando a instalação do Tribunal de Trabalho no edifício.

Damos passos atrás quando não se vislumbra a abertura da Piscina Municipal.

Damos passos atrás quando se cortam árvores de forma indiscriminada e sem critério na freguesia de Unhais da Serra.

Damos passos atrás quando não se criam condições aos trabalhadores da limpeza do município nas suas casas de apoio espalhadas na cidade.

Damos passos atrás quando mantemos arruamentos e passeios urbanos esburacados.

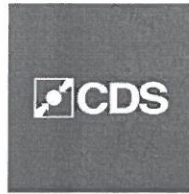
Damos passos atrás quando se encerram os WCs públicos na cidade.

Damos passos atrás quando não se promove a equidade entre os residentes no concelho, na área dos transportes públicos.

Damos um passo em frente quando se requalifica a estrada Paul – Orondinho e Casegas – Ourondo, esperando-se, em 2024, a requalificação da estrada Casegas – Sobral de S. Miguel e Paul – Ourondo.

Damos um passo em frente quando se obtém financiamento da AC para uma obra suspensa à mais de 30 anos, a Barragem da Ribeira das Cortes.

Disse




Assembleia Municipal da Covilhã
Reunião de 19 de fevereiro de 2024 | Declaração Política

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,
Senhores Vereadores,
Representantes dos órgãos de comunicação social
Senhoras e Senhores Munícipes

Aproxima-se, a passos largos, o dia 10 de março, em que se realizam as Eleições para a Assembleia da República. É uma data da maior importância para o nosso país, porque nela serão escolhidos os deputados que irão representar os eleitores na Assembleia da República e que têm o poder para legislar. Cumpre-se, assim, a essência da democracia, que reside na capacidade do povo de escolher os seus representantes, conferindo-lhes a responsabilidade de governar em nome do bem comum.

Esperamos que o resultado destas eleições seja no sentido da mudança.

Ao longo da história, temos vindo a testemunhar os benefícios da alternância de poder nas sociedades que abraçaram esse princípio. Ela tem a capacidade de revitalizar instituições, promover a inovação e, acima de tudo, impedir a consolidação excessiva do poder nas mãos de poucos. Quando o poder é rotativo, asseguramos que nenhum grupo fique tão enraizado no governo que acabe por ignorar as necessidades e aspirações da sociedade que jurou representar.



O governo socialista dos últimos anos trouxe-nos um país marcado pelas desigualdades crescentes entre os mais pobres e os mais ricos, entre o litoral e o interior, entre zonas urbanas, suburbanas e rurais. Temos assistido não só a um aumento dos conflitos sociais decorrentes do decréscimo das condições de vida dos portugueses, como também à crescente reivindicação no sentido da valorização de classes profissionais de grande impacto na sociedade, como os médicos, os professores, as forças de segurança e, mais recentemente, os agricultores, que asseguram a nossa soberania alimentar, que não é de somenos importância.

Quem conhece outras realidades europeias percebe o atraso estrutural em que Portugal se encontra e que nem os muitos milhões do PRR conseguem fazer ultrapassar.

O CDS acredita que Portugal precisa de uma nova ambição e capacidade de concretização das políticas de desenvolvimento económico e social, que permitam ao país enfrentar o desafio demográfico em que está mergulhado e que será agravado com a previsão de inversão populacional nas próximas décadas, apesar do movimento migratório que tem vindo a registar-se em direção a Portugal, por parte de cidadãos de outros países.

Mais do que promover pacotes de medidas legislativas pontuais destinadas a conter o esvaziamento do país por parte dos jovens, é necessário dinamizar atividades económicas que contribuam para enriquecer Portugal, criando condições de fixação para esses mesmos jovens, e gerar a tão desejada coesão territorial que venha a equilibrar as forças entre o litoral e o interior.

O mundo mudou e assistimos a uma revolução digital, à escala global, que afeta a forma como vivemos, como trabalhamos e como nos relacionamos. É necessário fazer desta mudança uma grande oportunidade para Portugal transformar a sua economia, incrementando os níveis de produtividade e competitividade.

O CDS acredita também que esta alternância democrática promoverá o fortalecimento da cidadania e da participação social, essenciais para a construção de uma sociedade forte e democrática. É fundamental que os cidadãos voltem a confiar nas instituições democráticas, para que se envolvam ativamente nos processos políticos e sociais, exerçam os seus direitos e contribuam para a transformação da realidade em seu redor.

Mas, para isso, é preciso mudar. É necessário que diferentes perspetivas, ideias e abordagens se manifestem no governo, enriquecendo o debate público e promovendo soluções mais abrangentes e inclusivas. E o voto é a expressão máxima da confiança na sabedoria do povo, que tem o direito de reavaliar e escolher novos líderes para orientar o destino da sua nação.

Nada muda se não acreditarmos num futuro mais justo, equitativo e próspero. Nada muda se não acreditarmos na mudança. No dia 10 de março, o CDS está pronto a participar na mudança, está pronto a fazer de Portugal um país melhor.

Pelo Grupo Municipal do CDS,
Graça Castelo-Branco



2.4 PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras. e Srs. Vereadores,

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Estimadas e Estimados concidadãos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Voltamos a esta sala com o cheiro da democracia no ar!

A menos de 3 semanas de eleições legislativas, convém relembrar o papel de cada um de nós, seja como eleitores, seja como eleitos.

Responsabilidades diferentes, mas umas dependem das outras!

Temos também boas notícias, talvez forçadas pelos tempos eleitorais, outras nem tanto...

Prometida por Vitor Pereira desde 2013, 10 anos é de facto muito tempo, com incompreensivas alterações e indecisões sobre o modelo final a implementar, para chegarmos a esta decisão apenas agora! A barragem das Cortes, é uma obra essencial para a cidade e região, que nós aqui sempre defendemos, vem garantir o abastecimento para as próximas décadas e é um equipamento essencial para reforço de meios para a nossa proteção civil.

Uma excelente notícia, com a qual nos congratulamos!

Mais vale tarde que nunca e a Covilhã está de Parabéns!

O projeto da Zipline, de que falaremos à frente, é também de saudar. Todos os investimentos em infraestruturas de apoio ao turismo vêm reforçar o papel estratégico deste sector na economia da região, ajudam a esmagar a curva da sazonalidade que, como sabemos, ainda muito depende da neve, mas é ~~uma~~ mais uma das vítimas das alterações climáticas, de ano



para ano, cada vez mais escassa. Temo que será, dentro de uma ou duas décadas, apenas uma recordação!

Temos de inovar, adaptar e recriar meios de atração para a Serra da Estrela, da qual nenhum de nós terá qualquer dúvida do seu potencial turístico e económico!

Mas também há o que teima em não arrancar do papel, com décadas de atraso, e que poderia transformar o que hoje é apenas um lugar, com grande parte do território sem saneamento, sem qualquer ordenamento urbanístico, sem zonas para novo comércio, para novos empreendimentos, sem estratégia para o futuro.

Iremos votar à frente mais uma alteração ao plano de pormenor, onde os instrumentos de ordenamento andam atrás do edificado, corrigem apenas situações pontuais, sem que se vislumbre qualquer verdadeira estratégia de dar às Penhas da Saúde a importância que merece, com um verdadeiro plano de ordenamento que incorpore uma visão de futuro, com desenvolvimento pensado e estruturado para as próximas décadas.

Como canta Paulo de Carvalho, 10 anos é muito tempo, e não se compreende este abandono!

Para isso estão os eleitos. Os que são eleitos para fazer e os que têm o papel de fiscalizar, apresentar alternativas e, em local próprio como este, apontar o que é mal feito ou que teima em não ser feito.

As responsabilidades que cada um tem à sua parte, no seu tempo, dependem da democracia, e nenhuma delas é eterna, convém que cada um de nós não o esqueça!

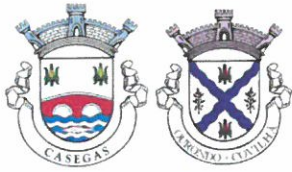
Na democracia, o poder que se eterniza traz vícios e rugas que o tempo e a própria democracia aconselham a regenerar!

E isso não tem de enervar os que julgam os seus cargos eternos, nem irritar os que nunca viveram outras formas de fazer ou de pensar, mesmo que tão legítimas como as suas!

Num caso ou noutro direi, democraticamente: mudar é tão natural como a vida!

Covilhã, 19 de Fevereiro de 2024

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Lino Torgal



Joc.04

VOTO DE PESAR

Faleceu no passado dia 11.01.2024, **Joaquim Carvalho dos Santos**, tendo sido sepultado no dia 14.01.2024 no cemitério do Ourondo, sua terra natal, onde nasceu há 83 anos.

Joaquim Carvalho, com as suas ideias, projectos e também os seus sonhos, destacou-se, durante 16 anos (1993 a 2009), como Presidente da Junta de Freguesia do Ourondo, impulsionando e desenvolvendo a sua aldeia natal. A sua obra permanecerá e o seu trabalho e testemunho ficarão na memória dos seus conterrâneos e, todos aqueles que o conheceram lhe estão profundamente agradecidos pela dedicação ao desenvolvimento da sua terra, que sempre trouxe no coração.

A vida e a obra, do agora saudoso extinto, não cabem, naturalmente, nos estreitos limites da homenagem que a População do Ourondo, os seus amigos, dirigentes associativos, autarcas e ex-autarcas, lhe prestaram no momento da despedida. Também os eleitos dos órgãos Executivo e Deliberativo, da União das Freguesias de Casegas e Ourondo (**UFCO**), o homenagearam prontamente através de uma **NOTA DE PESAR**.

Joaquim Carvalho converteu os seus sonhos em realidades e marcou definitivamente a história de Ourondo.

Para além da obra que deixou, foi um exemplo de vida. Pessoa amável, educada, granjeava facilmente a simpatia e a amizade.

Nesta hora, saibamos valorizar a memória do homem que aceitou o desafio da dedicação à Causa Pública, em prol do Ourondo.

Pela sua dedicação ao desenvolvimento do Ourondo e seu extraordinário exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida, hoje, dia 19.02.2024, delibere:

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento.
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.

Covilhã aos 19.02.2024

César Craveiro

Presidente da União das Freguesias de Casegas e Ourondo

Doc. 05

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Pesar – Joaquim Carvalho dos Santos

19 de fevereiro de 2024

Faleceu, no passado dia 11 de janeiro, aos 83 anos, o Sr. Joaquim Carvalho dos Santos.

Foi Presidente da Junta de Freguesia do Ourondo, entre 1993 e 2009. Um autarca de referência que em muito contribuiu para o desenvolvimento da sua terra.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19 de Fevereiro de 2024

Voto de Pesar

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português apresenta o voto de pesar pelo falecimento de Maria de Jesus Matos Bernardino, com 80 anos de idade.

Maria de Jesus Bernardino foi membro da Direção da Organização Regional de Castelo Branco e da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP.

Foi eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de S. Pedro na Cidade da Covilhã.

Foi membro da Direção da Associação de Reformados do Concelho da Covilhã e da Direção Nacional do MURPI.

Foi membro da Direção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Pelo seu contributo social e político na vida do Concelho e no País, e a título de reconhecimento, se apresenta o presente voto de pesar.

A ser aprovado, deverá o mesmo ser enviado à família.

Covilhã, 19 de Fevereiro de 2024

O Grupo Municipal do PCP
Vitor Reis Silva
Pedro Manquinho
Marco Gabriel



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19 de Fevereiro de 2024

Doc. 07

Recomendação

Maria de Jesus Matos Bernardino, com 80 anos de Idade, faleceu em 5 de Fevereiro de 2024.

Maria de Jesus Matos Bernardino foi membro da Direção da Organização Regional de Castelo Branco e da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP.

Foi eleita da CDU na Assembleia de Freguesia de S. Pedro na Cidade da Covilhã.

Foi membro da Direção da Associação de Reformados do Concelho da Covilhã e da Direção Nacional do MURPI.

Foi membro da Direção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Pelo seu contributo social e político na vida do Concelho e no País, e a título de reconhecimento, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária de 19 de Fevereiro de 2024, **recomenda à Câmara Municipal a atribuição da medalha de mérito municipal a Maria de Jesus Matos Bernardino.**

A ser aprovada, deverá ser enviada à família a presente recomendação.

Covilhã, 19 de Fevereiro de 2024

O Grupo Municipal do PCP
Vitor Reis Silva
Pedro Manquinho
Marco Gabriel



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 19 de Fevereiro de 2024

MOÇÃO

Articulação entre transportes urbanos e interurbanos no Concelho da Covilhã Promoção do Passe Intermodal

Vários utentes dos transportes innterurbanos, nomeadamente dos transportes concessionados à empresa auto – transportes do Fundão, têm relatado situações que nos parecem enquadráveis e de resolução no âmbito da cláusula 47ª do Contrato da Concessão para o Sistema de Mobilidade da Covilhã.

Situações identificadas

1 - Utentes com o **passo normal de transportes** interurbanos, com passe da auto transportes do Fundão, não lhes é permitido usar o passe nos transportes urbanos da concessão.

Exemplo – Um utente da auto transportes do Fundão tem passe mensal do Paul para a Covilhã. Se quiser utilizar os transportes da Concessão de Mobilidade da Covilhã, para se deslocar na área da concessão, é-lhe exigido o pagamento de bilhete.

2 – Utentes com **passo mensal do regime dos antigos combatentes**, passado pela auto transportes do Fundão, não lhes é permitido usar o passe nos transportes da concessão de mobilidade. O exemplo é semelhante ao anterior.

Porém, estes utentes (regime dos antigos combatentes) se residirem em S. Jorge da Beira ou Casegas têm que pagar bilhete até ao Paul e só a partir desta localidade podem utilizar o passe que lhes é passado como antigos combatentes.

3 – Para além das situações atrás referidas o valor do passe mensal dos utentes, de 80,111e 120 €, penaliza os residentes nas freguesias rurais face aos utentes na área da concessão (38 €), quebrando-se o principio da equidade e igualdade de tratamento a residentes no mesmo concelho.

Perante as situações descritas, a Assembleia Municipal da Covilhã apela e exorta a Câmara Municipal que:

A – Promova a articulação entre transportes urbanos e interurbanos permitindo que os utentes dos passes acima referidos possam utilizar o mesmo passe nos transportes da concessão.

B - Assegure que os antigos combatentes possam circular no Concelho sem cobranças adicionais aos que residem no território municipal cumprindo-se o estatuído no artigo 17º do Estatuto do Antigo Combatente

(Gratuidade dos transportes públicos das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais Durante o ano de 2020, o Governo, em articulação com as autoridades de transportes de cada área metropolitana e comunidade intermunicipal, adota as medidas necessárias a assegurar a **gratuidade do passe intermodal** para todos os antigos combatentes detentores do cartão referido no artigo 4.º, bem como para a viúva ou viúvo de antigo combatente que, cumulativamente, usufrua dos benefícios e requisitos previstos nos artigos 7.º e 8.º do presente Estatuto)

C – Promova o passe intermodal de 38 € assegurando-se a equidade entre os utentes dos transportes interurbanos e os utentes da concessão de mobilidade na Covilhã.

Covilhã, 19 de Fevereiro de 2024

O Grupo Municipal do PCP

Vitor Reis Silva

Pedro Manquinho

Marco Gabriel

Doc. 09

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Pesar – José Gouveia

19 de fevereiro de 2024

Faleceu, no passado dia 27 de janeiro, aos 91 anos, o Sr. José Rodrigues dos Santos Gouveia.

Cofundador e cooperante n.º1 da RCC – Rádio Clube da Covilhã.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal



Voto de Pesar

José Gouveia

Voto de Pesar pelo falecimento de José Rodrigues dos Santos Gouveia, aos 91 anos.

José Gouveia, natural de Unhais da Serra, foi um autodidata sempre interessado em aprofundar o seu conhecimento sobre cada tema que lhe chamava a atenção, e um mestre sempre disponível para transmitir os seus conhecimentos a quem o procurava.

Pioneiro na radiofonia na região, em Julho de 1983 é o principal responsável pela primeira transmissão radiofónica da Feira de S. Tiago, colocando no “ar” cinco jovens do NERC (Núcleo Experimental de Rádio da Covilhã) que se encontravam a fazer a cobertura do evento em circuito fechado.

O sucesso da experiência levou à formação de um grupo constituído pelos radioamadores e o NERC que, com o apoio de Alfredo Pinto da Silva, resultou na fundação da RCC - Rádio Clube da Covilhã, da qual José Gouveia é o cooperante nº 1.

O grupo passou então a realizar emissões regulares, de forma clandestina nos primeiros tempos, destacando-se naturalmente o papel único de José Gouveia neste processo.

Ao longo desses anos, foram vários os jovens que tiveram oportunidade de fazer rádio graças não só aos seus conhecimentos técnicos como também à sua coragem e luta para que a radiofonia na região fosse possível.

Pelo seu contributo em prol do serviço radiofónico na região e na formação de vários jovens, hoje profissionais na área da comunicação, apresentamos este voto de pesar a título de reconhecimento.

Do teor deste voto será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 19 de Fevereiro de 2024.



[Handwritten signature]

Voto de Pesar – José Mendes

19 de fevereiro de 2024

Faleceu, no passado dia 05 de janeiro, aos 65 anos, o Sr. José Mendes.

Eleito pela primeira vez, em setembro de 2004, como Presidente do Sporting Clube da Covilhã, era um dos Presidentes de clube há mais tempo em funções.

Homem de convicções fortes e personalidade vincada, reergueu o emblema do Sporting Clube da Covilhã e deixou um grande legado para o futuro.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal



Assembleia Municipal da Covilhã

Voto de Pesar

José de Oliveira Mendes

Nascido em 1958, José de Oliveira Mendes dedicou quase duas décadas à liderança do Sporting da Covilhã, com empenho e dedicação.

A sua ligação aos Leões da Serra começou como jogador nas camadas jovens, regressando anos mais tarde como dirigente, assumindo a presidência a 22 de setembro de 2004, depois de um período de 5 meses em que o clube esteve sob alçada de uma comissão de gestão, face à ausência de listas candidatas aos Órgãos Sociais.

Durante a sua presidência, o Sporting Clube da Covilhã alcançou vários êxitos desportivos e esteve 15 épocas consecutivas na segunda divisão nacional.

Em 2019, a Câmara Municipal da Covilhã reconheceu o seu trabalho meritório, atribuindo-lhe a Medalha de Mérito Municipal, pelo seu papel no desenvolvimento no clube, ele que foi o Presidente com o mandato mais longo da história, tendo ocupado o cargo durante 19 anos de forma ininterrupta.

Neste momento delicado, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, apresenta um voto de pesar à família e amigos de José de Oliveira Mendes, bem como à Direção, atletas, sócios e simpatizantes do Sporting Clube da Covilhã.

Proponente: Grupo Municipal Partido Socialista.

Covilhã, 19 de fevereiro de 2024



H=2
X
J

Voto de Louvor – Professor Manuel Santos Silva
19 de fevereiro de 2024

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Manuel Santos Silva**, Professor Catedrático Jubilado da Universidade da Beira Interior.

Manuel Santos Silva recebe o título de Professor Emérito, vindo assim reconhecido, pela academia, o seu papel de antigo Reitor, docente e investigador.

Manuel Santos Silva teve um papel importante no avanço da ciência e da cultura, tendo recebido diversos prémios nacionais e internacionais.

Marcou a academia nacional e internacional, com uma longa e vasta carreira profissional como docente da Faculdade de Engenharia e investigador do FibEnTech – Fiber Materials and Environmental Technologies.

Foi Reitor da Universidade da Beira Interior entre 1996 e 2009, tendo durante este período desenvolvido a faculdade de Ciências Sociais e Humanas, faculdade de Engenharia e criado as faculdades de Artes e Letras e de Ciências da Saúde.

Pelo contributo, tão precioso para a área da ciência, cultura e projeção da Universidade da Beira Interior no contexto nacional e internacional, consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Manuel Santos Silva e por isso apresentamos este voto de louvor.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 19 de fevereiro de 2024 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento ao próprio.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal

VOTO DE LOUVOR AO XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Os estudos realizados para apoio aos municípios no levantamento de necessidades a incluir no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela foi discutido com os técnicos responsáveis na Assembleia Municipal da Covilhã, na sua Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 2024 – há menos de dois meses. Os municípios fizeram as suas propostas ao Governo das iniciativas que julgavam ser importantes para cada um dos territórios e apresentaram-nas ao Governo após essa Assembleia Municipal.

A sua apreciação e a correspondente decisão de aprovação do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, da competência do Governo, decorreu de forma célere e visa responder às necessidades decorrentes daquela tragédia, garantindo financiamento não só para a recuperação das zonas afectadas, mas também financiando algumas obras estruturantes que a região há muito reclamava. No caso particular do Concelho da Covilhã é referido no comunicado oficial do Governo a construção da Barragem da Ribeira das Cortes e obras de requalificação na Escola da Lageosa. Pensamos que não se ficará por aí, nomeadamente no que diz respeito à rede viária atendendo às recentes declarações do Sr. Presidente da Câmara que explicita a construção do IC6 até às Pedras Lavradas e a ligação de Verdelhos ao Poço do Inferno.

Num momento em que se evidenciam os efeitos das alterações climáticas, a construção reclamada há mais de três décadas da Barragem da Ribeira das Cortes que irá servir o nosso Concelho, mas também poderá fazê-lo a outros Concelhos limítrofes, é uma obra estruturante para o nosso futuro porque garante o abastecimento de água para consumo humano num horizonte de várias décadas.

A declaração de emergência e da calamidade promovida pelo Governo em tempo útil e agora a aprovação deste PRPNSE evidenciam uma atenção e um cuidado com a nossa região particularmente, mas com o interior em geral que, verificando-se, deve ser reconhecido. É

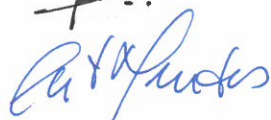
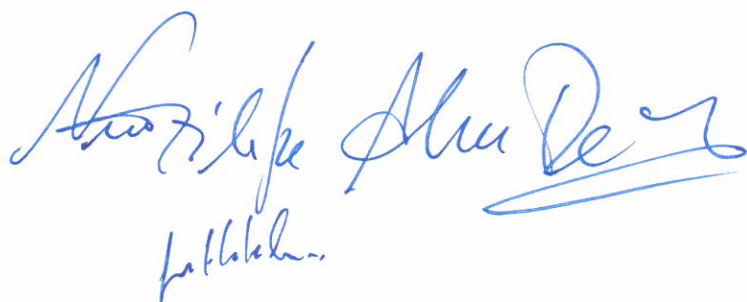
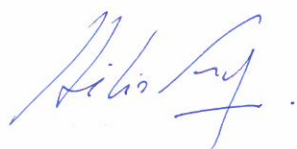


verdade que a Covilhã reclama a atenção para outros projectos, mas ainda assim, são notícias felizes para a Covilhã e para a região. Assim, propõe-se a aprovação do seguinte Voto de Louvor:

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária no dia 19 de Fevereiro de 2024 aprova um Voto de Louvor ao Governo pela sua recente decisão de aprovar o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, tanto pelo seu conteúdo como pela celeridade com que o mesmo foi aprovado.

O presente voto deverá ser enviado ao Conselho de Ministros.

Covilhã, 19 Fevereiro 2024





Doc. 15

Grupo Municipal do Partido Socialista

Assembleia Municipal da Covilhã

Voto de Louvor à Unidade Local de Saúde da Cova da Beira/Hospital Pêro da Covilhã, pela nova Unidade de Intervenção - Cardiologia.

Desde o primeiro dia do mês de fevereiro que está em funcionamento no Hospital Pêro da Covilhã, que integra a Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, a Unidade de Cardiologia de Intervenção com sala de cateterismo e angiografia cardíaca.

Este serviço, que dá resposta a doentes cardíacos agudos, evita que doentes tenham de percorrer centenas de quilómetros para serem assistidos.

O desejo de se responder às carências agudas de doentes cardíacos no interior do país era um tema que vinha sendo abordado há já mais de uma década. Este ensejo foi finalmente concretizado, permitindo assim a cobertura do tratamento de doenças do foro cardíaco numa área que abrange mais de 300 mil pessoas, tratando-se, por isso, da conclusão de um projeto estratégico fundamental para toda a região e sobretudo para o interior do país.

Esta, é mais uma prova do investimento que se tem levado a cabo no nosso Serviço Nacional de Saúde, que responde a cada vez mais necessidades assistenciais hospitalares e uma importante conquista para o Hospital Pêro da Covilhã, para a Unidade Local de Saúde da Cova da Beira e para toda a população da área abrangente.

Pelo trabalho incansável na supressão desta necessidade fundamental aos cuidados de saúde de todos nós, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã apresenta este voto de Louvor à Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, ao Hospital Pêro da Covilhã e a todas e todos os profissionais que contribuíram para a criação desta unidade.

Proponente: Grupo Municipal Partido Socialista.

Covilhã, 19 de fevereiro de 2024

3.1. Debate entre Grupos Municipais

Senhor Presidente da AM e distinta mesa,

Senhor Presidente da CMC, e restante Executivo,

Senhoras e Senhores Membros da AM,

Senhoras e Senhores Presidente de Juntas e Uniões de Freguesia,

Estimado Público,

Senhoras e Senhores Jornalistas,

Em 1979, a Lei n.º 56/79, marcou a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal.

O país viu assim “nascer”, porventura, a mais bela criação coletiva que os portugueses conseguiram depois do 25 de abril de 1974, que assegura o acesso universal e tendencialmente gratuito a cuidados de saúde para todos os cidadãos, independentemente da sua condição social ou económica, e financiado através de impostos.

Até então a assistência médica competia às famílias, instituições privadas e aos serviços médico-sociais da Providencia. Ao Estado competia a assistência aos pobres.

Senhoras e Senhores Deputados,

Considerando o órgão político onde estamos, é oportuno lembrar que em 1979, colocada à votação a proposta de Lei da criação do SNS na Assembleia da República, ela foi aprovada pelo PS, pelo PCP, pela UDP e pelo Deputado independente Brás Pinto, **com os votos contra do PSD, do CDS e dos Deputados independentes sociais-democratas.**

Já lá vão 45 anos e hoje, talvez mais que nunca, valha a pena lembrar **quem, desde a primeira hora, se opôs e quem criou e sempre defendeu o SNS.**

A minha sentida homenagem e gratidão, na pessoa do saudoso António Arnaut - pai do SNS - a todos quantos criaram, mantiveram e melhoraram ao longo dos 45 anos o nosso SNS!

O SNS tem sido ao longo destes 45 anos de vida um fator determinante de coesão social e territorial.



A evolução na qualidade de vida e das condições de saúde dos portugueses nestes 45 anos, são extraordinários.

É indesmentível que o SNS tem novos desafios e algumas deficiências. É evidente que tem problemas, é verdade que é preciso melhorar, mas é também factual que o SNS tem hoje mais condições de resposta do que tinha no passado recente e que o caminho é reforça-lo e não enfraquece-lo!

É inquestionável e factual que, apesar de todas as dificuldades e necessidades de melhoria, o SNS presta hoje mais cuidados e serviços de saúde, do que alguma vez prestou no passado. Há hoje um SNS com mais orçamento que produz mais consultas, mais cirurgias, mais serviços de urgência, mais e melhores cuidados aos cidadãos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Mas ao falar de saúde nesta Assembleia e neste ponto da agenda, quero analisar a escala do nosso território, da nossa população e falar da situação que vivemos na Covilhã e na Cova da Beira.

Aqui há que começar por saudar e agradecer às estruturas e aos profissionais de saúde que nos prestam, diariamente, cuidados de saúde na nossa região.

Aos profissionais do Centro Hospitalar Universitário e do ACES Cova da Beira, fundidos desde janeiro na Unidade de Saúde Local da Cova da Beira, a minha gratidão, o meu agradecimento e o meu reconhecimento pelo esforço que diariamente fazem para nos manter com saúde.

Numa altura em que somos diariamente bombardeados com notícias de problemas e dificuldades no acesso e prestação de cuidados de saúde em várias estruturas no país, o nosso hospital e as nossas estruturas - neste aspeto - **são notícia exatamente por não serem notícia!**

Não se ouve falar de encerramento de serviços, de transferência de doentes por incapacidade de resposta, de limitações de horários, etc.

Pelo contrário, o Centro Hospitalar Universitário é hoje uma peça fundamental no apoio e assistência às populações vizinhas, auxiliando nas dificuldades das unidades hospitalares próximas, nomeadamente da Guarda e Castelo Branco.

O nosso hospital só tem sido notícia por coisas positivas. Ora porque abrem novos serviços - como é o mais recente caso da Unidade de Intervenção Cardiológica - ora porque presta bons cuidados de saúde não apenas às suas populações mas também às populações das unidades vizinhas, quando estão com dificuldades. .

Senhoras e Senhores Deputados,

permitam-me que neste agradecimento e reconhecimento me refira em especial a uma pessoa. Serei suspeito porque tenho a honra de ser seu Amigo e ele é Presidente desta Assembleia, mas em consciência e por justiça, não podia deixar de o fazer. O Dr. João Casteleiro falava há dias, numa entrevista ao Jornal do Fundão, numa “cultura de ligação e interajuda” e “uma capacidade rara de relacionamento” na equipa do Centro Hospitalar e da importância desse ambiente para explicar o sucesso do crescimento e afirmação do Centro Hospitalar Universitário, no panorama regional e nacional.

Não tenho dúvida dessa importância nem que esse ambiente se deve muito à cultura com que este Centro Hospitalar foi construído ao longo dos anos, pelas diferentes administrações, e sobretudo pelas qualidades de liderança do Dr. João Casteleiro.

Senhor Dr. João Casteleiro em meu nome, em nome do grupo Municipal do Partido Socialista, e estou certo que em nome desta Assembleia e de todas e todos os covilhanenses, o meu bem-haja pelo seu trabalho e a nossa gratidão, a si e a de toda a equipa que lidera.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os covilhanenses e os cidadãos da região são servidos pelos cuidados de saúde prestados pelos Centros de Saúde do antigo ACES Cova da Beira e pelo Centro Hospitalar Universitário que garantem os cuidados na área territorial de 3 Concelhos - Covilhã,

Belmonte e Fundão - e franjas dos Concelhos de Manteigas, Sabugal, Pampilhosa das Serra e Penamacor, o que corresponde a cerca de 100 mil habitantes.

O Centro Hospitalar Universitário é hoje um dos mais respeitados e certificados hospitais do país. Esse reconhecimento é transversal pelos organismos públicos mas também pelo setor privado da saúde. A forma exemplar e eficaz como lidou com a pandemia COVID19 são aliás um exemplo bem demonstrativo.

A sua credibilidade e qualidade é reconhecida pelos diversos prémios que tem ganho e certificações que tem conseguido, como é o exemplo da prestigiada certificação “*Joint Committion International*” bem como os diversos projetos de investigação nacional e internacional em que são chamados a participar.

Mas estou certo que a melhor certificação e prémio que obtêm é o reconhecimento dos seus utentes. O grau de satisfação recolhido pelos inquéritos em papel, pelas avaliações enviadas por email ou através da aplicação do CHUCB, têm sido, ao longo dos anos, nunca inferior a 94% e é público que todas as reclamações substanciais são analisadas e respondidas individualmente.

É também frequente encontrarmos escritos públicos de utentes, nas redes sociais e na imprensa regional, agradecendo e enaltecendo a qualidade dos serviços que ali obtiveram e a capacidade e sensibilidade humana de todos os seus profissionais.

Não tenho duvida, Senhoras e Senhores Deputados que este é o melhor reconhecimento e certificado de qualidade que estas unidades de saúde podem obter.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O nosso Centro Hospitalar é composto por 3 unidades - Hospital Pêro da Covilhã, o Hospital do Fundão e o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental. Nestas unidades presta 40 Serviços Médico-Cirúrgicos com 3 portas de urgências separadas - a Urgência Geral, a Urgência Obstetrícia e a Urgência Pediátrica.

Para além disso dispõem de serviço de Telemedicina em 6 especialidades e serviços verdadeiramente diferenciadores e de excelência - que não são habituais encontrar em

hospitais do interior - como sejam o Serviço de Medicina Reprodutiva, a recente Unidade de Intervenção Cardiológica ou ainda o Serviço de Medicina Paliativa que funciona há mais de 30 anos.

É também uma peça chave e determinante no ensino das Ciências da Saúde nos diferentes cursos da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI e um muito importante empregador na região, tendo ministrados mais de 600 estágios em medicina - nacionais e internacionais - no ano de 2023.

O CHUCB contava em 2023 com 1559 trabalhadores, dos quais se contabilizam cerca de 340 médicos e 474 enfermeiros.

Analisando ainda os números, verificamos que aplicou mais de 12 milhões de euros em investimentos entre os anos de 2016 e 2023 e tem um plano de investimentos para o futuro de 18 milhões de euros, onde se destacam, entre outros, a aquisição de equipamentos de Ressonância Magnética.

Em 2023 o CHUCB registou 9558 internamentos, realizou mais de 156 mil consultas médicas, e respondeu a mais de 70 mil episódios de Urgência.

Deu também vida a 586 novas crianças que em 2023 nasceram com a ajuda dos seus profissionais e que representaram o maior numero de partos de toda a Beira Interior e maior número de nascimentos registados desde 2013.

Senhoras e Senhores Deputados,

Falemos agora dos cuidados de saúde primários. O Centro de Saúde da Covilhã abrange mais de 51 mil habitantes e organiza-se em 3 Unidades de Saúde - Covilhã, Teixoso e Tortosendo - e 25 extensões de saúde cobrindo a totalidade das freguesias e aldeias do nosso Concelho.

Dispõem de 32 médicos, 11 médicos internos, 55 enfermeiros, 8 técnicos especializados (Nutricionistas, Assistentes Sociais, Radiologistas, etc.) apoiados por 34 Assistentes Técnicos.

No Centro de Saúde da Covilhã, em 2023, existiam 51.396 utentes registados, dos quais 44.412 dispunham de médico de família, existindo 6.984 sem médico de família atribuído.



Para além disto, o Centro de Saúde da Covilhã dispõem diariamente de consultas abertas, ao dispor de todos os cidadãos, nomeadamente daqueles que não dispõem de médico de família atribuído.

Quer isto dizer que nenhum cidadão que necessite de cuidados de saúde, deixa de ser atendido nalguma das estruturas ou modalidades de atendimento disponíveis.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Apesar desta realidade e destes números, obviamente que há várias situações que nos preocupam e merecem a nossa atenção.

A falta de médicos de família para cerca de 6 mil pessoas é uma preocupação que esperamos venha a ser resolvida com a nova ULS.

Os tempos de espera dos utentes são também aspetos em que esperamos potencial de melhoria.

Mas tenhamos consciência de que, na Covilhã e na região, temos a felicidade e a segurança de dispor de serviços de saúde do melhor que há no país.

Os cidadãos da nossa terra, e aqueles que para aqui se querem deslocar, podem estar seguros de que na Covilhã, sempre que necessitem, irão dispor de um serviço público de saúde capaz, de qualidade e à altura para prestar os melhores cuidados.

A rede de saúde de que dispomos garante aos nossos cidadãos que aqui encontram um serviço público de saúde de excelência desde a prevenção, à concepção e maternidade, até ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados paliativos em fases mais avançadas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Na Covilhã, os serviços de saúde são sem dúvida, um dos muitos fatores de atração e fixação de pessoas e da sua afirmação e liderança regional.

Hélio Fazendeiro